



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1656/13	DATA: 07/10/2013
INÍCIO: 17h16min	TÉRMINO: 22h34min	DURAÇÃO: 05h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h18min	PÁGINAS: 142	QUARTOS: 64

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WALTER PRADO - Deputado Estadual, Presidente da Comissão da Criança, Adolescente, Idoso e de Combate à Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.
EVANDRO ROSAS - Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Rio Branco - AC.
ROBERTO BARROS DOS SANTOS - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Titular da 1.ª Promotoria Cível do Ministério Público do Estado do Acre.
EMYLSON FARIAS DA SILVA - Delegado Geral da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Acre.
GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Delegado Geral do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima — NUCRIA, da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Acre.
NELIS NEWTON - Chefe da 5.ª Delegacia de Policial Rodoviário Federal do Estado do Acre.
ILDOR RENI GRAEBNER - Secretário de Estado de Segurança Pública do Acre.
MARIA DE NAZARE GADELHA FERREIRA - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - AC.
ROMARIO DIVINO FARIA - Titular da 2.ª Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
ANTÔNIO TORRES - Secretário de Estado do Desenvolvimento Social do Estado do Acre.
CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Titular da Coordenadoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Acre.
SILVIA PALMEIRAS - Coordenadora de um Centro de Referência Especializada de Assistência Social — CREAS.
ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Assistente Social do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Acre.
JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Advogada e ativista dos direitos humanos.
MIRZA VANY MESQUITA FELIX - Gerente Administrativa do Sistema Assistencial à Saúde da Mulher e da Criança.
LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Diretora da Maternidade Bárbara Heliodora.

SUMÁRIO: Audiência pública com convidados sobre o tema da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Acre.
Há intervenções fora do microfone inaudíveis e ininteligíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Grafia não confirmada: Ranis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Declaro aberta a presente reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Acre e agradeço a presença de todas e todos nesta 41ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quero imensamente agradecer ao Presidente desta Assembleia Legislativa, o Deputado Elson Santiago, por ter autorizado e oferecido os recursos humanos e materiais para a realização desta reunião nesta Casa Legislativa.

Eu gostaria de chamar, para além da Deputada Federal Liliam Sá, que é Relatora desta CPI, a Deputada Antônia Lúcia, que é membro titular da CPI e autora do requerimento que deu origem à presente reunião.

Nós estamos aqui, no dia de hoje, para discutir o enfrentamento da exploração sexual das crianças e adolescentes no Estado do Acre.

Eu gostaria iniciar pela composição da Mesa.

Nós temos vários convidados e gostaríamos de escutar todos e todas que foram convidados e convidadas para contribuir com esta audiência pública, mas, para compor a Mesa conosco, gostaríamos de chamar o Sr. Evandro Rosas, que é Secretário Municipal de Direitos Humanos e aqui representa o Prefeito de Rio Branco, o Sr. Marcus Alexandre Médici Aguiar.

Gostaria de chamar, de forma muito respeitosa, o Deputado Walter Prado, que é Presidente da Comissão da Criança, Adolescente e Idoso e de Combate à Pedofilia desta Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Chamaria, ainda, para compor a Mesa o Desembargador Roberto Barros dos Santos, que é Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Gostaria de chamar o Promotor de Justiça Mariano George de Sousa Melo, que é Titular da 1ª Promotoria Cível do Ministério Público do Estado do Acre.

Convido, também, o Sr. Ildor Reni Graebner, que é Secretário de Estado de Segurança Pública do Acre e que neste ato representa o Governo Estadual; e a Sra. Maria de Nazaré Gadelha Ferreira, que é Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Acre e representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente — CEDECA do Estado do Acre.



Depois de a Mesa fazer uso da palavra, gostaríamos de escutar também o Juiz Titular da 2ª Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Acre; o Titular da Coordenadoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Acre; o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; o Coordenador-Geral da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, representante do Secretário de Estadual de Direitos Humanos, Sr. Nilson Mourão; o Sr. Emylson Farias da Silva, Delegado-Geral da Secretaria de Estado da Polícia Civil do Acre; o Sr. Getúlio Monteiro de Castro Teixeira, Delegado-Geral do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência, da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Acre; o Sr. José Conceição dos Santos, Chefe da Divisão de Direitos Difusos e Coletivos da Secretaria de Estado de Justiça; o Inspetor Nelis Newton, Chefe da 5ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Acre.

Aproveitamos para agradecer a parceira, absolutamente fundamental, da Polícia Rodoviária Federal no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Ouviremos, também, a Sra. Sílvia Palmeiras, que é Coordenadora de um CREAS, representante da Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social de Rio Branco; a Sra. Temyllis Lima da Silva, Secretária Municipal Adjunta da Juventude da cidade de Rio Branco; a Sra. Elidiane Soares de Araújo Cruz, que é Assistente Social do Departamento de Proteção Social do Projeto Proteger/PAIR; a Sra. Alexandra Luzia Gadelha de Assis, Conselheira dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Sra. Joallia Pereira da Costa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos; a Sra. Sirlene Maria Cavalcante, Presidente do 1º Conselho Tutelar de Rio Branco; a Sra. Lorena Seguel, Diretora da Maternidade Bárbara Heliodora; a Sra. Mirza Felix, Gerente Administrativa do Sistema Assistencial à Saúde da Mulher e da Criança.

São esses e essas os nossos convidados.

Para que todas e todos possam internalizar como vamos trabalhar, nós vamos passar a palavra para as pessoas que compõem a Mesa; em seguida, para as pessoas que aqui foram listadas — e nós gostaríamos também de escutar a Sra. Joana D’Arc, que representa uma ONG que trabalha com esta temática aqui no Estado do Acre.



Encerrada essa fase, vamos abrir o debate para as pessoas que queiram se posicionar. Nós vamos trabalhar, se todos e todas estiverem de acordo, com o prazo de exposição inicial de 6 minutos para cada componente da Mesa. Para as pessoas que estão presentes a esta audiência, vamos trabalhar com um prazo de 3 minutos, obviamente excetuando-se as que foram convidadas para compor a Mesa, ainda que não estejam fisicamente compondo esta estrutura diretiva, haja vista não termos espaço para tanto.

Portanto, dando início a esta audiência, passo a palavra para a autora do requerimento, a Deputada Antônia Lúcia, que é membro da Comissão Parlamentar de Inquérito de investigação do turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Boa tarde a todos.

Quero dar as boas-vindas à nossa CPI. Quero cumprimentar toda a Mesa, na pessoa da Deputada Federal Erika Kokay, que compõe a Presidência desta CPI tão importante para o nosso País.

Senhoras e senhores que compõem esta Mesa, autoridades, Secretários e demais que estão nos assistindo neste momento, fui autora de três requerimentos aprovados pela CPI. Um dos motivos que me levaram a esta situação foi, primeiramente, a questão da Operação Delivery.

Nós aprovamos requerimento na CPI e estamos aqui para tentar esclarecer algumas dúvidas que ora pairam sobre essa Operação Delivery, que foi uma operação muito importante para o Estado do Acre.

Outro requerimento trata de um relatório divulgado no início deste ano pela responsável pela Maternidade Bárbara Heliodora, dando conta de que, dos mais de mil partos ocorridos em 2012, 102 foram de crianças que deram à luz outras crianças. Isso é inconcebível. Portanto, queremos buscar aqui esclarecimentos sobre o que o Estado e as autoridades competentes estão fazendo em relação ao combate à pedofilia no Estado do Acre.

Ainda há um requerimento, com total exclusividade, sobre um caso também específico que ocorreu aqui no Estado do Acre, divulgado por todos os veículos de comunicação, que é o caso do Sr. Wilson Cruz das Neves.



Sra. Presidente, a imprensa local divulgou o referido caso, que foi apurado pela delegacia civil. Trata-se de pessoa presa em flagrante e, posteriormente, na própria mídia foi divulgado que um dos responsáveis pelo presídio teria dito à imprensa que jamais o envolvido no episódio, o Sr. Wilson Cruz das Neves, estaria detido ou preso naquele recinto.

Uma das causas que me levaram apresentar requerimento especificamente sobre essa questão foi o fato de eu ter conversado com a mãe dessa criança de 3 anos — ela já prestou depoimento à CPI pela parte da manhã; e também a avó dessa criança — acerca do amparo que o Estado está concedendo a essa família, que foi atingida de uma forma tão cruel.

Isso é muito preocupante para o desenvolvimento do nosso Estado. Isso é uma questão que atinge toda a região, principalmente a região norte, devido à pobreza. Eu acho que isso tudo é consequência da pobreza que enfrentamos no norte. Isso é muito preocupante. Preocupo-me muito, assim como acredito que é obrigação e dever de todas as autoridades preocuparem-se.

De forma que eu faço questão de que esses fatos aqui, Presidenta, sejam verdadeiramente esclarecidos através de nosso trabalho e com as autoridades competentes.

Neste momento passo a palavra à Presidenta. E o nosso objetivo é esclarecer e saber quais as providências que o Governo do Estado está tomando, ofertando à população no combate à pedofilia.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra à Relatora desta CPI, Deputada Liliam Sá, ainda esclarecendo que a Relatora tem a prerrogativa de, a qualquer momento, fazer uso da palavra se achar que é preciso algum tipo de esclarecimento ou aprofundamento, para que ela possa formatar, em condições mais concretas, o seu próprio relatório.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito boa tarde a todos, autoridades presentes.

Quero agradecer o convite da Deputada Antônia Lúcia para trazer a CPI a este Estado. Cumprimento o membros da Mesa, o Desembargador presente, Roberto Barros dos Santos; o Juiz Romário Divino Faria; o Procurador de Justiça



Mariano George; o Procurador de Justiça Carlos Roberto; o Sr. Ildo Reni Graebner, Secretário de Estado de Segurança; o Sr. Antonio Torres; o Sr. Juscelino Barbosa; o Deputado Walter Prado; o Sr. Evandro Rosas, que é o Secretário Municipal de Direitos Humanos; o Sr. Emylson Farias da Silva e todos que vieram contribuir com o trabalho desta CPI.

A CPI tem traçado um diagnóstico em todos os Estados pelos quais passamos, e o motivo que nos traz ao Estado do Acre é o fato de ele estar no *ranking* e também na rota da exploração sexual e da pedofilia.

Nós fizemos um diagnóstico no Amazonas, que é aqui perto, a uma hora daqui, e sabemos que crianças com menos de 5 anos de idade — 1,3% das crianças com menos de 5 anos de idade — estão sendo vítimas de abuso sexual.

Como dizia nossa Presidente nas entrevistas que vêm concedendo, podemos traçar um perfil daquela criança que, primeiro, foi abusada sexualmente no ambiente familiar ou que de alguma forma foi colocada à exposição. Muitas delas são até vendidas, trocadas por um pastel. Há crianças que vendem seus corpos a 1,99; são obrigadas a venderem seus corpos.

Crianças não são prostitutas, crianças são prostituídas. Tem sempre um aliciador atrás dessas crianças.

Mas existe uma rota. Há empresários que trabalham nessa área, que são os cafetões, as cafetinas, enfim, aliciadores que se aproveitam da fragilidade, da pobreza, da impunidade e também da lei, que é muito branda, para aliciar essas crianças e fazer suas fortunas.

Tivemos aqui no Acre, como falou a Deputada Antônia Lúcia, duas operações importantes, que foram a Delivery, em novembro do ano passado, e a Ímpio, realizada agora em setembro. Essas operações mostram o retrato do que está acontecendo com as nossas crianças. Se há meninas de 10 anos grávidas, é porque tem alguém se aproveitando e abusando delas sexualmente.

E nós queremos traçar esse diagnóstico aqui no Estado do Acre para saber o que o Governo está fazendo, quais os tipos de políticas públicas estão sendo aplicadas, porque nós sabemos que a criança, quando tem sua infância roubada, ela também tem o seu futuro roubado.



Quando a criança é agredida ou violada nos seus direitos na infância, ela se torna um adulto também com seus direitos roubados.

Então, o papel da CPI é fazer isso: diagnosticar e cobrar tanto do Poder Legislativo quanto do Poder Judiciário e do Poder Executivo o seu verdadeiro papel, que é proteger a infância das nossas crianças e adolescentes.

Por isso, agradeço a contribuição de vocês. Queremos ouvir. Se vocês tiverem denúncias ou se alguém tiver algum tipo de denúncia que queira fazer em particular a esta CPI, seu nome não vai ser divulgado.

Poderemos traçar uma linha de investigação melhor, caso tenham algum tipo de denúncia a fazer à CPI.

Eu quero agradecer a todos e desejar uma ótima audiência pública para todos nós.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Primeiro, gostaria de justificar o injustificável: o nosso atraso. O fato é que tivemos uma série de depoimentos colhidos hoje, o que provocou um atraso no começo destes trabalhos. Mas, particularmente, a cada uma e cada um de vocês que permaneceram aqui conosco, queremos nos desculpar.

Para nós é muito importante estar aqui, não só pela história de formação do Estado do Acre, uma história de muita coragem, mas fundamentalmente porque o Estado aparece como o segundo Estado no *ranking* das denúncias de violação de direitos ou de violência sexual contra crianças e adolescentes no Disque 100, que é uma fonte absolutamente importante para que nós possamos trabalhar na perspectiva de ver a dimensão da exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País. Uma dimensão que é alimentada, via de regra, primeiro, pela naturalidade com que é encarada, a qual, por sua vez, é alimentada dentre outras coisas pela impunidade.

Temos duas preocupações muito concretas nos trabalhos da CPI. São preocupações que foram construídas a partir das várias andanças desta CPI. Nós já estivemos em vários locais do Brasil, mais recentemente em Florianópolis, Santa Catarina, mas também no Estado do Amazonas, que tem a existência já detectada



— a Região Norte, eu diria, como um todo — da maior parte das redes de exploração ou das rotas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Entendemos que a exploração sexual de crianças e adolescentes estabelece uma cadeia de vitimização. Via de regra, as crianças e adolescentes são empurradas para a situação de exploração sexual pela pobreza. Seria a primeira vitimização. Ou seja, uma sociedade que ainda não fez o luto, como poderia ter feito, da escravidão, nem o luto da ditadura, tampouco o luto do colonialismo, em que o País repartido em tiras foi entregue aos amigos do rei, que se sentiam donos não só da terra, mas donos dos que não lhes pertenciam, das mulheres, das crianças, dos trabalhadores e do que público é.

Portanto, o Brasil precisa fazer o luto dos seus períodos traumáticos, sob pena de conviver com pedaços desses períodos na nossa contemporaneidade, muitas vezes de forma invisível, o que faz com que tropeçemos na construção da nossa soberania e nos princípios fundantes desta Constituição que comemorou 25 anos — e entre eles está a dignidade humana. É impossível ter dignidade humana se nós não exercermos a condição de sujeito.

E a segunda vitimização dessas crianças e adolescentes é quando deixam de ser os sujeitos de suas próprias vidas, dos seus próprios direitos sexuais, de uma sexualidade que tenha correspondência a uma faixa etária. E devem ser essas crianças e adolescentes sujeitos, portanto, de seu futuro, de seu corpo, de seu sonho, aliás, desta condição do querer ou da querência, que é uma condição que nos caracteriza enquanto seres humanos.

A terceira vitimização que essas crianças sofrem é que sua fala não é escutada. Muitas vezes o ser humano tem a possibilidade de falar de várias formas, mas essa fala lhe é negada, amordaçada. Essa fala não é considerada e não é escutada.

E o que temos visto, como uma outra forma e uma última forma de revitimização é a culpabilização das crianças e, particularmente, das adolescentes e dos adolescentes em função da situação de estarem em condição de exploração sexual. Eles são culpabilizados. A sociedade que os empurra para essa condição culpa-os por estarem nesta situação de exploração sexual.



E nós vamos ver, portanto, que temos alguns enfrentamentos que precisam ser feitos de forma muito concreta, um deles é a impunidade, que não diz respeito apenas ao Poder Judiciário. Nós temos uma série de operações desenvolvidas no Estado do Amazonas. Uma delas trata de um processo de exploração sexual envolvendo o Prefeito de um Município do Estado. A ação foi apresentada ao fórum no mês de maio, mas só teve a sua primeira movimentação quando a CPI anunciou que estaria indo para aquele Estado e solicitou uma audiência com o Desembargador Presidente daquele fórum. Portanto, o processo entrou em maio e só começou a andar no dia em que chegou a correspondência da CPI, no dia 19 de setembro.

Mas a impunidade não se constrói ou ela não é uma característica diretamente ligada ao Poder Judiciário necessariamente. A impunidade começa quando nós não temos estrutura nas Polícias; ela começa quando não temos polícia técnica ou quando não temos delegacias de proteção que tenham um olhar da doutrina de proteção integral, que é o olhar que está permeando a lógica do Estado com relação às nossas crianças e adolescentes.

A impunidade, portanto, relaciona-se com o Executivo ineficiente que não dá prioridade à construção de políticas de enfrentamento que responsabilize mas também que evite e previna a situação de exploração sexual.

Portanto, temos uma preocupação de enfrentar a impunidade, mas também de assegurar um nível de atendimento às nossas crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

E digo isso porque tivemos um crescimento muito grande do número de denúncias atestadas pelo Disque 100, que é uma fonte absolutamente confiável. Nós trabalhamos em parceria com o Disque 100.

Ora, nós estamos, a partir do aumento dessas denúncias, consolidando um *slogan* no movimento de enfrentamento, que diz: "*Calar é consentir; denunciar é proteger*". Mas nós estamos percebendo que é insuficiente apenas a denúncia. A denúncia expressa duas coisas que nos parecem que são importantes, fruto do amadurecimento da nossa sociedade na sua construção humana ou no seu respeito ao ser humano: nós temos o rompimento da naturalização na exploração sexual, quando há denúncia; e, ao mesmo tempo, a responsabilidade dos segmentos



sociais com o destino ou com a vida de nossas crianças e adolescentes, como é previsto no próprio ECA, pois a responsabilidade é do Estado, da família e também da sociedade.

Mas é preciso que haja um nível de atendimento dessas crianças e desses adolescentes, para que possam ressignificar a sua vida e interromper a trajetória de exploração sexual.

Nós vimos também, no Município de Manaus, que, de 1.500 casos registrados nas delegacias da cidade, havia menos de 400 que deram entrada ao CREAS ou a qualquer tipo de atendimento.

Assim, está explícita a situação de exploração sexual. Mas o Estado, ao não possibilitar um atendimento, vai trabalhar na perspectiva da perenização ou da concretização desse sentimento de exclusão.

Lembro da fala de uma adolescente de 13 anos que há 2 anos havia feito uma denúncia sobre uma situação de violência sexual. E ela nos dizia: *“A minha vida acabou, porque eu já não sou pura e eu nunca irei me casar. E eu gostaria de me casar.”*

Ou seja, essa adolescente há 2 anos identificada como vítima de violência sexual não teve qualquer tipo de atendimento do Estado, para que pudesse ressignificar a sua vida, a sua própria história, a sua própria trajetória.

Nós não mudamos o que acontece conosco, mas podemos mudar a forma como nós olhamos o que acontece conosco e podemos nos reconstruir para mergulharmos em nossa própria vida. Portanto, nós temos uma preocupação com o atendimento.

Por fim, nós temos uma preocupação com a construção dos planos. Nós queremos saber se os Municípios e os Estados — estamos fazendo esse levantamento em âmbito nacional — têm planos constituídos de enfrentamento.

Temos a noção exata de que os planos têm que estar enganchados no conjunto das políticas públicas. Da mesma forma que os direitos humanos são indivisíveis, posto que são inter-relacionados, as políticas públicas que asseguram os direitos também só são eficazes se forem inter-relacionadas.

O plano de enfrentamento tem que ser construído de forma transversal e intersetorial e tem que ter dotação orçamentária. A CPI está olhando como estão as



prioridades absolutas no que diz respeito às crianças e aos adolescentes, inclusive do ponto de vista orçamentário. Nós temos a preocupação de qual é a dotação orçamentária, se respeita a prioridade absoluta, como está a execução orçamentária e a qualidade da política pública para que nós possamos assegurar que o Estado não esteja em conflito com a lei. Ao não acatar a prioridade absoluta prevista na nossa Constituição, penso eu que o Estado se coloca em conflito com a própria lei. A prioridade absoluta, digo eu, não é apenas do Poder Executivo; a prioridade absoluta deve ser do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, de todos os segmentos que compõem um Estado que tem que se reafirmar e se reinventar para buscar a sua condição de Estado Democrático de Direito, e só o fará se houver respeito às nossas crianças.

Nós temos a noção exata de que a exploração sexual é um feixe de discriminações que se expressam no fenômeno. Ela tem a discriminação de gênero, porque, via de regra, o gênero feminino é o que compõe a maior parte das vítimas. Eu falo gênero, de identidade de gênero e não necessariamente do sexo feminino, mas gênero feminino.

Ela é uma discriminação étnica, porque nós temos visto que as meninas que são de origem de segmentos que o Brasil nega, enquanto construtor das suas próprias origens, como as negras e as indígenas, as maiores vítimas de exploração sexual.

Nós temos a discriminação social, porque são frutos da pobreza. Nós estamos falando da exploração, porque o abuso sexual penetra nas classes sociais, mas a exploração sexual tem a pobreza como variável fundamental para sua existência.

Por fim, a discriminação adultocêntrica, a de negar às nossas crianças e aos nossos adolescentes a condição de sujeito de direitos, como se coisas fossem. Por isso, falamos que é roubo de infância. É roubo de infância ou sequestro de adolescência impor uma situação de exploração sexual.

A CPI tem outras preocupações nesse contexto: primeiro, a que diz respeito a grandes eventos. Se vamos abarcar uma série de grandes eventos, é preciso que o Brasil se prepare para isso, e se preparar não significa apenas dotar o Brasil de



infraestrutura aeroportuária ou de infraestrutura hoteleira, mas fundamentalmente proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Nós já fizemos um seminário, esta CPI, para discutir as experiências, particularmente dos Estados que sediaram a Copa das Confederações. Nós queremos criar condições e marcos legais, para enfrentar os grandes eventos, inclusive bebendo das experiências de unidades da Federação que já se prepararam para isso, porque abrigaram grandes eventos, como Salvador, Rio de Janeiro, enfim, que se prepararam para a proteção das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

A segunda preocupação é com as grandes obras. Nós não temos nenhuma dúvida de que as grandes obras recrudescem a violação de direitos de crianças e adolescentes e particularmente a exploração sexual.

Nós já realizamos mais de sete audiências públicas, com vários olhares, com várias leituras. Temos absoluta segurança de que o fenômeno de Jirau e Santo Antônio, no Estado de Rondônia, que aumentou em 400%, ou, em 250% o número de estupro, ainda que a gente considere que a tipificação do estupro se alargou, é absolutamente inegável sob a variável das grandes obras para o recrudescimento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Houve também, em Jirau e Santo Antônio, 25% do aumento de gravidez precoce. Aqui, no Acre, já foi falado pela Deputada Antônia Lúcia sobre o fenômeno de ter quase 10% dos partos feitos em meninas, em crianças e adolescentes no Estado.

Nós precisamos construir um marco legal e vamos fazer um seminário, provavelmente no final do mês de novembro, para que possamos ter o mesmo rigor do licenciamento ambiental para o licenciamento social, com o recorte nas políticas de crianças e adolescentes.

Isso significa que nós queremos construir planos específicos, para abrigar os canteiros de obra que derramam milhares de homens sem qualquer tipo de vínculo em estruturas muito precárias de políticas públicas e do sistema de proteção de direitos de crianças e adolescentes.

Por isso, nós queremos construir um novo marco legal e vamos apresentar essa proposta para que se tenha o licenciamento ambiental; mas licenciamento ambiental para caminhar junto com o licenciamento social, que deveria ter o mesmo



peso, mas não tem, e com o recorte de crianças e adolescentes, e, particularmente, construir os planos com a participação da sociedade, porque é isso que dá permanência e transforma as políticas de Governo em políticas de Estado, quando a sociedade se apropria das suas próprias conquistas, o que nos foi retirado durante a ditadura militar, que, como disse, precisamos fazer o luto dela. Vamos, portanto, construir essa política.

Estivemos analisando também o caso de Belo Monte, a migração e a flexibilização das rotas. Houve rotas migradas do Estado do Acre para Jirau e Santo Antônio, com conexão com a Bolívia. Agora, nós precisamos ver que essas rotas se modificam e se flexibilizam para chegarem aos canteiros de obra.

Um caso bastante analisado pela CPI foi o de um estabelecimento onde estava acontecendo cárcere privado de crianças e, particularmente, de adolescentes — eram adolescentes mesmo. Elas foram aliciadas no sul do País. Passaram vários dias em uma van até chegarem ao Estado do Pará, nas redondezas dos canteiros de obra da Usina de Belo Monte.

Nós precisamos trabalhar com essa perspectiva, porque não queremos deixar um rastro da ilusão do Eldorado, um rastro e um gosto amargos da violação de direitos das nossas crianças e adolescentes nessas obras que deveriam ser blindadas e festejadas pelo País.

Outro eixo do nosso trabalho diz respeito às fronteiras. Nós recebemos várias denúncias contra aqueles que deveriam proteger nossas fronteiras, mas que, na verdade, são os agentes de violação de direitos e de exploração sexual de nossas crianças e adolescentes. Vários requerimentos já foram aprovados. É possível que a gente ainda venha fazer inspeções no Estado do Acre, nas suas fronteiras. É possível. Seguramente vamos inspecionar alguns locais onde há notícia de meninas indígenas sendo trocadas como mercadorias.

Ora, se nós vivemos um dilema meio *shakespeariano* do ser ou não ser — e é preciso que resgatemos essa condição humana, muito submetida a uma lógica de mercado, onde temos a mão, dita invisível, do mercado adentrando a cidadania da sua intimidade e capturando comportamentos, desejos, sonhos, futuro —, se temos tudo isso, é preciso resgatar essa condição humana e impedir que nossas meninas e meninos sejam vítimas dessa coisificação e transformados em mercadoria. Ou o



Estado se aparelha para isso ou ele vai ter de trabalhar com uma defasagem muito grande em relação à rapidez com que as redes vêm mudando o seu *modus operandi*.

As redes já não expõem as meninas e os meninos nas ruas das nossas cidades, mas sendo acionadas, essas redes, via Internet. Por isso nós precisamos desenvolver e aparelhar as nossas polícias técnicas, a nossa inteligência, para fazer frente a essa mudança no *modus operandi* e ter um nível de enfrentamento que resgate a nossa cidadania. Penso que Paulo Freire tinha muita razão quando dizia que ou somos todos livres ou não somos nenhum de nós ou nenhuma de nós realmente livres, porque nós não podemos assegurar cidadania, dignidade e liberdade em nosso País, se temos esse nível de exploração sexual que, via de regra, aparece enquanto sintoma nas operações. No Amazonas, são quatro ou cinco operações; aqui, no Acre, temos a Ímpio, a Delivery. Ou seja, essas operações são apenas pontas de *iceberg*, porque se se descobre o envolvimento de pessoas com poder econômico ou com poder político, a impunidade se robustece, robustece.

Vários casos foram denunciados a esta CPI. Chamou nossa atenção o de um Município no Estado do Pará, cujo detentor de poder político, envolvido e acusado num processo de exploração sexual, adulterou o laudo médico, tal o poder que se espalha nessa lógica patrimonialista, colonialista. Diga-se de passagem, tem razão Darcy Ribeiro quando disse que o estupro foi o mecanismo de conquista do Brasil e foi o mecanismo utilizado pelo próprio colonialismo na sua empreitada de submissão deste País.

Daí por que eu digo que enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes significa enfrentar muita coisa e fazer esses lutos que o Brasil teima, de forma leniente, muitas vezes, efetivar. Nós precisamos concretizar os lutos desses períodos traumáticos.

Por isso nós estamos aqui, no Estado do Acre, onde queremos traçar um diagnóstico sobre a dimensão do crime e das políticas públicas, para enfrentar a impunidade e atender nossas crianças e nossos adolescentes vítimas da exploração sexual.

Lembro que a Polícia Rodoviária Federal nos informou sobre o resgate em nossas rodovias, nos últimos 7 anos, de cerca de 3 mil crianças e adolescentes em



situação de exploração sexual. A Polícia Rodoviária Federal nos relatou, como também outras operações da Polícia Federal, que são as mesmas meninas, as mesmas meninas que são identificadas enquanto vítimas. O Estado não consegue reestruturar, ressignificar e fazer um atendimento que extrapole, ou transborde, o próprio atendimento dessas meninas e meninos; que ele possa também ressignificar, ou trabalhar, o conjunto das famílias. Aliás, é absolutamente impensável qualquer política pública dirigida a crianças e adolescentes que não tenha o olhar sobre o atendimento às famílias dessas crianças e desses adolescentes.

Estamos aqui no Acre, com a certeza de que nós vamos buscar os diagnósticos necessários para fazer as proposições necessárias para a superação do fenômeno da exploração sexual, que não pode ser naturalizado, porque isso que significaria esvaziar, desfulanizar, despersonalizar, desumanizar crianças e adolescentes. Não podemos permitir que isso ocorra, sob pena de não construirmos uma sociedade que rompa os índices e a sensação de insegurança e de violência.

Após estas palavras, nós vamos, então, proceder à escolha das falas, das leituras das pessoas e das instituições que compõem esta audiência.

Antes, eu gostaria de saber se estão representadas as seguintes instituições — e, se estiverem, que os seus representantes se identifiquem: a Escola que Protege, da UFAC. Tem alguma representante ou representante? A Rede Acreana de Mulheres e Homens; o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular; a Casa Rosa Mulher.

Então, havendo representantes ou chegando representantes dessas instituições, nós vamos oportunizar as falas, porque temos absoluta certeza de que elas contribuirão com os trabalhos desta CPI, que tem provocado um diálogo com muita dor. No correr da vida — e, segundo Guimarães Rosa, ele, às vezes, embrulha tudo —, a gente vê muita coisa que não gostaria de ter visto. Nós vimos estruturas montadas no interior do Amazonas — supostamente articuladas e montadas — que vão sugando a vida das nossas meninas e meninos, e, no caso específico, ao que tudo indica, porque precisam ser investigados, não há prejulgamento nesse sentido, mantidas com recursos públicos.



Vou passar a palavra, neste momento, ao Presidente da Comissão da Criança, Adolescente, Idoso e de Combate à Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa. Pelo que eu sei, só aqui, no Estado do Acre, tem uma Comissão dessa. Isto é muito bom, porque faz esse recorte de combate à violência sexual de crianças e adolescentes.

Vamos passar, então, ao Presidente da Comissão de Criança, Adolescente e Idoso e de Combate à Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, o Deputado Walter Prado.

É um prazer tê-lo aqui, Deputado.

O SR. WALTER PRADO - Eu quero manifestar aqui a minha satisfação, Deputada, e saudá-la. Quero saudar também Deputada autora do requerimento, a Deputada Antônia Lúcia, e, em nome do Dr. Roberto, todas as autoridades que compõem a Mesa, até para economizar o tempo.

Sobre essa ideia da Comissão constituída na Assembleia, eu quero aqui fazer um reconhecimento público. Essa sugestão partiu do Dr. Carlos, que está aqui presente, e estamos mantendo esse entendimento. É um trabalho conjunto que nós estamos fazendo.

Ao manifestar nossa alegria como acriano, nascido na beira dos rios — e vejo aqui o Eudes —, queremos reconhecer que o assunto aqui debatido afeta a nossa cultura, afeta as nossas crianças. Temos visto aqui, no Acre, sendo bastante otimista, mobilizações de várias instituições, do Ministério Público, do Poder Judiciário e da própria Assembleia agora.

Essa Comissão foi constituída recentemente. Nossa ideia, com todos os órgãos, com a Secretaria de Segurança, na pessoa do Delegado Emylson, é fazer essa cruzada.

Obviamente que eu trago minha experiência de delegado. Esse assunto não é uma coisa simples de se combater, mas eu quero que V.Exa. leve essa visão do Acre. Aqui não há omissão; aqui, ao contrário, há um movimento, como vimos recentemente, do Poder Judiciário, com condenações. Não há essa preocupação. Agora entendo que uma das metas que devem ser perseguidas pela Comissão — Deputada Antônia Lúcia, que é daqui do Acre — é a situação no interior do Estado.



Eu pretendo, com a Comissão Estadual, fazer um convite às instituições para promover esses encontros, a exemplo do que V.Exa. viu aqui. Eu venho da carreira policial. Sou delegado de polícia e sei perfeitamente o quanto é importante a presença da Comissão. Não participei, vamos dizer, dos interrogatórios, mas avalio, pela minha condição de profissional dessa área, que várias foram as informações que a Comissão recebeu nessas poucas horas que V.Exas. estão no Acre.

Então, Sra. Presidenta, a nossa ideia, saudando aqui todos os presentes, é no sentido de mobilizar as instituições, percorrer o Estado do Acre e preparar um relatório para encaminhá-lo obviamente à Comissão, através da nossa representante, a Deputada Antônia Lúcia, até chegar às suas mãos.

Foi uma honra, como acriano, recebê-la aqui. Quero confessar publicamente que fiquei bastante impressionado e satisfeito pela forma como V.Exa. discorreu sobre um assunto tão importante para a Nação e, diria, para o nosso Estado também. Dada a nossa cultura e a nossa formação, dos seringueiros que só tomam conhecimento da lei quando vêm morar na cidade. Por aí, V.Exa. pode ver o quanto é problemático esse assunto no Acre, mas, se Deus quiser, vamos todos enfrentá-lo: do Executivo ao Judiciário, do Ministério Público às Polícias, e, principalmente, os poderes municipais que estão colaborando nessa grande cruzada de tentar amenizar...

Eu fiquei assustado com o número que a Deputada me deu. No Acre, nós temos 700 mil habitantes e 1.300 casos, Dr. Romário, noticiados. É um absurdo. Quero aqui reconhecer, Dr. Romário, a sua pertinência, a sua obstinação. Ao mesmo tempo em que ficamos honrados, vamos nos fortalecer com esses dados aqui trazidos pela Deputada Antônia Lúcia, e que me assustaram: o Amazonas, quatro vezes maior em número de habitantes, tem menos casos noticiados do que o Acre.

Agora, daqui para frente, minha cara companheira dos direitos humanos, virou uma bandeira dos acrianos e das pessoas que pensam no bem deste Estado.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço ao Deputado Walter Prado.



Passo a palavra ao Secretário Municipal de Direitos Humanos, que aqui representa o Prefeito de Rio Branco, o Sr. Marcus Alexandre Médici Aguiar, o Sr. Evandro Rosas.

O SR. EVANDRO ROSAS - Boa tarde.

Primeiro, quero dar boas-vindas à Comissão, à Deputada Erika, à Deputada Antônia Lúcia, que é do Estado, à Deputada Liliam. Sintam-se em casa. A cidade de Rio Branco sente um prazer muito grande de as acolher. A Prefeitura fica logo aqui próximo, na central do Município. Se quiserem fazer uma visita, estará o secretariado à disposição para recebê-las. Também assim, como a nossa Secretaria de Direitos Humanos, que fica aqui na Rua Alvorada, próximo, se quiserem fazer uma visita, está à disposição.

O Prefeito pediu que eu viesse aqui, porque, neste momento, na verdade, ele está numa audiência em Brasília. Nós estamos aqui. Aqui está a Silvia, que é da Secretaria de Assistência Social, também à disposição para o enfrentamento, para a discussão e para o debate.

A cidade de Rio Branco é a maior cidade do Estado do Acre. Esses números também vão de uma política que se tem aqui, em Rio Branco, da divulgação do Disque 100, tanto em nível do Governo do Estado, quanto em nível da Prefeitura. Existe essa política para divulgar o Disque 100.

Mas, Deputada, o habitante do Acre tem a moradia em Rio Branco. Esses dados também nos preocupam bastante. Pode-se levar em consideração a nossa questão histórica da habitação, da vida dos seringais, mas são problemas que afetam a dignidade humana. Na Prefeitura de Rio Branco, no início do ano, nós trabalhamos no plano de governo. Está escrito ali, um dos eixos principais e centrais é Rio Branco, de pleno direito. E nós acreditamos que esta década agora, a que nós estamos chegando, é a década que vai discutir o direito das pessoas, da criança principalmente. Então, na discussão dos direitos, nós, a Prefeitura instituiu e criou a Secretaria de Direitos Humanos, que é a Secretaria de que estou à frente. Nós estamos constituindo um plano municipal. Até o dia 10 de dezembro esse plano vai estar pronto. Nós temos a Secretaria Municipal Cidadania e Assistência Social — SEMCAS, que tem um trabalho muito forte em Rio Branco, em toda a cidade, e se



distribuiu na cidade, em regionais, onde existe um centro de apoio, através dos CRAS ou do CREAS, uma unidade de atendimento.

Nós entendemos que o tema é muito grande, é muito perverso. Como eu falei, se estamos chegando na década de discutir os direitos, principalmente da criança, do idoso, daqueles que têm a voz baixa, que poucos escutam, nós, enquanto políticas públicas, enquanto poder público, temos que estar atentos para defender essas pessoas que mais precisam disso.

Nós entendemos que a impunidade é um dos fatos grotescos disso aí, que existe, sim. Nós temos que fazer com que a educação fortaleça cada vez mais isso aí. A Prefeitura de Rio Branco está com uma política grande de expansão de creche, com certeza. No momento em que você distribui a educação, você vai ter menos problema lá na frente. Eu não vou dizer que você vai acabar, mas você vai diminuir grandes problemas.

Nós estamos parabenizando a Comissão, estamos aqui a todo dispor ao que for preciso, ao que for necessário. A Prefeitura de Rio Branco está aqui para acolher vocês. Parabéns. E um ótimo encontro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Secretário.

Eu passo, então, a palavra ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Sr. Desembargador Roberto Barros dos Santos.

O SR. ROBERTO BARROS DOS SANTOS. - Boa tarde a todos, em especial à Deputada Erika Kokay, Presidente desta Comissão; à Deputada Liliam Sá, que é a Relatora; e à Deputada Antônia Lúcia, que representa o povo do Acre e também apresenta seu trabalho junto a esta Comissão; aos demais presentes, na pessoa do Deputado Walter Prado; do Dr. Carlos Maia, do Ministério Público; do Dr. Mariano; às instituições, na pessoa do Secretário Evandro; e às organizações sociais, na pessoa da Joana D'Arc, ativista dessa área.

Deputadas, primeiro, quero dizer da importância do Tribunal em reconhecer a presença da Câmara dos Deputados, enquanto representante do povo brasileiro, neste dia e, acima de tudo, dessa fala que fez a Deputada Erika Kokay, que nos retrata, com tanta propriedade, a situação da exploração das crianças e adolescentes. Eu lembrava, Deputada, agora há pouco recordando, que a proteção das crianças e dos adolescentes estava em um patamar tão alto que talvez



nenhuma convenção internacional tenha tido tantas adesões à proteção de qualquer direito fundamental como a proteção de crianças e adolescentes. Cento e noventa e três países aderiram à convenção internacional que trata do tema. Temos apenas dois países que não aderiram a isso.

Mais concretamente, no que diz respeito aos assuntos que foram objeto do requerimento da Deputada Antônia Lúcia, eu, enquanto dirigente do Tribunal, colocarei brevemente as fases em que se encontram, e, daí por diante, o Dr. Romário, que é o juiz especializado da área, poderá dar maiores detalhes e participar do restante da reunião.

Falou-se aqui da Operação Delivery. Foi o primeiro fato citado pela Deputada que fez o requerimento. Nesse processo já houve a condenação em primeiro grau — algumas pessoas foram condenadas e outras absolvidas. Algumas pessoas ainda encontram-se presas; outras, soltas, por força de algumas decisões. O processo está em grau de recurso e tramita normalmente no Tribunal de Justiça. Foi sentenciado ainda este ano e tramita no Tribunal de Justiça para julgamento dos recursos de apelação.

No que diz respeito ao segundo fato, notadamente a questão da Maternidade Bárbara Heliadora, parece-me que a questão ainda está sendo apurada. Não tenho conhecimento de nenhum fato que tenha sido objeto de alguma ação judicial, mas, se o for, também o Tribunal irá prestar tutela jurisdicional com a rapidez que o caso requer.

Por fim, a Deputada citou um outro caso, o do Sr. Wilson. O processo tramita aqui na Comarca de Rio Branco. A pessoa está presa preventivamente, a pedido do Ministério Público, deferido pelo Juízo da Vara da Infância e da Juventude.

Os três fatos que foram tocados são esses. No mais, quero dizer que o Tribunal de Justiça tem duas varas especializadas nesta temática — uma antiga vara criminal que se especializou notadamente nessa área e também, de forma preventiva, no que diz respeito a algumas políticas que o Tribunal desenvolve junto às escolas. O Tribunal tem algumas medidas que adota junto com a AMB, que é a questão preventiva junto às escolas, para ir formando as crianças e os adolescentes. E também há a Justiça Comunitária, que são alguns núcleos que nós temos junto à comunidade.



Os pontos que foram destacados que dizem respeito ao Tribunal são esses. Se V.Exas. tiverem mais algum ponto a ser destacado para direção do Tribunal, eu o farei de imediato. Se não, eu pediria, Excelências, escusas para continuar, dado o adiantado, que terminou atrasando um pouco a agenda, e deixaria o Dr. Romário, que é o juiz da área, que poderia acompanhar o restante dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sinta-se à vontade, Desembargador Roberto, entretanto eu gostaria só de solicitar — nós ficaremos aqui até o dia de amanhã — que, se o senhor puder fazê-lo ainda amanhã, seria bom, senão o senhor os remete depois, posteriormente, para a CPI em Brasília. Quais são os dados que nós gostaríamos, que nós estamos solicitando a todos os Tribunais de Justiça de todas as Unidades da Federação? Primeiro, o número de casos que ali chegam, quantos, ainda em nível de enquetes, são devidamente acompanhados pelo tribunal; segundo, o número de casos de inquérito que se transformam em denúncia pelo Ministério Público; e, terceiro, o que representa o nível de condenação. Então se o senhor puder nos remeter... Veja, a construção do inquérito é acompanhada pelo Poder Judiciário. Ou seja, quando o inquérito se transforma em denúncia pelo Ministério Público em quantas das denúncias que adentram o Poder Judiciário nós temos um nível de responsabilização?

Mas agradeço sua presença e, mais uma vez, nós nos desculpamos pelo atraso, que foi independente da nossa vontade.

Passo a palavra ao Promotor de Justiça Mariano George de Sousa Melo, Titular da 1ª Promotoria Cível do Ministério Público do Estado do Acre.

O SR. MARIANO GEORGE DE SOUSA MELO - Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Deputada Presidente da CPI, Deputada Erika Kokay; a Deputada Relatora Liliam Sá; e desejar boas-vindas ao Estado do Acre. Também quero cumprimentar a Deputada Antônia Lúcia, autora do requerimento; cumprimentar o Deputado Walter Prado, o representante do Prefeito e todos os demais presentes, na pessoa do meu colega Dr. Carlos Maia e do Dr. Romário Divino Faria.

Sendo mais específico com relação às questões que foram objeto dos requerimentos da Deputada Antônia Lúcia, embora falado pelo Dr. Roberto Barros, serei mais detalhista, já que trabalhei em todos os casos, para informar à Comissão



o que foi feito em cada um deles e colocar também mais um caso de uma operação que houve, certamente após os requerimentos.

Com relação à Operação Delivery, foram denunciadas 22 pessoas. Dessas 22 pessoas, quinze foram efetivamente condenadas por diversos crimes, como rufianismo, exploração sexual e prática de conjunção carnal com menores em situações de prostituição, entre outros. E o processo, como o Presidente do TJ já informou, encontra-se em grau de recurso. Os réus já recorreram.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Dos 22 acusados, 15 foram condenados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Existem três réus ainda presos nessa operação, que estão presos preventivamente. Os demais estão respondendo ao processo em liberdade, por força de algumas decisões que concederam a liberdade provisória a esses réus. Então, efetivamente tem 15 condenados, e apenas três estão preventivados. Os demais, 12 no caso, estão, mesmo que condenados, respondendo ao processo em liberdade. Portanto, como não transitou em julgado a sentença condenatória, eles estão aguardando o julgamento final, até o trânsito em julgado, em liberdade.

Com relação aos partos na Maternidade Bárbara Heliodora, eu tomei conhecimento deste fato por ocasião da Operação Delivery. Uma das pessoas então acusadas nos levou uma relação de algumas meninas adolescentes, algumas até crianças, com 11 anos, que teriam dado à luz na maternidade. Em razão disso, eu pedi a juntada desse relatório ao processo judicial e depois solicitei à Maternidade que, a partir de então, comunicasse o Ministério Público sempre que houvesse alguma menor com idade inferior a 14 anos — coloquei até os 15, porque algumas menores, considerando o tempo de gestação — e nos informasse com relação a esses partos. E a Maternidade assim tem feito. Bimestralmente, está encaminhando ao Ministério Público essa relação dessas garotas.

Na verdade, a Maternidade não informa o nome, informa apenas a quantidade de partos e a idade dessas meninas. E eu tenho requisitado da Delegacia de Polícia, que é representada, no caso, pelo Dr. Getúlio, que está presente, a instalação da



investigação para identificar essas menores e o autor também, caso haja crime. E assim ele tem feito. Conversei com ele hoje ainda sobre esse assunto. Ele está fazendo um levantamento, mas não chegou ainda nenhum inquérito a respeito desses fatos. Mas a gente já identificou que muitos casos certamente irão gerar inquérito e, posteriormente, uma acusação.

Com relação ao caso que a Deputada citou também do Wilson Cruz das Neves, como já foi dito aqui, ele foi preso em flagrante delito. Essa prisão foi convertida em preventiva pelo Dr. Romário Faria, aqui presente. E esse caso já foi objeto de denúncia também. O réu já foi certamente citado — digo “certamente” porque não tenho certeza. A denúncia foi feita na semana passada. Ele está preso, então a citação é certa, e estamos aguardando a resposta dele para dar continuidade na instrução criminal.

O outro caso que eu citei, que também teve grande repercussão aqui no Acre, foi o da Operação Glamour, instaurada também na época da Operação Delivery. Nessa Operação Glamour, o acusado, que tinha uma agência e uma revista, foi acusado por ter tido conjunção carnal ou outros atos libidinosos com 19 garotas. O fato ocorria aqui no Centro Empresarial Rio Branco, como é do conhecimento de todos aqui do Acre.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esse caso, dos casos que o senhor tem, foi o mais complicado?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - O mais complicado foi a Delivery, em virtude até mesmo...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Operação Glamour.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Glamour.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Foi apelida por esse nome porque o cidadão, no caso, prometia a essas jovens uma vida glamourosa. Ele dizia que tinha lançado vários modelos internacionais, como Gisele Bündchen, por exemplo, Daniele Suzuki, e por aí vai. E dizia que ele poderia dar uma vida dessas para essas garotas. Mas falava que, para elas terem essa vida de sucesso, ser capa de revista, esse tipo de coisa, teriam que ficar com ele, ou seja, agradar, como ele



mesmo falava, o produtor. E essas meninas caíam... Inclusive houve denúncia de estupro, com violência, não somente de vulnerável.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual era a idade dessas meninas?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Variava de 11, 12 anos até 17. Teve uma adulta também. Mas, no total, foram 19. O processo está com vista ao Ministério Público para alegações finais. Ou seja, a instrução já foi concluída.

E eu quero aqui fazer um reconhecimento público ao Dr. Romário...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quando foi isso?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Ele foi preso em julho.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em julho. Mas essa Operação Glamour foi quando?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Ela foi, digamos assim... O inquérito começou antes, com algumas quebras de sigilos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quando? Em que ano?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Ano passado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ano passado.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso, mas ela foi estourada já este ano.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi estourada este ano?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Exatamente. Em julho, com a prisão dele.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Antes da Operação Ímpio, que foi crime na Internet?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso. Agora em 3 de julho, se não me engano, ele foi preso. Na primeira semana de julho ele foi preso. E os senhores vejam que já foi concluída a instrução. Diferentemente de algumas cidades que a Deputada Presidenta comentou, aqui no Acre os processos têm corrido com uma certa agilidade. E por isso que eu quero fazer o reconhecimento ao Dr. Romário, que tem se empenhado. A Operação Delivery tinha 22 réus, e a gente, em 2 semanas, conseguiu concluir a fase das audiências.



E o Ministério Público tem dado sua contribuição não somente no combate, como também na informação, na divulgação. Em julho deste ano, tivemos a feira agropecuária no Estado do Acre, e lá se lançou a campanha *Em casa ou no mundo virtual, a violência é real*. Teve a participação da Ivete Sangalo, que cedeu a sua imagem e a voz para a divulgação desta campanha. Esta campanha iniciou no Estado da Bahia, e o Ministério Público tem replicado essa campanha aqui no Acre.

Também, na semana passada, no sábado, o Ministério Público passou o dia todo no bairro Taquari, atendendo toda a comunidade do 2º Distrito. E lá não só prestou várias orientações como também recebeu várias denúncias de todas as áreas. Praticamente todos os membros do Ministério Público estavam lá, com toda a equipe. O Dr. Carlos Maia, que é o Coordenador da Infância, até poderia falar com mais propriedade. Ele coordenou essa parte da infância, atendendo não só as questões de crimes contra menores, mas toda situação em situação de risco de todos os menores.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas denúncias, estatisticamente, por ano, vocês têm de abuso sexual ou de pedofilia?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Esse número eu não tenho com exatidão, mas nós temos na Vara, hoje, em torno de 400 processos, não é doutor? São mais ou menos esses casos, fora os que são julgados. Tem uns em trâmite. Por semana, nós fazemos 7, 8 denúncias; às vezes, mais. Gira em torno disso. Mas, como sai muito também, a gente não tem uma exatidão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está falando de violência sexual contra criança e adolescente?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sete denúncias por semana?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Por semana. O Dr. Getúlio me comentou há pouco tempo que, em 2 meses, relatou mais de 70 inquéritos policiais desses casos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Setenta inquéritos policiais por mês, por ano ou por semana?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Nos 2 meses.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em 2 meses?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Em 2 meses.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, pelo que o senhor está falando, tem um grande número de casos, não é?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Tem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor tem notícia de aliciadores na porta de escola?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Sim, na Operação Delivery. Inclusive alguns deles abordavam as menores na porta da escola. Os agentes que exploravam, que eram os clientes, também pegavam essas menores na porta da escola. Era muito comum até isso aí.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E têm sido feito campanhas nas escolas contra o abuso sexual, o aliciamento de meninas?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - O Ministério Público, em parceria também com o Judiciário, encaminha o pessoal da rede dele eventualmente, não tem um programa fechado com datas precisas. A gente tem sempre se reunido com o pessoal do CRAS, do CREAS, do Conselho Tutelar, fazendo essa divulgação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Existe um funcionamento de rede?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Existe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Rede de proteção?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso, CREAS, CRAS, Conselho Tutelar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente aqui?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Tem o NUCRIA, que é coordenado pelo Dr. Getúlio, aqui presente. Inclusive ele tem me falado que tem melhorado muito depois que eu assumi a Promotoria Cível.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - NUCRIA é um núcleo ou uma delegacia?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É um núcleo em uma delegacia?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, eu não estou falando de delegacia para tratar de adolescente infrator.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É de proteção à criança e ao adolescente vítimas. Tem uma delegacia?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Desde 2009 existe uma delegacia. O NUCRIA e a DEAM, que é uma delegacia em que as mulheres são vítimas, e também tem a em que as crianças são vítimas. E aí, no caso, só de crimes em que a criança ou o adolescente é vítima. Aí existe essa delegacia, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você tem uma delegacia de proteção? Onde é que funciona?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Aqui no 2º Distrito, próximo...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Funciona lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Mas é tudo lá, no mesmo prédio.

O SR. WALTER PRADO - Preste bem atenção. Lá funciona a Delegacia da Mulher e um núcleo. Isso eu estou acompanhando. Não tem a...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - O Secretário poderia dizer com mais propriedade, porque eu...

O SR. WALTER PRADO - Não tem a criação da delegacia ainda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Poderia passar para o Secretário? Secretário, o senhor queria falar sobre isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, ele não é o Secretário. O Secretário está à mesa. O senhor é o Dr. Getúlio?



O SR. WALTER PRADO - Eu deixo com o Dr. Getúlio e o Dr. Emylson, que têm mais propriedade, porque são chefes da área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele é o Dr. Emylson, o Delegado Geral.

O SR. WALTER PRADO - É. São os chefes da área.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. Emylson, vamos organizar da seguinte forma. O senhor pode vir à mesa, se tiver espaço. Mas eu vou deixar o Promotor falar, e aí — pode ficar aqui — o senhor fala em seguida. Vamos deixar o Promotor terminar.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Só para concluir, então, os processos aqui, especialmente de réus presos... Aliás, são todos, porque a Vara é recente, a Vara da Infância e da Juventude é de 2009, então ela tem julgado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Vara?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - É de 2009, a 2ª Vara da Infância e da Juventude...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você tem duas varas aqui?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma vara que lida com...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - O ato infracional...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...o ato infracional e uma vara que lida com as causas cíveis, proteção.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Proteção e mais as causas em que a criança ou o adolescente são vítimas de crimes contra a dignidade sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A questão da violência sexual é tratada nesta vara...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Nesta vara.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...que lida com todas as condições e os processos de crianças vítimas?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É isso?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São duas varas: uma cível e uma criminal? E uma de atos infracionais...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Digamos que uma...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...que não é penal?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - A primeira é somente ato infracional e medidas socioeducativas; a segunda, adoção, criança em situação de risco e crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não sei se o senhor pode me informar, mas nós temos o Juiz Romário, que pode falar em seguida. Quantos processos tem na vara, processos de violência sexual, de crime sexual contra crianças e adolescentes?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Foi isso mesmo que eu falei, em torno de 350, 400. No total, tem 700, mais ou menos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Trezentos e cinquenta são os processos que existem.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E qual é o tempo, qual o nível de celeridade do desenvolvimento desses processos? O senhor pode responder ou não? Qual é a média?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Posso responder, sim. O processo é concluído em 3, 4 meses, dependendo... a partir da denúncia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então você tem 350 processos de violência sexual...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso, em torno disso. Não são números exatos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...sendo abuso e exploração?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Exatamente. Só crimes em que a criança ou adolescente são vítimas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é mensal, são os processos que existem lá.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Existem lá, exatamente.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E tem o prazo médio de 4 meses para que eles possam ser concluídos?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso, isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos juízes tem lidando com violência sexual de crianças e adolescentes?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Somente um.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só um, que é o Dr. Romário?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Sim, só o Dr. Romário.

Então, como eu dizia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quais são os problemas que o senhor vê aqui, Dr. Mariano?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - O que mais me preocupa no momento é exatamente a questão da competência da 2ª Vara da Infância e da Juventude, que tem sido questionada no STJ, em que a defesa alega que não teria competência para julgar esses casos. E o STJ, julgando casos semelhantes do Rio Grande do Sul...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa Vara existe desde 2009?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Desde 2009.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois antes só havia uma vara que lidava com todas as questões relativas às crianças?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Antes, todas as questões iam para as varas genéricas. São quatro varas genéricas que recebiam furto, roubo, latrocínio, estupro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas Varas da Infância e Juventude...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Só existia a primeira, que cuidava somente do ato infracional e das medidas corretivas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Daí, a partir de 2009, foi que veio essa Vara. Por que ela está sendo questionada?



O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Exatamente, porque as defesas têm alegado que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que defesa?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - A defesa dos réus, os advogados, eles têm suscitado...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está certo, ela está sendo questionada pelos advogados dos réus.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Dos réus, que entendem, que alegam que a Vara da Infância funciona, a Vara da Infância... *(falha na gravação.)*
Obrigado.

Então, eu estava falando que eles têm questionado que a Vara da Infância — por ter o nome Vara da Infância e Juventude — não poderia julgar esses crimes, ou seja, aqueles crimes praticados por adultos contra menores. E o STJ, em casos semelhantes, oriundos da lei do Rio Grande do Sul, tem, vez ou outra, reconhecido isso. Mas isso não está pacificado no STJ, nem em canto algum, mas tem sido motivo de questionamentos aqui no Acre também, até porque alguns já conseguiram anulação de processos de casos do Rio Grande do Sul. E isso é o que mais nos preocupa. Só para a senhora ter uma ideia, antes da questão dessa Vara, os processos se arrastavam por anos, anos, sem que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está dizendo, só para ficar claro para nós, porque nós podemos ajudar neste aspecto, o senhor está dizendo que... Porque tem um tempo bom de funcionamento, pelo que vejo, de 4 meses para os processos — são 350 processos —, você tem uma celeridade e desde a criação desta vara, segundo o senhor está me falando.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, veja, os réus, os advogados do réu tentam anular as sentenças condenatórias. O senhor sabe qual é o nível de condenação?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Olha, é bem alto. Garanto à senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas você não tem um percentual ou coisa que o valha...



O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Acima de 80%.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Acima de 80%. Então os réus buscam anular, em grau de recurso, na instância superior ou no STJ, argumentando que esta vara não poderia analisar porque ela não diz respeito a adultos, ela estaria analisando adultos e ela é uma Vara da Infância e da Juventude.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Isso. Na verdade, eles se prendem ao nome, Vara da Infância, e nós entendemos que seria competente, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, porque tendo um processo semelhante no Rio Grande do Sul, não é isso, há um precedente. Brasília também tem essa vara de proteção, digamos assim.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Mas o STJ, como eu falei pra senhora, tem vacilado: ora ele entende, ora ele não analisa. Existe uma ADIN no Supremo, mas não foi dito nada ainda, sequer a ADIN foi analisada...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Uma ADIN que foi movida...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Pela Defensoria Pública da União, no caso do Rio Grande do Sul.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para anular as sentenças.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Para declarar inconstitucional a lei gaúcha, no caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A lei gaúcha que criou a vara.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui também é objeto de uma lei, obviamente.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Na verdade, foi uma resolução. Há uma lei complementar do Judiciário autorizando a criação por meio de resolução.

Bom, então isso é o que mais nos preocupa, porque, por exemplo, no caso da Delivery, a maioria das provas foi feita por quebra de sigilo telefônico, ou seja, em se anulando isso, infelizmente, é todo um trabalho...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que foram autorizadas pela vara...



O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Pelo juiz da 2ª Vara.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Da 2ª Vara, que é o Dr. Romário.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Dr. Romário, exatamente.

Bom, então, era isso o que eu tinha a esclarecer e estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos fazer o seguinte: Nós vamos agora fazer uma quebra e passar para o Dr. Emylson Farias da Silva, que é Delegado-Geral da Secretaria do Estado da Polícia Civil do Acre.

O senhor aproveita e faz a sua fala e esclarece a questão sobre a existência ou não desse NUCRIA, enfim, de uma delegacia. O senhor podia discorrer sobre o seguinte: qual é a estrutura de atendimento a crianças e adolescentes aqui no Estado do Acre, ou seja, quantas delegacias há no Estado, delegacias tanto de adolescente infrator ou de atos infracionais, (*ininteligível*) uma delegacia de crianças e adolescentes, quanto delegacias de proteção que lidam com crianças e adolescentes vítimas. Quantas existem, qual é o funcionamento delas, se funcionam durante o período de expediente, se funcionam em regime de plantão, qual o número de profissionais que existem, se existe corpo de apoio psicossocial — porque, se se lida com criança e adolescente, é importante que haja uma leitura e uma abordagem diferenciada. O senhor me responda a essas questões. Se o senhor não responder, a gente pergunta outras coisas, também, está certo?

Então, passo a palavra para o Sr. Emylson Farias da Silva. Esclareça essa dúvida do Deputado, que foi comunicado a ele, como Presidente da Comissão, hoje, que havia sido o Promotor Maia, que aqui está também, Carlos Roberto da Silva Maia...

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUSA MELO - Esse não é o Promotor, é o Procurador. É o outro Maia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Então, Dr. Emylson, o senhor podia responder.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Pois não. Primeiro, eu queria agradecer o convite, Presidenta, dizer que é uma satisfação pra gente poder tratar de tema de tanta relevância para a nossa sociedade acriana.



Há pouco mais de 2 meses, salvo engano, nós tivemos aqui uma audiência pública, neste mesmo espaço. E, naquela oportunidade, a requerimento da nossa Deputada Antônia Lúcia, naquela oportunidade, discutia-se Operações Delivery.

E naquele momento me parecia que o nosso olhar não era o olhar para a proteção da criança e do adolescente. Parecia que a gente estava discutindo o polo diferente do polo passivo.

E hoje aqui nós estamos, parece, restabelecendo a ordem, discutindo aquilo que verdadeiramente nos interessa que é a proteção desse público vulnerável. E, por isso, eu acho extremamente importante esta audiência pública. Fiz questão de vir pessoalmente, vim trazer o Delegado Getúlio, que é o representante do NUCRIA.

Como explanado aqui pelo nosso Promotor, nós temos um núcleo. Esse núcleo só difere, Presidenta, de delegacia por conta de uma lei estadual — absolutamente só por isso. Eu, quando trabalhei na Delegacia de Combate ao Crime Organizado, que funcionava nas dependências do Ministério Público — e lá ouvimos por diversas vezes o famigerado Esquadrão da Morte —, nós tínhamos também ali um núcleo, que não tinha nenhuma diferença, porque nós tínhamos uma equipe que diligenciava, uma equipe de investigadores, um delegado de polícia, escrivão de polícia. E, naquela época, foi criado pelo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quais as pessoas que trabalham lá?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Nós temos hoje 15 policiais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agentes?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Quinze agentes. Nós temos três delegados de polícia que trabalham no NUCRIA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No Núcleo?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - No Núcleo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Psicólogo, assistente social...

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Nós temos psicólogas...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - A Secretaria de Estado de Polícia Civil... E aqui há uma particularidade, Presidenta, que eu queria aproveitar a



oportunidade para esclarecer. No Estado do Acre, nós temos a Polícia Civil com autonomia administrativa e financeira. Então, nós temos uma Polícia Civil que faz sua própria gestão da Pasta. Obviamente, é a Secretaria de Segurança Pública que faz a política de segurança pública. Aqui, os órgãos executores, a exemplo da PM, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil, é que fazem a gestão da própria Pasta. Nós temos, contratado pela própria Polícia Civil, pelo Governo do Estado, uma psicóloga; nós temos assistente social e advogada, que fazem esse atendimento relacionado às vítimas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Uma, uma. Obviamente que nós trabalhamos integrados com a Rede. Então, nós temos um fluxo específico que, quando cai na Polícia, a Rede tem que ser acionada, obviamente para que não possamos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor está falando da Rede. Quem compõe a Rede?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente. Compõem o CRAS, assistência social, à saúde, à educação. Nós trabalhamos de maneira integrada para que a gente obedeça a essa matriz (*ininteligível*)...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem funcionamento regular a Rede?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Funcionamento regular, com fluxo estabelecido através, inclusive, salvo engano, de lei. Salvo engano, por lei, nós temos um fluxo estabelecido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o fluxo?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Caiu na maternidade... Na hora em que cai na maternidade, em razão da situação do público vulnerável, o Ministério Público é acionado e encaminha para a própria delegacia. Nós tivemos, só para materializar o que eu estou dizendo, o caso específico do Seu João das Neves... É isso? Wilson das Neves. Ele foi conduzido pela Polícia Militar. Na hora em que a criança, a adolescente chegou à maternidade, foi avaliada preliminarmente por uma médica...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A adolescente, não; a criança.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Adolescente. No caso, é a adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Wilson é o caso de uma criança de menos de 4 anos?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Isso, isso. Três anos. Então, a médica constatou que houve um abuso e imediatamente acionou a polícia. Quando acionou a polícia, a pessoa foi conduzida pra delegacia, e aí foi feito todo o procedimento de lavratura de flagrante — homologado, obviamente —, IML. E aí a Rede de Proteção foi acionada para que desse os encaminhamentos posteriores, já fora da esfera policial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, esse Núcleo funciona em sistema de plantão?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Sistema de plantão. Ele funciona...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há sempre delegado lá, a qualquer hora, 24 horas por dia?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Como ele funciona dentro da Delegacia da Mulher, nós temos situações específicas — daqui a pouco, o Dr. Getúlio poderá me ajudar. E aí nós temos uma situação específica em que, aos finais de semana, a própria Delegacia da Mulher absorve essa demanda. E essa demanda acaba...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, o Núcleo funciona só em período de expediente?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - De segunda a sexta-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não funciona nem sábado, nem domingo, nem à noite?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Delegacia da Mulher absorve a função. Mas o Núcleo não funciona nem pra flagrante. Ele transfere para a Delegacia da Mulher.



O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Da Mulher. Entendi, mas depois o senhor vai falar isso no microfone, senão não fica registrado.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Eu quero fazer um registro, Presidenta, com relação às duas situações também apontadas no requerimento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. Emylson, antes de o senhor fazer esse registro que o senhor fará — e será um prazer escutá-lo —, no caso dessa criança de menos de 4 anos de que o senhor falou, ela até o momento não foi atendida do ponto de vista da assistência de saúde. O senhor falou que há um fluxo, mas, veja, o fluxo que o senhor está falando é o fluxo para poder instaurar um procedimento, ou um inquérito, ou coisa que o valha. Mas eu falo o seguinte: uma vez percebendo essa criança supostamente vítima de violência sexual, ela precisa ter um atendimento, e até o momento não houve qualquer tipo de atendimento.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Não só ela, como a família e as pessoas que se sentiram violadas também: a mãe... Não só a criança de 4 anos, mas a mãe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas não houve atendimento.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Pois é, aí é uma situação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Onde é que falha?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - “Startar” a Rede. “Startou” a Rede, a partir do momento em que a situação de natureza policial teve um encaminhamento, se houve alguma falta de comunicação com a área social ou com a saúde, que não teve esse encaminhamento relacionado a isso aí, pode ter tido algum equívoco. Eu estou sabendo aqui agora que essa pessoa não teve o devido atendimento pela Rede, seja pelo CREAS, seja pelo CRAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É saúde ou CREAS, não é?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Daqui a pouco, certamente, as pessoas afetadas à área poderão falar com mais propriedade com relação à área que pode...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, a gente deixa a pergunta para as pessoas da área, particularmente para o CREAS, que deveria ter a função desse atendimento especializado em situação de violação: por que não houve qualquer tipo de atendimento? E, se o senhor tem notícia — eu não sei se tem, mas já fica a pergunta para o CREAS —, quantas crianças e adolescentes dão entrada, vítimas de exploração sexual, na delegacia, têm notificação? E dessas crianças e adolescentes, quantos têm atendimento no CREAS?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Olha, eu não sei exatamente quantos têm atendimento no CREAS. Talvez o Secretário Torres, daqui a pouco, possa complementar. Mas eu posso dizer que o número é exatamente aquele número que o Dr. Mariano falou aqui anteriormente: nós temos uma média de seis a sete notícias-crime por semana, e isso acaba gerando inquéritos policiais. Como o Dr. Mariano falou também, foram 77 inquéritos policiais encaminhados à Justiça só nos últimos 2 meses. Portanto, um número bastante considerável.

A Operação Delivery é uma operação que conseguiu mapear uma rede de exploração sexual que estava em andamento no Estado do Acre, levando aquelas pessoas às barras da Justiça. Teve uma condenação e um processo bastante célere por parte do Dr. Romário e do Dr. Mariano. Isso ocorreu, acredito que em 4 meses. Essa operação é uma operação de complexidade muito alta, já que é uma operação que teve, fundamentalmente, interceptação telefônica por parte da Polícia Civil, durante vários meses, de pessoas que tinham poder econômico bastante alto.

Por isso, faço questão de repisar o que disse anteriormente: aqui, sim, nesta audiência pública, nós estamos preocupados em proteger a criança e o adolescente. Nós tivemos uma outra audiência que me parecia que a defesa era muito mais de quem estava no outro polo. Aqui hoje eu me sinto absolutamente contente e satisfeito de poder participar de um momento como este. Essa rede de exploração, como foi colocado aqui anteriormente, havia pessoas que aliciavam em portas de escolas, havia pessoas que aliciavam em outros locais públicos aqui no Estado. Pegavam crianças e adolescentes na saída das escolas e as conduziam para motéis. Isso foi tudo monitorado através... Tivemos uma perícia bastante forte. Tivemos uma prova testemunhal bastante robusta, o que acabou levando à condenação de quase 100% das pessoas indiciadas nessa operação.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutor, o senhor falou que quase 100%, mas eles estão respondendo em liberdade. E, pelo que nós sabemos, eles sempre continuam com o mesmo trabalho, porque eles não mudam. As penas são muito leves, respondem em liberdade, e continua a rede.

Queria saber se vocês detectaram algum envolvimento com essa rede de exploração para outros Estados ou mesmo para os países vizinhos e se vocês ainda continuam monitorando essas pessoas; por que a pena foi tão leve, por que eles estão respondendo em liberdade, já que eles estavam aliciando em portas de colégio; se nesses motéis a que foram levadas essas crianças foi cassado o alvará, se foi fechado o estabelecimento, para poder...

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - A senhora fez várias perguntas e algumas extremamente até pertinentes. Essa discussão dos motéis é uma discussão, acho, extremamente oportuna. A gente precisava... E, aí, sim, eu queria que... Estou na Casa do povo, estou no Parlamento, é o momento oportuno para que a gente, através do Parlamento, comece a exigir, através de lei, que esses donos de motéis forneçam os nomes das pessoas que são levadas para aqueles locais e são vítimas de exploração, porque isso, salvo engano... O Dr. Romário tinha uma portaria que foi cassada, e nós não temos uma regulamentação para saber o nome daquelas pessoas que são levadas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, além disso, o senhor está falando de uma identificação das pessoas que frequentam motel, para que elas possam ficar à disposição de um processo de investigação quando envolve atos criminosos.

Mas o que a Deputada falou é o seguinte: o motel que abriga, ele é proibido de abrigar. Isso é uma legislação. Ele não pode abrigar. Ele é responsável, corresponsável, pela legislação, por crimes que aconteçam no seu universo, até porque ele tem que exigir... Ele não pode permitir que crianças e adolescentes estejam lá... São fechados esses motéis?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Aqueles casos específicos que foram flagrados estão objeto de enfrentamento. Agora, nós temos aí um número grande, porque...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que é objeto de enfrentamento? Como assim? Não entendi.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Objeto de ação contundente do próprio Estado, por conta de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Estado fechou o motel?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - ...situação específica. Nós não temos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa função não é do senhor. Essa função é da Prefeitura.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Eu queria concluir, porque ela me fez três perguntas, e eu acabei falando só de uma situação específica. Foi colocada outra questão agora, me fugiu à memória. A senhora colocou com relação...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Da impunidade, em relação a eles estarem na rua, se vocês estão monitorando e se também há conexão com outros Estados e com outros países.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Houve, sim, durante a investigação, indícios de que havia um tráfico internacional, e obviamente que tudo aquilo que foge da esfera de competência da Polícia Civil estadual é encaminhado para a Polícia Federal. Foram extraídas cópias dos autos e encaminhadas para a Polícia Federal, que deve estar com a investigação em andamento com relação ao tráfico internacional de pessoas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, além disso, Delegado — o senhor é delegado, não é? —, vocês conseguiram detectar uma conexão entre as redes ou a ampliação das redes? Ou seja, redes que trabalham aqui no Acre e que tenham conexão com outras redes, com redes de outras Unidades da Federação, particularmente da Região Amazônica? Ou seja, redes que funcionam aqui e que têm conexão? Porque a Delivery identificou também pessoas do Estado do Amazonas, se não me engano. Se há essa conexão e se há algum tipo de articulação das polícias, tanto do Estado do Amazonas quanto do Acre? E quantas delegacias... Esse NUCRIA funciona só aqui, em Rio Branco, ou há em outro local do Estado?



O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Não, nós temos o NUCRIA somente funcionando em Rio Branco. As delegacias do interior são todas genéricas, (*ininteligível*) a todas as situações... No Estado do Acre, a grande maioria dos 22 Municípios não passa de 30 mil habitantes. Então, são Municípios bastante pequenos, à exceção de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, que são Municípios maiores. Com relação à pergunta anterior, na investigação, não ficou constatada relação com outros Estados. Aquilo que havia e que fugia da atribuição da Polícia Civil foi encaminhado para a Polícia Federal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E ela continua investigando? Vocês acompanham ou, depois que passa para lá, morre o processo?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Acredito que sim, porque é da própria natureza do inquérito policial o sigilo dele.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Agora, outra pergunta: foi detectada nessas meninas a quebra de sigilo telefônico. Havia número de meninas indígenas?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não? Só meninas mesmo aqui da Capital?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Da Capital e havia do interior do Estado também.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Do interior do Estado também.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Havia pessoas do interior do Estado. Havia pessoas de outros...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De outros Estados?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - De outros países.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De outros países?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Por isso foi encaminhada para a Polícia Federal cópia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi aquele preso em Orlando? O senhor está falando da mesma...? Não?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Não.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Aquele outro foi o da Internet? Do crime da Internet? É porque aqui houve a Glamour, a Ímpio, a Delivery. Houve várias operações.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - A Operação Glamour é um desdobramento da Operação Delivery. A Operação Glamour foi um desdobramento da Operação Delivery. Havia uma pessoa que aliciava, através de uma agência de modelos, várias adolescentes. Dr. Mariano falou aqui que 19 adolescentes foram aliciadas. Então, ela foi um desdobramento no momento mais oportuno da operação, a Operação Glamour.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, o senhor não consegue identificar uma conexão com outras redes de funcionamento de outros Estados nesta região, mas, sim, com outros países. Aqui é um Estado que faz fronteira com dois países, mas, de outros países, o senhor consegue identificar.

E a questão das rotas: vocês identificaram? Porque foram identificadas mais de 200 rotas para a finalidade de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil por um estudo feito há algum tempo pelo Governo Federal, e a grande parte delas concentrada aqui na Região Norte, muitas no Pará, no Amazonas, enfim... O senhor tem notícias dessas rotas? Houve identificação de rotas, inclusive, visando às fronteiras?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - No inquérito, como eu disse anteriormente, havia indício de pessoas que vinham do País vizinho para ser objeto de exploração sexual em Brasília, no Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passava por aqui?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Por essa razão, toda a cópia disso foi encaminhada para a Polícia Federal. Obviamente o que eu estou falando é de indícios já confirmados pelo Poder Judiciário e chancelados pelo Ministério Público. É um processo hoje da Delivery que já não está nem na primeira instância. É um processo em que já não se fala mais em investigação. A investigação já foi concluída, já foi encaminhada para o Judiciário, com efetividade da ação de 1º grau do Poder Judiciário. Portanto, é um processo que já está tramitando na segunda instância, assim como... A Glamour ainda não. Acho que não foi julgada. Está em alegações finais. Mas tudo aquilo que diz respeito, que possa desencadear futura



investigação e que tenha relação dentro daquilo que a gente entende que pode ser usado como prova emprestada para outra investigação, obviamente, com autorização judicial, será feito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe só eu lhe dizer uma coisa. É possível — eu não sei se é o senhor, se é alguém que compõe esta Mesa — que a gente tenha um resumo dessas operações, para constar do relatório da CPI?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Eu posso encaminhar o relatório policial, da conclusão do próprio inquérito policial ou a denúncia. O Dr. Mariano pode encaminhar a instrução processual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aquilo de que eu preciso é o seguinte, deixe eu lhe dizer... A gente pode pedir também a cópia do inquérito, pode ser também, mas o que a gente gostaria, se vocês pudessem encaminhar: Operação Delivery: resultou em tantas coisas, em tantos indiciados e tal.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Sem problema.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Operação Glamour: derivada da Operação Delivery e tal. Identificação de rotas: rotas conectadas com outros países em direção à Brasília. É esse resumo que seria importante. A gente gostaria também das cópias dos processos, mas esse resumo seria importante, porque nos ajuda a dar uma avaliação.

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Não tem problema nenhum. Com relação à cópia...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor entendeu, não é?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí o senhor coloca, ao mesmo tempo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso. Mas um resumo era bom. E, ao mesmo tempo, dizer o seguinte: 77 inquéritos foram feitos em 2 meses, a média de 7 por semana e tal. A mesma coisa eu vou dizer para o senhor, Dr. Romário, se for possível, esse balanço. Eu já pedi para o Desembargador, o Presidente, mas seria importante pra gente ter... Está certo?



O senhor que falar mais alguma coisa, Sr. Emylson?

O SR. EMYLSON FARIAS DA SILVA - Estou satisfeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está satisfeito? Então, está ótimo.

Eu vou fazer o seguinte: vou dar uma quebrada aqui, porque nós temos o Inspetor Nelis Newton, Chefe da 5ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal do Estado do Acre, que vai ter que se retirar e solicitou que pudesse fazer o uso da palavra.

Respeitando muito o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, e inclusive, se fosse possível, o senhor podia discorrer aqui sobre o mapa de vulnerabilidade da região: quantos pontos vulneráveis, em que rodovias, enfim e, ao mesmo tempo, quantas crianças e adolescentes resgatados. Esses dados, se o senhor não tiver aqui, pode nos remeter *a posteriori*. Então, eu queria lhe passar o microfone.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Delegado, muito obrigado.

O SR. NELIS NEWTON - Exma. Sra. Deputada Erika Kokay, em nome de quem eu cumprimento as demais autoridades presentes aqui à Mesa e aqui ao plenário. Antes de mais nada, boa noite a todos. Só mesmo para ficar registrado, a Polícia Rodoviária Federal, no Estado do Acre, tem uma característica diferenciada das demais unidades da federação porque é única unidade da federação que não possui uma unidade gestora, não possui uma Superintendência da Polícia Rodoviária Federal. Então, a nossa Superintendência é Rondônia e Acre, e a Delegacia do Acre, sediada em Porto Velho. E nós somos a 5ª Delegacia, as outras quatro são em Rondônia.

A Delegacia do Acre, então, tem uma estrutura de delegacia, porém funciona administrativamente e operacionalmente como uma superintendência. A gente tem essa peculiaridade, e acreditamos que isso vai ser resolvido, que já há um projeto de reestruturação no Departamento pra... Após o projeto de reestruturação, então, vai ser criada a Superintendência do Acre, e a gente acredita que, com essa nova estrutura, o serviço vai ser bem mais eficiente do trabalho da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Acre.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é a previsão dessa nova estrutura?



O SR. NELIS NEWTON - Ele foi enviado pra Câmara dos Deputados no início de setembro. Já está na Câmara dos Deputados o projeto de reestruturação do Departamento como um todo, com a criação de cargos, e, nessa nova estrutura, então, já está prevista a criação da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Acre. Então, a gente acredita que o mais breve possível nós já tenhamos essa estrutura já aprovada pelo Congresso.

Bom, o trabalho de prevenção, de repressão a esse tipo de crime ocorrido nas rodovias federais, principalmente na verificação de pontos vulneráveis, é o trabalho que a gente tem feito de fazer mapeamento dos locais vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes. Ele acontece diariamente através do telefone 191, que é o nosso telefone de emergência, e através das ondas, das abordagens que são feitas pelas equipes. Então, é feito esse mapeamento de forma geral, com todos os pontos que chegam até a Polícia Rodoviária Federal em todos os Estados. A partir daí, o serviço de inteligência, então, monta uma estratégia de trabalho periodicamente, duas, três, quatro vezes por ano, e é feito, então, um mapeamento para detectar exatamente os pontos vulneráveis.

Nesse primeiro levantamento, são incluídos postos de combustíveis, bares, restaurantes, tudo o que se encontra às margens da rodovia e que possa representar algum tipo de risco com a presença de menores nesses locais. Então, após o serviço de inteligência, realmente são detectados aqueles pontos em que existe a concentração de menores. Esses pontos, então, são repassados para a parte operacional. É realizado o planejamento, então, de operação específica nesses pontos. Por se tratar de locais onde ocorrem não somente a questão da vulnerabilidade de crianças e adolescentes, mas também consumo de bebidas alcoólicas, foragidos da justiça, consumo e venda de entorpecentes, então é montada toda uma rede nessas operações da Polícia Rodoviária Federal, contando com Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Juizado.

Então, toda a rede é montada, e nós realizamos as operações. Aqui no Estado do Acre, a operação mais recente que tivemos foi ontem à tarde. Nós realizamos uma operação em um balneário aqui no perímetro urbano de Rio Branco. Era um dos pontos que foram mapeados através do nosso serviço de inteligência.



Executamos a operação ontem, no final da tarde, início da noite. Esse foi o trabalho mais recente, contando com toda essa rede.

Ainda este ano tivemos um outro trabalho no Município de Sena Madureira e, no ano passado, um trabalho no Município de Capixaba, que foi o mais significativo: um bar que se encontrava às margens da rodovia, e nesse local, foram apreendidos cerca de 60 menores em situação de vulnerabilidade. Era um bar com bastante gente, muita gente mesmo. Fechava uma rodovia. E é esse tipo de trabalho que vem sendo feito por parte da Polícia Rodoviária Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos pontos vulneráveis no Acre?

O SR. NELIS NEWTON - O trabalho, como eu falei pra senhora, é feito na Superintendência Rondônia e Acre. Então, o serviço de inteligência mapeia e separa esses dois pontos, Rondônia e Acre. Então, no Estado do Acre, foram passados, para o serviço operacional, dois pontos, dois pontos vulneráveis. Constatada a presença de menores, nós havíamos planejado fazer os dois pontos. Mas, por questões de logística mesmo e para que não fosse feito de forma que não surgisse o efeito esperado, nós optamos por fazer um dos pontos e, em breve, faremos o outro ponto, que só é do conhecimento...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse ponto foi o de ontem?

O SR. NELIS NEWTON - O de ontem. Nós elegemos o de ontem por questões de logística. Pelo tempo que tínhamos para realizar o trabalho, era mais conveniente fazer esse primeiro ponto. Posteriormente, já está acordada com o Ministério Público e com o Juizado a execução desse outro ponto.

Então, a princípio, esses dois pontos foram os mapeados pelo Serviço de Inteligência, porque realmente foi configurada a vulnerabilidade. Foi constatada se constatou a presença de menores consumindo bebida alcoólica ou consumindo entorpecente; como consequência natural, passa-se à exploração sexual. Então, é o que foi detectado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor falou de algumas operações — três, se não me engano — nos últimos anos.

O SR. NELIS NEWTON - Isso. Desse porte, foram três.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Polícia Rodoviária Federal tem noção de que crianças e adolescentes resgatados em uma dessas operações voltam para essa situação?

O SR. NELIS NEWTON - Não...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é perceptível?

O SR. NELIS NEWTON - No nosso caso aqui específico, no Estado do Acre, a gente não tem esse levantamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As crianças e os adolescentes que são encontrados são encaminhados para o Conselho Tutelar? Para onde?

O SR. NELIS NEWTON - Esse trabalho que a gente tem feito, normalmente a gente tem feito com toda a estrutura da Rede. Então, ele já é... O pessoal do Ministério Público...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A estrutura da rede que o senhor fala é o Ministério Público, Vara,...

O SR. NELIS NEWTON - Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, agentes de proteção, conselheiros tutelares. Todos já estão presentes no local. Então, verificada a presença de menores, o próprio efetivo da Rede já se encarrega de dar o devido encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor quer dizer mais alguma coisa?

O SR. NELIS NEWTON - Nada a acrescentar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu quero agradecer a sua participação, Inspetor Nelis Newton, e passar para o nosso próximo componente da Mesa, o Sr. Ildor Reni Graebner, que é Secretário de Estado de Segurança Pública do Acre.

O SR. NELIS NEWTON - Deputada, eu só queria agradecer mais uma vez e pedir desculpas porque preciso me ausentar porque tenho uma audiência com o Governador, às 18h. Se a gente perder essa audiência agora, para conseguir outra é mais difícil. Está bom? Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, sinta-se à vontade. Agradeço muito a sua contribuição, Inspetor.



Passo a palavra, então, ao Sr. Ildor Reni Graebner, que é Secretário de Estado de Segurança Pública do Acre.

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Boa tarde — acho que já é quase boa noite — a todos. Representando também o nosso Governador Tião Viana, eu apresento as boas-vindas. Desejamos muito sucesso no objetivo da Comissão. Cumprimento os senhores através da Deputada Érika e o faço também através da Deputada Antônia Lúcia e do nosso Deputado Walter Prado, estendendo a todos os demais da Mesa.

Acho que já ficou bem percebido que os órgãos de segurança pública têm cumprido o seu dever e têm cumprido as suas atribuições na feitura das suas investigações e na instauração dos inquéritos para que o Ministério Público e o próprio Judiciário pudessem adotar as suas decisões dentro do nosso regime democrático que está estabelecido no Brasil.

A Secretaria de Segurança Pública no Estado do Acre tem uma estrutura de condução da política. Então, a execução é totalmente por conta da Polícia Civil e da Polícia Militar, dentro das suas atribuições. Ela presta todo o apoio logístico e os investimentos, principalmente aqueles provêm da União, da SENASP, e faz essa gestão de recursos financeiros.

Por parte do Governo, quero externar que a política do Governo do Estado é de apurar todos os crimes dos quais a polícia toma conhecimento, em especial esses que atentam ou sejam praticados contra aqueles vulneráveis, dando maior prioridade, maior celeridade. Como a senhora já percebeu, os inquéritos e a denúncia são feitos em tempo bem célere, procurando exatamente evitar a impunidade em relação à prática desses crimes.

Então, todas as ações são feitas de forma integrada. O Sistema de Segurança Pública é um sistema totalmente integrado, composto pela Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiro, DETRAN e IAPEN, e coordena as ações de política. Dessa forma, presta também esse apoio constante a todas as atribuições próprias de cada instituição.

Por outro lado, estão integrados também o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria e todo o Sistema de Segurança Pública na apuração, na



otimização dos recursos humanos. Conseqüentemente, as informações, os dados, os procedimentos andam em conjunto, de uma forma mais célere.

Em rápidas palavras, eu posso declarar isso, porque os inquéritos, as ações são próprias da Polícia Civil, próprias do Delegado, como o Dr. Emylson já falou. O Dr. Delegado Getúlio estará aqui para dar esse detalhe. A Secretaria de Segurança não interfere na condução do inquérito, porque tem autonomia total a Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas o senhor aqui representa o Governador. O senhor...

Primeiro, a seguinte coisa: as 60 crianças e adolescentes foram localizados em situação de exploração sexual, pelo que foi falado. Houve algum tipo de atendimento a essas crianças, do ponto de vista da superação da situação de exploração? E, segundo, há um plano de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado do Acre?

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - As próprias delegacias específicas têm essa atribuição e executam os trabalhos.

Com relação à Rede de Atendimento, a Secretaria de Segurança Pública foi indicada para coordenar todo o trabalho do *crack* e outras drogas, para o qual estão identificadas todas aquelas pessoas em situação vulnerável, inclusive menores, e qual o tratamento deve ser dado a elas. Incluem-se aquelas de exploração sexual. Então, nós temos um fluxograma montado, uma forma intersetorial, uma forma transversal, com todas as instituições do Estado e do Município, para o acolhimento e para tratamento.

Essas vítimas específicas, a assistente social e a própria Saúde têm mais informações, podem falar. Mas a rede estruturada existe, própria para o atendimento a essas situações de vulnerabilidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, assim, o senhor não sabe se tem, mas a gente vai solicitar então... Aqui está o Sr. Antônio Torres. Sr. Antônio Torres, a gente depois vai solicitar se o senhor conhece um plano de enfrentamento da exploração sexual, como é que está a execução dele e se houve atendimento a essas 62 crianças e adolescentes localizadas.

O senhor quer falar mais alguma coisa?



O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Só que eu posso encaminhar à Comissão o fluxograma, elaborado de uma forma transversal, que demonstra qual é o procedimento que o Estado, o Município devem adotar para o atendimento dessas pessoas vulneráveis.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Mas nós estamos falando aqui não de pessoas... Nós estamos falando especificamente de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Mas elas estão em situação vulnerável, e o tratamento acaba sendo o mesmo dentro da Rede da qual todo o mundo está falando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Mas aí, Secretário, se me permite, é preciso que seja feito o recorte da exploração sexual, porque tem outros envolvimento. Então, a atenção geral, ela dilui e é pouco efetiva. Então, nós estamos trabalhando sempre como o plano que o Governo Federal tem de enfrentamento da exploração sexual, como tem de convivência familiar, comunitária e familiar, como tem de enfrentamento do trabalho infantil, como tem, enfim, outros planos. E tem inclusive de enfrentamento da drogadição. Mas nós estamos falando especificamente de um plano do enfrentamento tal.

Mas a gente vai passar depois para o Secretário. Secretário, se o senhor quiser compor a Mesa conosco...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, mas — eu vou fazer para a Mesa aqui — eu soube que a Vara... Foi feita por portaria? Foi por uma resolução?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi, porque tem uma legislação que possibilita isso, possibilita... Em Brasília também foi feita dessa forma.

Secretário, o senhor quer falar mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Então, eu vou passar nesse momento à representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Acre — CEDECA e Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Acre, Sra. Maria de Nazaré Gadelha Ferreira. É um prazer tê-la aqui. Tenha segurança do nosso respeito pelo CEDECA.



A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Em primeiro lugar, cumprimentar a Mesa, na pessoa da Presidente da Mesa, que está coordenando aqui os trabalhos, Deputada Erika, e dizer da imensa satisfação que a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Acre tem em participar de um momento como este. Para nós, é relevante esse momento, é importante a vinda da Comissão até o Acre.

O Acre, infelizmente, tem um histórico — infelizmente, não vai dar para explanar tudo sobre isso, um histórico de grandes violações de criança, de direitos de crianças e adolescentes. Alguns teóricos inclusive apontam para a possibilidade de uma tradição cultural, uma tese com a qual eu não concordo. Mas o fato é que no Estado do Acre existem...

Eu vi, observei aqui os dados e acredito... Não posso afirmar porque eu acho que falta pesquisa, falta diagnóstico, falta uma maior integração, para que todos os dados sejam efetivamente levantados. Esta é uma reivindicação inclusive da sociedade civil: que todos os dados sejam levantados. Para atender um caso na Delegacia de Polícia, levantam-se todos os dados; na Promotoria, na Vara, na Rede... Tem toda uma Rede de Atendimento. Infelizmente, sinto a ausência aqui de várias pessoas dessa Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente aqui no Acre.

A Comissão de Direitos Humanos, infelizmente, não atua em todas essas partes da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente. O CEDECA no Acre é ainda... Já existiu, de fato; hoje não existe mais, nem de direito nem de fato. Estamos em fase de criação, é bom que se diga. Quando existiu, eu advoguei para esse centro de defesa de direitos da criança e do adolescente, e a gente fazia toda uma pesquisa nesse sentido. Eu acho que fizemos várias denúncias.

Hoje há no Estado do Acre, não só na cidade de Rio Branco, mas em todo o Estado, na minha opinião, um número muito elevado de situações de violência sexual e de exploração sexual de crianças e adolescentes, que precisam, na minha opinião, ser mais bem diagnosticados.

Acho que a minha contribuição hoje para esta Mesa é: há uma necessidade de que a Rede realmente se encontre nesse sentido de diagnosticar, levantar os dados e o perfil da vítima de exploração sexual.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora podia me responder algumas coisas: primeiro, não sei se a senhora sabe, se o SIPIA está funcionando no Estado. Ou seja, o SIPIA é um sistema que cataloga e traça, portanto, um perfil das violações de direitos. Funciona nos Conselhos Tutelares. Quantos Conselhos Tutelares existem aqui? A senhora sabe?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Nós temos dois Conselhos Tutelares.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No Estado do Acre?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Não no Município de Rio Branco. Desculpe. Nos demais Municípios, existe... Acho que em cada Município existe um Conselho Tutelar. No Município de Rio Branco, Capital...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui são quantos... Aqui são quantos... Quantos Municípios tem o Acre?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Vinte e...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vinte e dois?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Vinte e dois. Vinte e três.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todos os Municípios têm Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Têm, não é, Dr. Carlos Maia? (*Pausa.*) Enfim, eu não tenho essa informação correta, infelizmente. Eu, enquanto representante da Comissão de Direitos Humanos, não participo, infelizmente, da Rede. A Rede... A OAB, na Seção... A Comissão de Direitos Humanos da Ordem não foi convidada, ou não participa, mas a gente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não há um Fórum de...

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Não tem participação nos fóruns.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...de Crianças e Adolescentes aqui? Não tem um Fórum?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Há, sim. Existe o Fórum, existe... A Rede é bem articulada. A gente participa de alguns momentos de



discussão. Há os Conselhos de Direitos, há o CREAS, há os Conselhos Tutelares. Enfim, há uma gama de organização...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Existe algum conselheiro tutelar ou conselheira tutelar aqui? *(Pausa)*

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Não sei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não é?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Existem as entidades da sociedade civil organizada que participam de todo esse processo, e infelizmente não estão aqui.

Mas a minha contribuição é esta: eu acho que falta, e vou só reforçar, falta esse diagnóstico; não exato, porque não seria possível. Por exemplo, a gente participou ultimamente de um evento onde se discutiram várias situações, e essa questão da criança e do adolescente vítima apareceu como fato isolado, porque não é possível diagnosticar, dizer: *“Nós temos aproximadamente esse número”*. Sabe-se que é grande. Todos os dias se tem notícia. Eu faço um trabalho de atendimento ao público no Ministério Público, hoje, do Estado do Acre, e todos os dias a gente encontra situações de reclamações, ou de violência ou de exploração sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O senhor quer falar alguma coisa? *(Pausa.)* O senhor é quem? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay.) - O senhor vai falar. O senhor vai falar. O senhor está inscrito.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim. Claro, claro.

Eu vou passar então para o Juiz Romário Divino Farias, que é Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Eu quero cumprimentar a Deputada Erika Kokay, Presidente da CPI; a Deputada Liliam Sá, Relatora; a Deputada Federal Antônia Lúcia, cumprimentá-la por requerer a realização desta audiência aqui no Acre; o Dr. Mariano, representante do Ministério Público, e as autoridades aqui presentes.



Eu quero só, inicialmente, falar do trabalho do Judiciário, rapidamente, em relação ao combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. Houve duas inovações, a meu ver, de grande importância para o combate nesse viés da responsabilização, com a criação de uma vara especializada, em 2009, para julgar esses crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. Desde então foram proferidas 375 sentenças, desde 2009. Hoje tramitam aproximadamente 400 processos, que têm celeridade combinada com segurança jurídica. Muitos réus que são denunciados, eles, ao final, são absolvidos também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Trezentas e setenta e cinco sentenças já proferidas?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Sentenças. Isso. Isso em Rio Branco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas sentenças condenatórias? O senhor não sabe?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Não, mas é em torno de 80%, mais ou menos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E 400 tramitando?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - É, que estão tramitando, que têm aquela...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Desde 2009?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - É, exato. Só que os de 2009, 2010, a imensa maioria já foi solucionada. Nós temos alguns casos em que o réu está foragido e não consegue ser citado. Então,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que caso é esse?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Há diversos casos de réus que são foragidos e não conseguem ser citados. Então, por questão de obediência ao devido processo legal, normalmente é expedido o mandado de prisão desses réus, e fica-se no aguardo, até a polícia realizar a prisão. Às vezes eles são presos em outras Unidades da Federação.

E uma outra questão, Deputada, que nós podemos ver: essa questão da criança e do adolescente deve ter naturalmente a abordagem multidisciplinar. E é importante que todas aquelas instituições de atendimento, elas verifiquem na criança a situação de prioridade. Então, devem verificar questão da saúde, questão do registro da criança. Todas as autoridades que tomarem conhecimento de um fato de



violação de direitos de criança e adolescente devem agir dessa forma, dentro de uma abordagem multidisciplinar e fazendo um encaminhamento adequado.

Por exemplo, na questão das adolescentes que fizeram parto lá com 13 anos, é uma obrigação jurídica e ética do profissional de saúde essa notificação. Foi noticiado aqui, já há algum tempo, dentro de uma audiência lá, um número relativamente alto. Depois o Ministério Público requereu providências no sentido de que sejam encaminhados às autoridades esses casos. Eu creio que a maternidade, se não o fez, deverá encaminhar todos aqueles partos, os nomes, a identificação adequada de adolescentes de 13 anos, abaixo de 14 anos, que é o estupro de vulnerável, para que seja feita a devida regularização.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor tem notícia, Dr. Romário, se houve realmente essa... Eu digo: o Ministério Público solicitou, a Secretaria de Saúde deve estar encaminhando para a delegacia — corrija-me se eu estiver errada —, isso e se transformou em inquérito? Isso é crime, não é? Se a menina teve até 14 anos, é violência presumida, estupro de vulnerável; então é crime. Houve algum que o senhor tenha notícia? Chegou algum caso para o senhor... O inquérito tem que ser também acompanhado pelo Poder Judiciário. O senhor tem notícia de que se tenha transformado em inquérito?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Em alguns casos, nós percebemos que a denúncia resultou de uma comunicação da área de saúde ao Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar encaminhou à Polícia, que fez a investigação...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então a saúde encaminha para o Conselho Tutelar? Ou para o Ministério Público?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Para as autoridades. Nesse caso — o doutor pode falar —, houve uma requisição de que sejam informadas ordinariamente, porque pela Lei 8.069, sob pena de responsabilidade do administrador da saúde, quando se verificar situação de violação de direitos de criança, se deve fazer. Se for crime, o caso deve ser encaminhado à autoridade policial ou ao Ministério Público. Se forem questões que envolvem melhor orientação à família, devem ser encaminhadas também ao Conselho Tutelar. Em relação a esses casos específicos, acho que as autoridades da saúde deverão falar se foi atendido isso aí ou não.



Dentro dessa questão de abordagem multidisciplinar, nós ressentimos também de maior humanização no atendimento das crianças que são vítimas de violência sexual. É desejável que todos os equipamentos de assistência social, tais como os CRAS e CREAS, sejam dotados de infraestrutura física adequada de profissionais, com abordagem multidisciplinar — no caso, assistência social, saúde, parte de saúde mental — e, no caso específico de crianças vítimas de violência sexual, humanização também no atendimento médico, em que se emitirá esse laudo. Há necessidade disso. É bom que a CPI recomende isto: uma maior humanização dessas áreas de atendimento.

Por exemplo, foi colocada especificamente a questão de criança que é atendida e não é encaminhada para acompanhamento psicossocial. É importante que... Algumas correções devem ser feitas para o atendimento integral à criança e adolescente nessa área específica dos crimes contra a dignidade sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor percebe uma deficiência ou o senhor está recomendando em tese?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Normalmente, não é... Às vezes não são incorporadas rotinas. Nós falamos — até uma questão muito utilizada em organizações — de checar, verificar: essa criança foi encaminhada para o serviço psicossocial? Se não, deve-se fazer o encaminhamento. Isso aí não é somente na... Em qualquer área, se chega uma situação lá dos equipamentos de assistência social, deve ser verificado isso, assim como outras situações de violação devem ser verificadas. Então, deve ser feito um *checklist* para que essa criança tenha o atendimento integral.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso mesmo.

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Se um caso ou outro não está sendo encaminhado, então deverá incorporar essas questões na rotina de cada órgão, tanto os equipamentos de saúde, de assistência social, do Judiciário, do nosso caso lá.

Em todos os casos que são submetidos ao Poder Judiciário, é dada celeridade e segurança jurídica na conclusão dos casos. Não temos caso específico de casuísmos. O Deputado citou um caso do Amazonas que só foi impulsionado



com a presença da CPI. No Acre nós seguramente podemos garantir que não há esses casuísmos, de denúncia ficar parada lá, sem o impulso processual adequado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor deseja falar mais alguma coisa?

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Não, é só isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por hora não, não é?

Eu vou passar a palavra ao Procurador de Justiça, Carlos Roberto. Carlos Roberto da Silva Maia está aqui? *(Pausa.)* Dr. Carlos Roberto? *(Pausa.)*

Enquanto ele não vem, eu vou então passá-la para o Sr. Antônio Torres, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social do Acre. O senhor foi instado várias vezes aqui — não o senhor, mas o serviço de atendimento às vítimas de violência sexual.

Então, passo a palavra para o Sr. Antônio Torres, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social do Acre. Depois eu a passo para o Sr. Carlos Maia.

O SR. ANTÔNIO TORRES - Boa noite, Sra. Deputada e demais autoridades!

Quando se menciona a questão da assistência social, inclusive como a senhora mesma já disse, muito mencionada, eu só gostaria justamente de deixar muito bem claro qual é essa relação hoje da política da assistência, do atendimento e do serviço e, é claro, algumas respostas, também, que a senhora está aguardando de mim. Elas virão através da Sílvia, que representa aqui a Secretaria Municipal de Assistência Social. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social tem o papel justamente de acompanhar, coordenar, capacitar e fortalecer os serviços dos Municípios, e o Município realiza e oferece os serviços na linha da política da assistência do Sistema Único de Assistência Social.

Eu gostaria aqui de, diante de toda essa exposição, mencionar que a Secretaria de Desenvolvimento Social, o Governo do Estado tem realizado um trabalho forte em relação a essa questão do enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil — isso dentro de uma visão geral —, primeiro para o fortalecimento e capacitação, acompanhamento e atendimento às equipes dos CREAS dos Municípios do Estado do Acre, não especificamente de Rio Branco, mas de todos os Municípios, porque é papel e competência do Estado essa capacitação.



Nisso nós temos também uma grande parceria com o Ministério Público e também outras entidades, que é o programa de enfrentamento de ações integradas e integradoras, o PAIR. Esse PAIR, ele visa às ações articuladas dessa rede de atendimento, tais como a Saúde, Assistência, Conselhos Tutelares, Delegacia, Polícia Civil, Polícia Militar, as entidades da sociedade civil, tais como igrejas. Enfim, é o envolvimento com as demais entidades dos Municípios justamente para que possam ser estruturadas e possam trabalhar dentro dessa questão da proteção e da garantia de direito de criança e adolescente relacionado ao enfrentamento dessa questão.

Quero só mencionar aqui que, por exemplo, já foi realizada, principalmente em Manoel Urbano, Tarauacá e Feijó, a articulação da política institucional, o diagnóstico participativo também desses Municípios. Por que estou mencionando Manoel Urbano, Tarauacá e Feijó em específico, além dos vários outros Municípios? Porque são Municípios que estão à beira da BR, e justamente esses Municípios que estão à beira das BRs são os Municípios mais vulneráveis.

Aqui, como havia colocado o Secretário — escapuliu o nome do meu amigo, o Barão; sei que é chamado de “Barão” — Evandro Rosas colocava a realidade, o contexto dos nossos Municípios, que são Municípios vulneráveis pela lógica das relações de famílias e das crianças e a exposição que naturalmente elas têm. Então, este trabalho que a gente tenta realizar junto aos Municípios é justamente para poder fortalecer os vínculos familiares e, ao mesmo tempo, dar esta garantia de proteção e defesa dessas crianças.

Sabemos que, infelizmente, esta prática é muito silenciosa. Muitas vezes acontecem aquelas que vêm a público, mas também têm aquelas silenciosas que não aparecem e que é justamente dentro desse serviço e do fortalecimento dele que nós temos investido muitas ações. E aí a mencionar o fortalecimento dessas ações nos Municípios de Assis Brasil, Brasileia, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guomard, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.

Em relação a isso, existe o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Também existe aqui a questão do fortalecimento do próprio Disque 100, porque quando nós evidenciamos todos esses



casos que vêm à tona, que vêm a público, significa que o Disque 100 está funcionando, as ações do País têm apresentado resultados, porque as pessoas estão começando a ter coragem de denunciar, porque esta não é uma prática muito comum das nossas famílias. As pessoas têm muito medo, elas preferem silenciar, guardar. O Disque 100 tem fortalecido. Essas ações têm levado as pessoas a sentirem esta confiança, esta credibilidade.

No que diz respeito também ao atendimento, como funciona esta Rede — e posteriormente a Silvia haverá de detalhar melhor —, no caso desses atendimentos, eles são encaminhados ou pelo hospital ou mesmo pela delegacia para o Conselho Tutelar, ou encaminhados diretamente para o CREAS, porque o CREAS é justamente quem presta este atendimento, este acompanhamento socioassistencial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos CREAS tem no Estado?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Em Rio Branco tem dois CREAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, no Estado tem quantos?

O SR. ANTÔNIO TORRES - No Estado, nós temos 13 CREAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Treze CREAS?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, tem 10 Municípios sem CREAS. Não, mais do que isso, não é?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Tem mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, porque tem dois em Rio Branco, não?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Tem mais, porque... Deputada, tem dois em Rio Branco...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos Municípios não têm CREAS?

O SR. ANTÔNIO TORRES - No caso é equivalente a dez Municípios, porque 12 têm e 10 não têm.

Agora, como que é definido justamente onde ter CREAS ou não, é isso aí justamente que é a política da assistência social, que vai de acordo com a



quantidade da população dos Municípios. Inclusive, atualmente, está tendo um reordenamento da Rede, ainda não está cem por cento pactuada, estamos em diálogo com o Ministério, para poder fazer esta ampliação de atendimento de CREAS nos Municípios menores, os Municípios que tenham um número de população menor.

Então, esta questão da ampliação dos CREAS, só para responder, já está sendo discutida, através do MDS, juntamente com os Estados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não se referiu, mas eu lhe pergunto se há um plano de enfrentamento?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Existe um plano de enfrentamento, mas ele não está atualizado. Inclusive está em fase de atualização.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ele é de quando?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Ele é de 2005, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E qual o nível de execução desse plano, ou ele está abandonado?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Sinceramente, não consigo responder para a senhora qual o nível de execução. A resposta que, concretamente, podemos oferecer é que diariamente, não diariamente, mas regularmente, dentro da proporção das ações, há este diálogo dessa rede de serviços, tais como, repito, o Ministério Público, a Polícia Civil, a Polícia Militar, ou mesmo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. Antônio, este Comitê é composto também pela sociedade civil?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E é paritário?

O SR. ANTÔNIO TORRES - É paritário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funciona regularmente?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Funciona regularmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é a periodicidade?
(Pausa.) Não, se funciona regularmente, qual é a periodicidade? (Pausa.) Mensalmente têm acontecido reuniões?

Continue, Dr. Antônio Torres, por favor. Desculpe-me.



O SR. ANTÔNIO TORRES - Então, como a gente estava comentando, essas ações integradas é que a gente vem trabalhando e fortalecendo. Inclusive estivemos agora com esta ação do PAIR em Epitaciolândia, que justamente é um dos Municípios fronteiriços, e também em Brasileia, fortemente em Epitaciolândia, onde a gente teve uma presença fortíssima tanto da Prefeitura Municipal, do Prefeito, da Polícia Militar, das igrejas representadas, tanto a Igreja Católica como também as Igrejas Evangélicas. Esteve lá representado o próprio Ministério Público, a Secretaria de Assistência, demais entidades e serviços e também Conselhos Tutelares.

No que se refere aos Conselhos Tutelares, só gostaria de reforçar que, até o ano de 2012, os Conselhos Tutelares estavam sob o respaldo da Secretaria de Desenvolvimento Social. E com a Secretaria de Direitos Humanos os Conselhos Tutelares migraram, inclusive o SIPIA, que já foi implantado realmente nos Municípios. Posteriormente, o Juscelino poderá detalhar melhor sobre o SIPIA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O SIPIA está funcionando, então?

O SR. ANTÔNIO TORRES - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vocês têm o mapa, o diagnóstico?

O SR. ANTÔNIO TORRES - A respeito do SIPIA, então, por isso estou dizendo, posteriormente o Juscelino falará a respeito dele.

No mais, estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, está ótimo. Muito obrigada, Dr. Antônio Torres.

Vou perguntar se o Procurador de Justiça já está no recinto. (*Pausa.*) Não.

Então, eu vou passar a palavra ao Procurador de Justiça Carlos Roberto da Silva Maia, titular da Coordenadoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Estado do Acre.

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Inicialmente, eu gostaria de desejar o meu boa-noite à Presidente desta Comissão, Deputada Federal Erika Kokay, à Relatora desta Comissão, Deputada Federal Liliam Sá, e à minha amiga e Deputada Federal do nosso Estado do Acre, Antônia Lúcia.



Primeiro, eu gostaria de me apresentar. Meu nome é Carlos Roberto da Silva Maia, sou Procurador de Justiça, Coordenador de Defesa da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Acre. Também sou Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Acre, sou membro da Comissão Permanente da Infância e da Juventude do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais.

Fiquei muito feliz com a vinda de vocês para nós tratarmos deste tema que nos é tão caro, que nos é tão emblemático e que nos é tão problemático.

Primeiro, eu gostaria de dizer o que faz a Coordenadoria de Defesa da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Acre, da qual eu sou Coordenador.

Assumi a Coordenadoria em 1º de outubro de 2010 e desde lá, então, fizemos diversos trabalhos focados na estratégia de articulação da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em suma, articular todas as instituições que fazem parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Gostaria de passar à Presidência desta Comissão o relatório anual da Coordenadoria referente ao ano de 2011 e o relatório anual da Coordenadoria referente ao ano de 2012. Aí vocês terão todas as nossas atividades.

Gostaria de dizer que a minha coordenadoria é a que monitora as denúncias do Disque 100 no Estado do Acre. Nós recebemos todas as denúncias do Disque 100, encaminhamos aos parceiros responsáveis para as medidas de acolhimento, as medidas protetivas ou as medidas criminais.

A Sra. Presidente foi muito feliz na sua fala. Gostaria que todas as instituições estivessem aqui presentes, o Governador, o Prefeito, todos estivessem aqui, porque o meu discurso é afinado com o seu. Nós estávamos falando aqui, segundo a senhora diz, dos objetivos desta CPI. Trata da dimensão das políticas públicas implementadas em nosso Estado, a fim de enfrentar este problema. Trata do nível de políticas públicas aqui implementadas e trata do nível de atendimento da criança e do adolescente, vítimas de exploração sexual. Quero lhe falar especificamente, neste momento e agora, a respeito disso.

Em Rio Branco — que comporta mais da metade da população do Estado do Acre, que gira em torno de setecentos e poucos mil, nós temos aqui 350 mil —, nós



temos um núcleo de atendimento à criança e ao adolescente, vítimas de violência, quaisquer que sejam os tipos de violências. Como já foi dito — e a senhora deve ter ouvido e entendido —, o NUCRIA só funciona em horário comercial e em dia útil. Ele não funciona à noite e não funciona nos finais de semana. Isso significa dizer, Excelência, que todos os crimes praticados contra crianças e adolescentes que sejam praticados à noite ou nos finais de semana, se não houver situação de flagrante, não serão apurados naquela oportunidade. Isso vai para uma demanda da DEAM. A DEAM é a Delegacia da Mulher. A DEAM não atende nem as demandas que são de sua competência. Segundo levantamento que eu fiz hoje, a DEAM tem cerca de dois mil inquéritos. Ela não abarca as demandas do NUCRIA. Fiz um levantamento hoje, pedi hoje uns dados da DEAM. Ela tem 2.319 inquéritos até 30 de setembro. Hoje ela tem 2.385. Isso, num simples cálculo aritmético, significa dizer que a DEAM, a Delegacia da Mulher, instaura 10 inquéritos por dia, no mínimo. Ela não tem condições de abarcar os delitos, os crimes praticados contra a criança e o adolescente. A Operação Delivery é uma exceção no que está acontecendo hoje. Trata-se de uma operação conjunta entre o NUCRIA e o GAECO, do Ministério Público. O NUCRIA age passivamente. As denúncias chegam lá. A partir daí é que ele vai investigar. Não age proativamente. O NUCRIA nasceu em 2009, e todo mundo festejou como um grande avanço, um equipamento que surgiu e que foi um grande avanço. Quero dizer para a senhora que o NUCRIA já nasceu defasado. Nós precisamos de uma delegacia que seja referência para a sociedade — referência 24 horas por dia, 7 dias por semana. Hoje, como já lhe expliquei, o NUCRIA só funciona em horário comercial e em dias úteis. A despeito da equipe que está lá ter um perfil engajado para a resolução dos problemas, eles não conseguem resolver todos os problemas.

Nós temos uma demanda enorme do Disque 100 no NUCRIA, que ainda não virou nem inquérito policial, nem em inquérito policial chegou a se transformar. Convido o NUCRIA para conhecer a situação existente.

Nós tínhamos um projeto, que foi apresentado pela SEDS, do Secretário de Desenvolvimento Social, chamado CAICA — Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente, vítimas de violência — não só da violência sexual, mas vítimas de violência —, onde se planejava funcionar, num mesmo local, juizado,



delegacia, IML, setor de saúde para fazer a profilaxia, todos os atores, todos os protagonistas no eixo de responsabilização.

Nós tínhamos uma emenda de quase um milhão de reais oferecida e já disponível pelo Deputado Federal Henrique Afonso. Este dinheiro foi devolvido, porque não foi utilizado. E, hoje, nós não temos nem o dinheiro e nós não temos nem o CAICA.

O Secretário Reni Graebner está aqui. Infelizmente o Secretário de Polícia Civil também saiu, mas eles poderiam explicar para vocês por que é que criança e adolescente, vítimas de violência, seja ela sexual, psíquica, negligência, maus-tratos, crueldade, não é prioridade para a gestão pública estadual. Nós temos feito aqui, intermitentemente, pedidos para que seja criada uma delegacia. Soube que, na análise do CAICA, uma sala de situação foi feita no gabinete do Governador com todos os Secretários, e que este projeto foi rejeitado, não foi implementado. Não sei por qual motivo, porque não fui convidado para estar nesta sala de situação. O Secretário Reni Graebner estava lá, talvez ele explique melhor por quê.

Quero dizer para as senhoras e para os senhores aqui presentes que a exploração sexual já é uma consequência de várias outras violações de direitos existentes e praticados contra uma criança e um adolescente. Ela começa, muitas vezes, com o abuso sexual e dentro de um ambiente onde ela deveria estar protegida, que é a sua própria casa. E isso evolui. Isso evolui para uma violência física, isso evolui para uma violência psíquica, isso evolui para uma negligência, isso evolui para os maus-tratos e depois evolui para uma situação de rua. Aquela criança, aquele adolescente, não suportando, muitas vezes, aquela violência que está sendo experimentada, ela sai de casa e vai viver em situação de rua. E, para viver em situação de rua, ela precisa de um alento, e esse alento ela vai procurar nas drogas. Ela precisa se sustentar, e este sustento ela vai procurar na exploração sexual, ela vai ser prostituída.

Muitas violências são praticadas, muitas violências são praticadas antes de chegar, muitas vezes, na exploração sexual. A Rede de Atenção aos Direitos da Criança e do Adolescente, uma das estratégias de um projeto da Coordenadoria de Defesa da Infância e da Juventude, chamado Conexão de Direitos — lembrem-se deste nome —, está concorrendo ao Prêmio Innovare, ele já está na final do Prêmio



Innovare. Este projeto chamado Conexão de Direitos tem como estratégia reunir toda a Rede de Atenção dentro daquele Município para que se conheçam como protagonistas do sistema de garantias de direito e se reconheçam como protagonistas do sistema de direito da criança e do adolescente. Ele contempla 12 Municípios do Estado do Acre — 12 Municípios, exatamente aqueles onde estão sendo implementados o PAIR. E é executado com a parceria das SEDS, da própria Secretaria de Segurança Pública da Polícia Militar, das Secretarias Municipais de Assistência Social daqueles Municípios, também do CEDEPS, do Judiciário e da Secretaria de Saúde, toda uma rede formada para poder criar, dentro de cada Município, fluxos de atendimento à criança e ao adolescente.

Eu quero dizer para senhora, em relação ao atendimento, que aqui em Rio Branco... Não vou nem falar nos Municípios do Estado do Acre, eu estou falando de Rio Branco. Quando eu estiver falando de Rio Branco, entenda que, nos Municípios, o problema mais que triplica. Aqui o IML não funciona para o atendimento de crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual.

Nós temos casos aqui de crianças esperando, com o material biológico do agressor, 4, 6, 8 horas no IML para ser atendido, revitimizando aquele ser humano, numa situação em que o próprio Estado revitimiza. Nós já tivemos a situação de uma criança ser levada por um educador social, pelo Conselho Tutelar, e esperar 2, 3 horas lá, com o perito lá, e não ser atendida, em total afronta à prioridade absoluta de criança e adolescente prevista na Constituição e prevista no ECA, aliás a única prevista constitucionalmente.

Hoje nós nos encontramos numa situação em que, se uma criança ou um adolescente for vítima de abuso sexual, ela tem que escolher o seu responsável. Tem que escolher se dá preferência para responsabilização do agressor indo ao IML, esperar 4, 6, 8 horas lá, ou se dá preferência em ir para uma maternidade, no caso de meninas, ou para o HUERB, no caso de meninos, para efeito de se fazer a profilaxia. E, em fazendo a profilaxia, a gente perde em muito a materialidade, a prova da materialidade. Hoje nós não temos um fluxo de atendimento para isso. E isso me preocupa muito.

O policial rodoviário federal, o agente de Polícia Rodoviária Federal veio falar das três operações que foram feitas: uma em Capixaba, duas em Sena Madureira e



a de ontem em Rio Branco. Quero dizer para senhora que isso é uma operação articulada da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar, da Polícia Civil, com toda a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente por trás dando apoio, recebendo aquelas crianças e adolescentes que foram apreendidas nessas operações, sejam porque merecem a proteção, sejam porque estavam em prática de ato infracional, sejam porque estejam em situação de vulnerabilidade, sejam porque estejam em prática de ato infracional. A gente monta toda uma estrutura com a parceria de toda a Rede de Atenção, notadamente a Secretaria de Desenvolvimento Social, o Instituto Socioeducativo, a Secretaria Municipal de cada cidade e os educadores sociais dessas diversas instituições, junto com o juizado, através da sua Divisão de Agentes de Proteção da Infância e da Juventude.

Quanto a esses pontos da Polícia Rodoviária Federal — ele não disse aqui, mas eu pedi a ele liberdade de poder dizer —, eles estão fazendo um levantamento desde Rondônia, desde a fronteira com Mato Grosso até aqui, Cruzeiro do Sul. E sabe o que está acontecendo bem aqui pertinho, bem aqui na fronteira do Acre, num distritozinho, numa vilazinha chamada Nova Califórnia? Lá tem um bar que serve para exploração sexual. Cem por cento das meninas e dos meninos que estão lá são do Estado do Acre — 100%! O dono de lá tem um filho de 8 anos e coloca seu filho para ter relações com uma menina de 8 anos. Bem aqui pertinho, fora das minhas atribuições, porque, senão, nós, toda a Rede de Atenção, já estaríamos lá. É isso que está acontecendo.

Aqui, no Estado do Acre, nós sabemos de todos os lugares que têm pontos de vulnerabilidade, todos, todos os lugares! E se nós sabemos de todos, por que é que não se faz nada? Porque nós temos um NUCRIA. Isso é muito fácil de entender.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Por gentileza. Essa denúncia aí que o senhor fez. Pode repetir, por favor?

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Pois não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O que está acontecendo? Onde é e fica onde? E por que ainda não foi tomada providência?

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - É um distrito. Não sei. Esse é um serviço...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E vocês não prestaram... A delegacia de lá... Não mandaram denúncia, não fizeram nada?

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Isso aqui é em outro Estado, é um levantamento que a Polícia Rodoviária faz antecipatório às operações. Ela fez um levantamento, um serviço de inteligência, e ela vai deflagrar essas operações no Estado de Rondônia, junto com o Ministério Público de Rondônia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esse bar já foi detectado?

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Já foi detectado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E essa criança continua lá, continua e ninguém toma providência?

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Isso está com cerca de 10 dias. Para se pegar tudo isso, não é simples como a senhora está pensando assim. Não é chegar lá e pegar. Isso tudo faz parte de uma estratégia. Vão pessoas antes para ver se o delito está ocorrendo para se fazer o flagrante. Se a senhora chegar lá agora talvez não esteja acontecendo nada disso. Tem que haver o monitoramento. E, como eu estava falando, no Estado do Acre, nós sabemos de todos os pontos de vulnerabilidade. Nós temos aqui, bem aqui pertinho, aqui na outra rua nós temos pontos de exploração sexual.

Eu fico me perguntando: aqui neste Estado é cheio de radares para detectar multas com câmeras, fotografias. Deveria ter aqui um radar para fins de exploração sexual, porque é muito simples. Agora, por que ninguém pega? Porque o NUCRIA não age proativamente, ele não tem estrutura para isso. Não é falta de vontade. Ele não tem estrutura para isso.

Há poucos dias, eu recebi uma denúncia de, na antiga rodoviária, um servidor público municipal estava aliciando meninas no horário da noite e simplesmente o NUCRIA não pôde fazer a investigação, porque estava fora do horário de funcionamento do NUCRIA. E isso está com mais ou menos uns 3 meses. Se a gente não pegar no momento, a gente não pega depois. A situação aqui é grave, é gravíssima. O Estado do Acre é um dos nove Estados do Brasil que tem tríplice fronteira internacional. O Acre é um dos 25 Estados do Brasil que tem tríplice fronteira estadual. Nós fazemos fronteira com Rondônia e com Amazonas. Nós fazemos fronteira com a Bolívia e nós fazemos fronteira com o Peru. Aqui todos nós



sabemos que Puerto Maldonado, a apenas 500 e poucos quilômetros daqui de Rio Branco, é ponto de exploração sexual de acrianas e acrianos.

Nós sabemos que Cobija, a 260 quilômetros daqui, atravessando a fronteira, só atravessar uma ponte, é ponto de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós sabemos, mas não temos o diagnóstico, porque não temos políticas públicas implementadas aqui para fazer esses diagnósticos. E isso significa investimento.

Eu, sinceramente - isso é uma ilação minha, é minha, Carlos, cidadão, não é do Ministério Público —, fico pensando: por que é que não se faz investimento nesta área? Eu só posso entender que criança e adolescente não dão voto. Criança não vota e adolescente só vota depois de 16 anos se quiser, se quiser! É latente o problema e é latente como colocam para debaixo dos tapetes. Esta Operação Delivery, que durou 4 meses, deixou de fora muita gente, muita gente, pessoas da elite, pessoas da elite, influentes dentro do nosso Estado. E por que ficou de fora? Não sei por que ficou de fora, se vazou, se não usou dos serviços naqueles 4 meses. Eu não sei, mas a situação é grave, porque nós temos conhecimento aqui de juízes, de membros do Ministério Público, de Deputados, de Vereadores, de grandes empresários que conseguiram se livrar da Operação Delivery, porque não usaram os serviços naqueles 4 meses, ou, então, porque houve algum vazamento e foram avisados. A situação é tão grave...

Para a senhora ter uma ideia, em 2010, quando eu assumi esta coordenação, o Estado do Acre estava em 17º lugar no *ranking* do Disque 100, em grupo de 100 mil habitantes no Brasil — em 17º. De 11º, ele passou para 16º. Em 2012 e 2013, está em segundo lugar. Isso é resultado de quê? Das campanhas que nós temos feito. Nós, a Rede de Atenção, estamos fazendo, mostrando para a sociedade essas interfaces de denúncia. Não só o Disque 100, mas principalmente o Disque 100, principalmente o Disque 100. O NUCRIA não tem condições de levar adiante todas as denúncias que nós mandamos para lá por conta da falta de pessoal, por conta da... Foi dito aqui que tem uma psicóloga e uma assistente social no NUCRIA, mas é compartilhado com a DEAM. E a DEAM já tem seus sérios problemas.

Quando digo que políticas públicas não são colocadas para enfrentamento do problema por conta de que criança e adolescente não trazem votos, eu fico



imaginando... Eu creio nisso pelo seguinte, porque, pouco tempo atrás, Deputado Walter Prado, eu vi um Deputado aqui, que é também comunicador, tem um programa, dizer que não vai demorar muito para ter uma delegacia do idoso. Ora, tem que ter? Tem, tem que ter sim delegacia do idoso. Mas por que não, se já se criou a da criança e do adolescente?

Hoje nós estamos falando, Deputada, de redução de maioridade penal. Redução de maioridade penal! Aliás, é o ponto focal, quando todo o sistema de segurança pública vem debater aqui a violência existente no Estado do Acre, vem debater e falar sobre meninos... É o único momento em que meninos e meninas são vistos, quando cometem ato infracional. Mas ninguém fala de política pública para atender esse menino antes de ele ter praticado o ato infracional e à sua família. Quando a própria família ignora, quando a própria igreja é contra qualquer tipo de controle de natalidade, quando o Estado não implementa políticas públicas para atender esse pessoal em situação de vulnerabilidade, ninguém toma conta. Aí, depois, querem que a polícia tome conta. Até chegar a essa situação de redução da maioridade, quantas violações de direito já não terão sido sofridas? Esses meninos...

Dizem que o ECA é cheio de direitos. Concordo plenamente. O ECA é cheio de direitos. Conte lá no art. 4º onze direitos para a criança e o adolescente, mas nenhum — 23 anos ele completou agora em julho — foi implementado para essas crianças em situação de vulnerabilidade. E hoje nós estamos nessa situação, à beira do abismo da violência, porque 5, 6, 8 anos atrás esses meninos não foram cuidados. Se tivessem sido cuidados, ou se nós cuidarmos do nosso agora, não vai ter violência daqui a 6, 8 anos; não vai ter gente fora da escola daqui a 6, 8 anos; não vai ter crime ambiental daqui a 6, 8 anos. Agora, eu preciso, eu queria entender — e o Dr. Reni está aqui; infelizmente o Dr. Emylson não está aqui —, mas eu queria entender: se é uma demanda da rede, da sociedade, por que é que essa delegacia não foi criada? Por que é que não foi criada? Eu preciso entender até para tirar da minha cabeça o entendimento que eu tenho de que não traz rendimento político. Idoso traz. A da mulher, que foi implementada há pouco tempo... Há políticas públicas para mulheres fascinantes, espetaculares. E tem que ter mesmo! Eu só quero que tenha para criança e adolescente também.



Alguém quer...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Na Delegacia da Mulher não tem recorte para meninas abusadas sexualmente?

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Não. Todos são atendidos pelo NUCRIA.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pelo NUCRIA.

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Agora, vocês têm o relatório aí na mão do que a gente faz aqui com a Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente. Quero dizer uma coisa para vocês: quando a gente pensa que avança alguma coisa, quando a gente avança 1 centímetro, recua 1 metro. Eu estou aqui e trouxe para vocês o ofício do Secretário de Polícia Civil, Dr. Emylson, que estava aqui, dizendo que o NUCRIA só vai funcionar agora em regime de plantão, e tudo tem que ir para a DEAM. Está aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - O senhor pode concluir. Dr. Carlos, o senhor pode concluir.

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Exatamente. É por isso que dizem que o NUCRIA não existe mais. Existe, sim. Nós temos um dos delegados ali. Aliás, é uma pessoa extremamente responsável e não debito a ele, nem à outra delegada que está lá, Eliana, toda essa problemática do NUCRIA, porque significa dizer — isso aí é de vocês, tá? — que falta montar a estrutura. Enquanto nós não criarmos uma delegacia para fazer serviço de investigação e que aja proativamente, e não fique esperando as denúncias, que seja referência para a sociedade...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, a criança, quando ela vai a uma delegacia comum... A mãe tem que ir a uma delegacia comum fazer o registro da violência. Ela pode fazer no NUCRIA, no Núcleo, que, como disse ali, nem sempre tem atendimento. Tem que ir para a Delegacia da Mulher, não é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Exato, que funciona no mesmo espaço. O NUCRIA...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, a criança, às vezes, passa por constrangimento indo a uma delegacia comum.



O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Exatamente, exatamente. Na delegacia, não é humanizado, o atendimento não é voltado para o atendimento desses seres humanos que estão em desenvolvimento.

Eu espero que tenha esclarecido alguma coisa. Desculpe por me alongar. A revolta é muito grande, porque a gente está brigando por isso e não entende por que é que os gestores não se preocupam com a temática.

Eu só quero dizer o seguinte, Deputado Walter Prado: todo 18 de maio é um dia emblemático no enfrentamento da violência sexual, não só da exploração, mas do abuso também praticado contra a criança e o adolescente. Já que nós tivemos o exemplo da sociedade, dos jovens indo à rua, eu vou procurar esses jovens, essa sociedade, para a gente mobilizar, nem que pare essa cidade, nem que pare aqui o trânsito todo, para a gente fazer mobilização social.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vamos... O senhor quer acrescentar mais alguma coisa?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada.

O SR. CARLOS ROBERTO DA SILVA MAIA - Eu já concluí e estou aberto a perguntas, se tiverem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, está ótimo. Obrigada.

Eu queria agradecer ao Procurador Carlos Roberto da Silva Maia pelos seus esclarecimentos, e eu queria passar a palavra para o Sr. Getúlio Monteiro de Castro Teixeira, que é o Delegado Geral do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes — NUCRIA, da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Acre. Eu queria que o senhor, inclusive, esclarecesse todos esses aspectos que foram falados aqui pelo Dr. Carlos.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Boa noite a todos. Boa noite, Sra. Presidente, Sra. Relatora. É um prazer estar aqui. E parabênizo o trabalho de todos vocês nesse tema sensível que todos nós estamos aqui enfrentando, um tema que chama a atenção e que preocupa a todos nós, muito mais ainda aos operadores do Direito, que estão lidando todos os dias com isso. Passamos, às vezes, o dia inteiro para, mais tarde da noite, ouvir relatos de atos



monstruosos até. Então, por isso, é de grande importância esse tema. E estou aqui para contribuir com o trabalho de todos vocês.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor escutou a exposição do Sr. Carlos Roberto da Silva Maia, Procurador de Justiça, que falou da insuficiência de pessoal para atendimento no NUCRIA e da necessidade de uma delegacia, porque aqui não tem delegacia. Acho que vários locais do Brasil têm delegacia, e aqui vocês têm o Núcleo. Segundo o Chefe da Polícia Civil, o Secretário da Polícia Civil, o Delegado Geral da Polícia Civil, o NUCRIA funciona como uma delegacia, mas ele é vinculado à DEAM, e parte das atividades a serem efetivadas será assumida — os flagrantes aqui, pelo que vi — pela própria DEAM, que funciona no mesmo prédio.

O que o senhor me diz sobre isso?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Realmente o NUCRIA é um núcleo. Agora, não podemos nos apegar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E outra coisa: a psicóloga e a assistente social atendem também à DEAM?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Primeiro ponto, o NUCRIA realmente é um núcleo, não é uma delegacia. Agora, não podemos nos apegar apenas à nomenclatura, e mudar o nome para delegacia não iria alterar nada. O NUCRIA tem uma estrutura que algumas delegacias não possuem. Então, apenas mudar a nomenclatura para uma delegacia não iria alterar a realidade.

O importante seria a soma de esforços e uma maior estrutura, mesmo mantendo o nome NUCRIA. O nome é o de menos nessa situação em que estamos vivendo, nessa problemática que é o abuso sexual do menor. No NUCRIA, nós temos a psicóloga que trabalha também para a DEAM, mas ela não é provocada muito pela DEAM. Praticamente 98% da demanda de serviço dela é do NUCRIA. Noventa e oito por cento da demanda de serviço dela é do NUCRIA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As mulheres vítimas de violência ficam sem atendimento, então?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Elas... A Coordenadora da Delegacia da Mulher poderia explicar isso melhor.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se o senhor fala que tem uma delegacia e que 90% da demanda dessa delegacia vêm das crianças vítimas de violência... Você tem uma psicóloga...

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...que atende às mulheres, que faz atendimento à mulher e às crianças, às duas.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Ela está à disposição das duas. Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E se o senhor fala que 90% do atendimento dessa psicóloga é de crianças e adolescentes vítimas de violência, eu pressuponho que as mulheres ficam sem atendimento.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não, porque ela está à disposição das duas. Só que pelo... Eu não sou...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas se 90% do atendimento dela é...

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - A questão da demanda... Eu não trabalho na Delegacia da Mulher, mas parece que as mulheres têm maior dificuldade no atendimento psicológico, nesse que é fornecido pelas delegacias. Elas não o procuram. É disponibilizado para elas, só que elas não procuram esse atendimento na delegacia. Os menores, já é uma coisa que os pais os levam. Mas, muitas vezes também é disponibilizado o serviço e os pais não levam os menores.

Agora, só terminando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então... Só para eu entender, isso não é um fluxo. Não tem um fluxograma de que as crianças e os adolescentes sejam atendidos por psicólogos?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Tem. Para todo registro de ocorrência envolvendo abuso sexual é agendada a consulta com psicólogo. Todos que envolvem abuso sexual. E é emitido um relatório psicológico, juntado ao inquérito policial, que dá robustez às provas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor acha que o pessoal que atende no NUCRIA é suficiente?



O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não, eu não estou falando que o pessoal que atende no NUCRIA é suficiente. Eu estou tratando aqui do trabalho da psicóloga e do relatório que ela faz. Ela emite esse relatório e provoca a Rede. Diversas vezes, ela detecta alguma situação e provoca toda a Rede. E é até com uma grande satisfação que estou na Coordenadoria do NUCRIA há 6 meses, e me assustei com os profissionais que trabalham nessa Rede, com o comprometimento desses profissionais. É muito importante deixar isso bem claro. Os profissionais são bastante comprometidos; todas as instituições estão em volta disso, sem horário para o trabalho e sem dia, às vezes se dedicando até nos finais de semana.

E queria deixar claro também a celeridade com que funciona a ligação Polícia Civil/Ministério Público/Judiciário. Isso, com exemplos simples da nossa Rede. Há 10 dias chegou uma denúncia ao Conselho Tutelar de uma menina de 12 anos de idade que estava sendo abusada pelo pai desde os 2 anos de idade. Desde os 2 anos! O Conselho Tutelar, ao receber essa denúncia, foi até a escola da menor e chamou a mãe, porque a mãe não sabia. Só que o pai foi junto, já esperando alguma situação, e o Conselho não conseguiu falar a sós com a mãe. O Conselho encaminhou essa situação para a delegacia e, em 48 horas, o sujeito estava preso. Sendo que, no mesmo dia em que foi representado pela prisão preventiva, no mesmo dia, o Ministério Público manifestou-se pela prisão preventiva e, no mesmo dia, o Dr. Romário Divino decretou a prisão preventiva. Esse é o funcionamento da Rede, que pode ter suas falhas, mas, na maioria dos casos, funciona muito bem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E sobre a fala do Procurador, que disse que o NUCRIA só funciona nas demandas que chegam, que ele não cria.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso aí... A função constitucional da Polícia Civil é repressiva; ostensiva é a da Polícia Militar. A Polícia Civil tem como principal função a investigação criminal, a investigação do crime. Então, tem que ocorrer um crime para entrar na seara da Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se chegar uma denúncia como essa de que existem meninas que estão sendo vítimas e tal, tal, tal, tal, tal. Porque o NUCRIA é do Estado inteiro! Acabou de ser feita uma denúncia aqui.



O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não, não, o NUCRIA é só da cidade de Rio Branco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O NUCRIA é só na cidade de Rio Branco?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é ligado à Secretaria de Estado?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não, o NUCRIA...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é um órgão da Secretaria de Estado?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - É. Mas uma delegacia, por exemplo, uma delegacia de Rio Branco tem a sua circunscrição. Então, vamos dizer que eu tenha cinco delegacias gerais em Rio Branco, cada uma responde por um bairro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está bem. Então, os outros Municípios ficam sem atendimento especializado?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Eles têm as delegacias. Como o Secretário da Polícia Civil falou aqui anteriormente, os outros Municípios não têm...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ficam sem atendimento especializado?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - ...não têm delegacia especializada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não têm atendimento especializado?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não têm delegacia especializada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sei.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso talvez não signifique que não tenham atendimento especializado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas, na sua avaliação, têm atendimento especializado?



O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Depende muito da situação. Por exemplo, eu estou agora no NUCRIA, sou Coordenador do NUCRIA. Há 3 anos, eu estava na cidade de Feijó. Então, o atendimento que eu estou fazendo no NUCRIA hoje é o atendimento que eu fazia na Delegacia de Feijó.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas depende de quem está à frente do trabalho.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Então, o que eu posso dizer é que nessas outras delegacias...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor não atendia só a crianças e adolescentes, não é?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - No interior, não tem psicólogo, não tem assistente social, mas tem na Rede.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja bem, Dr. Getúlio, deixe eu lhe dizer. É óbvio que a delegacia especializada tem um atendimento mais em profundidade e ela tem uma *expertise* que o delegado, em geral, não atende, até porque o senhor, em Feijó, seguramente não atendia só a crianças e adolescentes vitimizados, o senhor atendia ao conjunto da população. Então, não há como você ter o olhar... A gente defende as delegacias especializadas porque elas possibilitam... Primeiro, elas eliminam a possibilidade de revitimização exatamente porque há um olhar diferenciado e especializado para o atendimento daquelas vítimas. Isso, qualquer que seja a delegacia, porque a delegacia pode revitimizar, que é a revitimização do Estado, que é uma condição a ser dada. Então, o que eu quero dizer ao senhor é o seguinte... As outras...

O NUCRIA só atende à população de Rio Branco?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso, isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, mesmo assim, ele divide o atendimento psicossocial com a Delegacia da Mulher?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso, isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, ele não tem uma equipe. Então, assim, quando a gente fala... Veja bem, eu não vejo que o Procurador tenha feito aqui uma defesa de mudança de nomenclatura. Ele defendeu uma estrutura autônoma, inclusive uma estrutura autônoma específica, aprofundada,



de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. O senhor é a favor disso?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Claro! Quanto mais esforços forem empregados nessa luta, que é uma luta... Como eu disse, o meu dia a dia, o dia a dia do Dr. Mariano e do Dr. Romário, dos funcionários que trabalham em toda a rede, é o dia inteiro ouvindo relatos absurdos, monstruosos. Nós somos seres humanos e não podemos, em momento nenhum, acostumar-nos a ouvir isso. Temos que todo dia ficar novamente revoltados ao ouvir alguns relatos, como esse que eu acabei de falar.

Essa menina chegou a falar que ela foi descobrir que era errado quando tinha 9 anos, porque ela cresceu sendo abusada. Então, ela não sabia que não era normal. Isso tem que chocar, deve chocar e é preciso chocar, para que possamos nos sacrificar cada dia mais no trabalho para dar uma resposta ao Estado. É preciso... Desculpe. Precisamos de mais estrutura? Precisamos. Seria bom ter mais estrutura, sim. Seria bom ter mais pessoal. Está melhorando. Isso aí, eu posso dizer que melhorou.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que é que melhorou? O que é que melhorou?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - A nossa estrutura de pessoal melhorou e a nossa resposta está sendo mais rápida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas como é que melhorou a estrutura de pessoal? Me diga.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Foram encaminhados mais servidores, foram encaminhados mais veículos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos servidores a mais o senhor teve?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Chegaram cerca de quatro servidores, se eu não me engano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agentes?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso, agentes e escrivães.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, o senhor tinha 13 agentes, agora tem 15 agentes. É isso?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O senhor tem 15 agentes hoje?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Eu tenho, no total, 15 pessoas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, não necessariamente agentes.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não, no total, com escrivães.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos são escrivães?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Eu tenho três escrivães.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Três?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quantos peritos? Tem peritos?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não, peritos destinados apenas ao NUCRIA, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E o senhor... Qual é a avaliação que o senhor faz do IML, do atendimento às crianças vítimas de violência?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não só apenas ao atendimento das crianças vítimas de violência. Isso aqui é notório a todos os que estão aqui presentes, ao Dr. Walter Prado, que já foi Delegado Geral da Polícia Civil, é um problema crônico da nossa instituição, é um funil da nossa instituição o Instituto Médico Legal. É um funil. Dizem que a profissão de médico legista é uma profissão já em falência. Não sei se o Dr. Walter Prado... Acho que ele teve as mesmas dificuldades em contratar. Por quê? O salário... O médico hoje ganha muito bem, um salário muito maior do que o de um delegado de polícia, por exemplo. Então, para ser enquadrado dentro da situação da Polícia Civil, nenhum médico tem



interesse. Pelo menos, é o que eu imagino, porque eu não sou gestor público. Tem essa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, tem deficiência de médicos legistas?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Tem, tem deficiência. Isso é notório a toda a população do Estado. Tem deficiência de médico legista, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, no IML, é precário o atendimento, e ele provoca essa revitimização ou essa “Escolha de Sofia” entre se fazer o atendimento e responsabilizar.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Bom, esses detalhes que o Dr. Carlos Maia passou..., eu não tenho ciência dessa revitimização. O que eu posso afirmar é que realmente a gente tem um déficit de servidores muito grande entre os médicos legistas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E esse CAIC, eu não sei como é que foi, esse Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, que havia o projeto e tal, que não foi efetivado, o senhor acha que é necessário?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Bom, eu não tenho total ciência desse projeto, mas, pelo que o Dr. Carlos Maia passou, era uma situação integrada, no mesmo prédio com Ministério Público, Judiciário e médicos legistas. Com certeza, se fossem implementados, seria, sim, de grande ajuda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agora, nós tivemos um programa do Governo Federal, inclusive, chamado Mulher, Viver sem Violência... São as casas das mulheres que funcionam assim, como atendimento de delegacia, inclusive com abrigo de curto prazo. É um programa do Governo Federal. Eu não sei se já chegou aqui no Acre, mas ele agrega o serviço, porque o que acontece é que a criança vítima de violência vai à delegacia... É um processo doído, porque, particularmente, abuso sexual envolve muitas relações afetivas e envolve poder afetivo. E ele se dá muito no universo doméstico.

A exploração sexual é um pouco diferente, mas o abuso sexual tem essa característica: a relação interpessoal, que tem envolvimento afetivo. Enfim, é obvio que precisa de um atendimento diferenciado, ainda mais porque são crianças em



fase peculiar de desenvolvimento, como diz a nossa própria legislação. Então, a criança vai para uma delegacia e, na delegacia, pode sofrer uma revitimização. A delegacia especializada não atende *full time*, inclusive no período em que os agressores... Como é uma violência muito associada ao lar, que acontece muito no universo doméstico, ela tende a acontecer nos finais de semana, à noite, quando, em geral, os agressores, as pessoas, estão mais presentes em casa, como a violência doméstica contra a mulher, e é exatamente nesse período que a delegacia não está funcionando.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Espere aí, antes de o senhor respondê-la, que aí o senhor responde direto.

Outra coisa: nesse sentido, não tem a questão... A criança passa ali, vocês acatam a denúncia, então não tem o depoimento sem dano ali. Só é feito no Judiciário.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - A questão do depoimento sem dano, eu acredito que há psicólogos aqui... Essa é uma discussão, entre os psicólogos, da implementação do depoimento sem danos, que iniciou no Rio Grande do Sul e que tem uma grande polêmica em relação ao Conselho nessa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Há uma resistência do Conselho, dos conselhos profissionais quanto à utilização do psicólogo como policial.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Buscamos, logicamente, nesse depoimento, nessa declaração que a vítima presta à delegacia, tratá-la da melhor forma possível. No nosso Núcleo, nós temos um espaço, uma biblioteca com brinquedos, para a criança. Muitas vezes, no momento do primeiro atendimento, quando eu vejo que a vítima está um pouco retraída, pedimos auxílio, a presença da psicóloga, que vai, no momento, acompanhar toda a situação. Às vezes, ela conversa antes mesmo de a gente iniciar a nossa declaração. A psicóloga já atende a menor quando vê que ela está realmente muito tímida ou que está muito traumatizada com aquela situação.

Em relação à questão do funcionamento do NUCRIA, o que mudou com essa portaria é que, em caso de flagrante, condução em flagrante, ficariam os



plantonistas da Delegacia da Mulher responsáveis por realizar, em casos de situação em flagrante. As conduções, em casos de situação de flagrante, principalmente, de abuso sexual, são muito poucas. Por isso que a senhora falou que, por ser um crime realizado, na maioria das vezes, entre quatro paredes, nessa situação a vítima normalmente não denuncia a partir da primeira vez. Normalmente ela, por estar sendo coagida pelo autor, que às vezes é um parente, guarda isso consigo mesma. E, às vezes, ela demora muito a relatar, com medo da reação da mãe, porque a mãe, muitas vezes nesses casos, tem dependência financeira e econômica do agressor e fica com receio de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas quem mais denunciam são as mães, não?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não. Normalmente, a menina, ao contar para a mãe... Normalmente a mãe, sim, vai à delegacia e registra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem mais vai à delegacia denunciar é a mãe.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Isso. A mãe vai à delegacia registrar ocorrência. Agora, acontecem casos em que a violência está ocorrendo há bastante tempo e a menina não tem a coragem de contar, ou conta para a mãe e às vezes a mãe fica em dúvida. Também já tivemos diversos casos em que o que foi relatado pela vítima não era verdade. Ela inventou uma situação. Isso já aconteceu algumas vezes, para justificar o porquê de não ser mais virgem.

Já aconteceu isso diversas vezes também.

É importante dizer, em relação Disque 100, que o Dr. Carlos Maia falou, que 70% das ligações, se eu não estiver enganado, do Disque 100, por volta disso, são relacionadas a negligência e maus tratos. É por volta desse número, se eu não me engano, 70% a 80%. O que a gente vê bastante é que é um caso que não é, em primeiro lugar, da polícia. Quando você vai à residência, você vê que é uma mãe solteira, com 5 ou 6 filhos, que tem que sair para trabalhar e deixa os filhos sozinhos, e que, às vezes, não tem condição financeira para arcar com a alimentação dessas crianças.

Então, você realmente chega lá e vê uma situação de negligência, mas é uma negligência entre aspas, porque ela não está fazendo aquilo por maldade, mas sim



porque ela não tem a mínima condição, realmente, de cuidar daquelas crianças. E também temos casos em que a mãe é viciada, viciada em drogas.

A Deputada Antônia Lúcia, que mexe nessa área aqui no nosso Estado, sabe muito bem disso. Diversos dos nossos crimes são oriundos da droga. Então, a mãe chega a uma situação subumana em que ela, por drogas, se prostitui e, às vezes, acaba engravidando e tem lá 5, 6, 7 filhos. Então, essa não seria uma situação de polícia.

Ela poderia estar, sim, cometendo um crime, mas não é a polícia que vai resolver essa realidade. Essa é uma realidade social. Essa é a questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é a polícia, mas é o Estado.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - É o Estado, lógico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como está o atendimento desses casos? O senhor encaminha o atendimento para o CREAS? Encaminha e há o atendimento? Porque, veja, se você tem uma situação em que há ausência, há precariedade de políticas de habitabilidade, ou das relações ou do cuidado, enfim... Em função da ausência de condições, cabe ao Estado, para qualificar a relação familiar, dar um suporte necessário para que essa família possa se desenvolver; dar um emprego para que a mãe tenha uma fonte de renda e possa ser tratada da drogadição, enfim.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Agora, Sra. Deputada, eu imagino que, para a solução definitiva do problema, o Estado tenha que dar as condições. Mas eu imagino que o Estado tem que mudar a sua política da seguinte forma: o Estado não tem que procurar ser pai da população, ele tem que preparar os pais para isso. O que falta é essa situação. Se o Estado for querer abraçar...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Estado está preparando os pais para ser isso?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Imagino que não. Eu não tenho total ciência das políticas sociais, mas imagino que o Brasil, o Governo brasileiro, não faz isso. O Governo brasileiro, o Estado, tem que tratar e tem que preparar as pessoas para serem pais. Eu tenho que ir às escolas... Primeira



situação: não podemos tratar o sexo como mito, como ele é tratado. Hoje em dia, crianças de 11, 12 anos estão tendo iniciativa sexual, e isso a gente vê na televisão. A gente vê a sexualidade na televisão. A gente vê a sexualidade nas músicas. A gente vê crianças de 10, 11 anos cantando músicas que falam de relação sexual.

Devemos ter uma intensificação na educação sexual nas escolas, a matéria de educação sexual. Eu, que estudei em escola particular, tive oportunidade de ter educação sexual. Eu gosto muito de dar exemplos. A PRF estava aqui... Quando eu estava no Município de Feijó — eu já passei por alguns Municípios no Estado —, ligaram-me, num sábado, meia-noite. A Polícia Rodoviária Federal estava fazendo uma operação para aquele lado, e havia um flagrante de um estupro de vulnerável. Havia um flagrante de estupro de vulnerável. Cheguei à delegacia, tinha uma menina de 13 anos de idade com um rapaz de 18 anos. Eles eram aqui de Rio Branco. E eles começaram a namorar, resolveram se casar, sair de casa — com o consentimento dos pais saíram de casa — e foram morar no Jurupari, Dr. Walter Prado, 70 quilômetros da cidade de Feijó. Estavam ali construindo a sua casa. O rapaz de 18 anos trabalhando e a menina matriculada na escola rural. Estavam ali iniciando a vida, quando chegou essa situação. E temos o crime, o estupro de vulnerável, a menina tinha 13 anos de idade. Ao fazer o flagrante, porque não tinha outra escolha, essa menina me relatou: *“O que vai ser da minha vida? Eu estava construindo a minha casinha com o meu marido. Estávamos iniciando uma vida juntos. Estava tudo correndo bem. E o que vai ser agora da minha vida? Talvez vou ter até que me prostituir.”*

Então, a gente tem que humanizar. A lei é fria, os números são frios. Nós que estamos lá diretamente vemos esses casos, caso a caso, essa situação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que idade o marido tinha?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Dezoito anos de idade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu acho que o senhor tem razão. Tem que ter educação sexual. Tem que ter tudo isso. Tem que ter sensibilidade. Mas vamos voltar para a discussão do NUCRIA.

O NUCRIA, na sua avaliação, é insuficiente para atender à demanda de violação de direitos ou de crianças vítimas de...



O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Se tivéssemos uma condição melhor de trabalho, poderíamos, com certeza, fazer de forma mais célere, pelo menos. A gente tem uma equipe muito capacitada. Eu tenho que fazer essa ressalva, salientar essa situação. Eu tenho policiais briosos, policiais dignos que sacrificam a sua vida familiar, sacrificam o seu tempo com a família para trabalhar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas em quantidade insuficiente?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - A quantidade poderia ser melhor, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Voltando a essa discussão que o Dr. Carlos falou aqui, quanto a essa denúncia de que existe esse estabelecimento, que as crianças são acrianas etc. — toda essa denúncia foi feita aqui e não vou repeti-la —, o NUCRIA tem condições? Ele falou que o NUCRIA acaba por atender só aquilo que chega à própria delegacia.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Não, sempre temos uma investigação maior, sempre. Passou a Operação Delivery, foi a Operação Glamour, e sempre temos em trâmite uma operação maior, sempre em parceria com o Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é feito em parceria, mas também pelo NUCRIA?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Com o NUCRIA encabeçando, em parceria com o Ministério Público e, às vezes, com uma outra delegacia, dependendo do tamanho. Por exemplo, se há uma organização criminosa, nós temos a participação da Delegacia de Combate ao Crime Organizado nessa situação. Como exemplo que posso dar, sexta-feira, foi preso um cidadão que estuprou cinco meninas entre 12 anos e 17 anos. Ele fingia ser pedreiro, entrava na casa dessas meninas e, com uma faca, cometendo violência, estuprava essas meninas. Então, sempre estamos nessa situação.

Hoje em dia, eu posso falar que podemos melhorar e temos que sempre ter a meta de melhorar, mesmo quando estamos bons. Temos sempre que ter a meta de ser melhores. Podemos melhorar. Neste ano, percebi uma melhora, mas podemos melhorar mais. Estamos sempre cobrando o Estado dessa melhora maior.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Na sua fala, por duas vezes — o senhor me corrija se eu estiver errada —, eu entendi que o senhor defendeu, falou que os jovens, com 11 anos, 12 anos, estão, cada vez mais, com a sexualidade exacerbada. Vê-se pela Internet. Há o caso dessa menina que estava casada com 13 anos. Na sua fala, eu senti que o senhor defende que a legislação teria que mudar favoravelmente para, no caso, liberar, como está correndo no Senado, para que o estupro de vulnerável passasse a ser a partir dos 12 anos; que a idade do consentimento fosse de 14 anos para 12 anos. Foi isso que eu entendi na sua fala.

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Eu vejo que tem que haver uma discussão. Entre vocês, representantes do povo e do Poder Legislativo, eu imagino que deve haver uma discussão, ou mantemos como está e fazemos um trabalho intensivo para mudar a realidade, mas a realidade está aí. Grande parte dos crimes de estupro de vulnerável que chega à Delegacia de Polícia é de casos de namoros de jovens com autorização dos pais, com manutenção de sexo consentido, com ciência dos pais. Há um grande número que chega à Delegacia nessa situação. Quando o jovem casal se separa, os pais tomam a escolha de registrar na delegacia.

Eu vejo que temos que ter uma discussão. Ou preparamos e intensificamos o poder do Estado para mudar essa realidade, para os pais de hoje em dia criarem os seus filhos tendo uma estrutura, um conhecimento mais adequando; ou podemos repensar uma outra forma e preparar os nossos jovens para lidarem de uma forma mais sadia com essa situação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dr. Getúlio, o senhor quer falar mais alguma coisa?

O SR. GETÚLIO MONTEIRO DE CASTRO TEIXEIRA - Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui. É sempre válida essa situação. Esse tema deve ser mais discutido, de forma mais ampla e clara.

O abuso sexual e a exploração sexual de menores são um grande problema do Brasil. Temos que, nesta discussão, deixar uma citação... Quando o Secretário Emylson falou da identificação nos motéis, talvez ele não tenha se expressado tão bem. Aqui, no Estado do Acre, a pessoa entra no motel e não tem portaria. Ela entra diretamente até o quarto. Nos outros Estados tem uma portaria, onde você tem que



se identificar. Isso seria de grande ajuda para inibir essa situação. Seria de grande ajuda.

Eu peço até ao Dr. Walter Prado que abrace essa ideia da proposta legislativa, uma lei para — teve a portaria do Dr. Romário, que já tinha visto essa deficiência; foi derrubada a portaria dele nessa situação —, obrigar o motel a ter portaria, onde a pessoa tem que se identificar. A gente tem diversos casos que ocorrem no motel, tem diversos casos que ocorrem no motel.

Outra situação que tento deixar clara. Quando a gente fala no NUCRIA, tento deixar bem claro que, como o Dr. Carlos Maia falou, se o crime ocorreu à noite, a polícia, o NUCRIA não vai funcionar porque não funciona à noite. Não! O NUCRIA não está para o atendimento no período noturno, mas praticamente todos os dias nós temos equipes trabalhando à noite. Por quê? Se o crime ocorre à noite, para eu investigar o crime, eu tenho que estar trabalhando à noite e aos finais de semana. Então, podem ter certeza de que todos os dias e aos finais de semana, dependendo da investigação, nós temos policiais trabalhando. Então, no NUCRIA nós temos duas situações: a do dia a dia, nós temos o registro de ocorrência e onde é relatada a questão do abuso sexual; e temos essa das denúncias de casos maiores.

Em relação às denúncias, duas questões eu queria deixar claras. Uma, essa que eu já deixei, a questão da negligência, em que a maior parte é maus-tratos. Negligência não é o abuso sexual. Outra é a fragilidade de grande parte das denúncias. O Dr. Carlos Maia falou que não é sequer aberto o inquérito policial quando é feita a denúncia, mas a lei não nos permite abrir inquérito policial com a denúncia, com a denúncia anônima. A lei não nos permite abrir. O Dr. Walter sabe, tem essa ciência. Então, nós precisamos, antes de abrir o inquérito policial, verificar a procedência da denúncia, confirmar a procedência dessa denúncia para fazer a abertura do inquérito policial.

Então, gostaria de deixar ressalvada essa situação e deixar claro o compromisso nosso nesse combate, o compromisso nosso nessa luta. O reforço de todos que estão aqui sempre será bem-vindo. Agora, posso deixar claro para as senhoras que não são aqui do Estado do Acre que eu sou mineiro, estou aqui há 4 anos e fiquei impressionado, desde quando entrei nesse meio, na Coordenação do NUCRIA, com a dedicação, com o amor com que os profissionais dessa área atuam.



Eles fazem como se fossem filhos deles, como se fossem parentes deles, sem horário, às vezes sem alguma condição adequada, com uma remuneração não digna. Então, eu gostaria que vocês reconhecessem o trabalho desta equipe, desta rede: Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, Centro Pop. É uma coisa impressionante e muito bonita o que essas pessoas fazem aqui na cidade de Rio Branco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós não duvidamos. Só que não tem que trabalhar com sacrifício, com esforço, sem estrutura. Tem que ter estrutura. O trabalho sem estrutura é o trabalho dedicado, o que dirá com estrutura.

Bom, então, eu queria agradecer, Dr. Getúlio, pelos esclarecimentos e passar a palavra para o Dr. Ruscelino Barboza. (*Pausa.*)

Acho que já foi, não? Então, como ele não está, eu vou chamar outro representante da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que é o José Conceição dos Santos. (*Pausa.*)

Também já foi? Se precisar um esclarecimento do pessoal da Secretaria de Justiça que cuida dos Conselhos Tutelares... Não, não tem.

Tem mais gente inscrita aqui. Eu vou ver a Sílvia Palmeiras, Coordenadora de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, um CREAS, que aqui representa a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Rio Branco, representa aqui a Secretária Maria das Dores Araújo de Souza.

Eu queria, Sílvia, agradecer por sua participação e dizer o seguinte: aqui já foi falado sobre a questão do atendimento, inclusive dessas 66 crianças e adolescentes que foram resgatados. Eu queria que você pudesse me dar um número do atendimento dessa demanda. O nosso recorte aqui é violência sexual contra crianças e adolescentes. O CREAS atende um universo de pessoas em situação de violação, envolve todas as faixas etárias, enfim. Eu queria que você fizesse o recorte. Você está falando apenas em nome do CREAS, não é? Então que você pudesse — de um CREAS, eu digo —, estar nos remetendo, até se você não puder ter esses dados porque trabalha apenas em um CREAS, solicitar à Secretaria de Desenvolvimento Social. Ou seja, quantas crianças e adolescentes em situação de violação de direitos, em função de violência sexual, foram atendidas no Estado? Vocês falavam que tem dois CREAS em Rio Branco e mais...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, são 12 Municípios com CREAS, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos CREAS são?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quatorze CREAS. Então, são 13 porque em Rio Branco existem dois CREAS. Treze Municípios que detêm CREAS, no total de 23...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vinte e dois. Então, nós temos nove Municípios sem CREAS, não é? Considerando-se que Municípios menores têm uma pobreza mais aguda e uma precariedade maior de políticas públicas, que é sinal de violação de direitos e considerando que o CREAS atende um universo de violação de direitos, é um atendimento especializado para situações de violação de direitos sem recorte de gênero ou sem tipologia de violação de direitos, não é? Então, eu queria que você falasse sobre isso.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Muito bem, então.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sílvia Palmeiras.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Muito bem. Então, meu nome é Sílvia. Eu sou assistente social e atualmente estou coordenadora de um CREAS. Eu digo de um porque nós temos dois CREAS aqui em Rio Branco.

Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Deputada Antônia Lúcia, que é autora desse requerimento. Gostaria também de parabenizar a Sra. Deputada Erika Kokay e gostaria de fazer uma ressalva na sua fala quando a senhora disse que nós devemos romper com a lógica da impunidade e da naturalização no que se refere à questão do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Gostaria de dizer para a senhora que esse também é o desejo de cada um de nós, membros da Rede de Proteção de Criança e Adolescente no Município de Rio Branco.



Eu gostaria de falar para vocês que aqui em Rio Branco, em média, nós atendemos, chegam até os CREAS, em média, 20 casos, em cada CREAS, de solicitação de acompanhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A senhora está falando do... Tudo que a senhora vai falar é só de um CREAS?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Só em Rio Branco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantas famílias referenciadas nesse... Você está falando dos dois CREAS?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso. Eu vou fazer, como a senhora me pediu, vou fazer um recorte apenas na questão do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes no Município de Rio Branco. Então, em média, chegam aqui em Rio Branco, nos nossos CREAS, a solicitação de 15 a 20 atendimentos de crianças e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual. Desses 15...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quinze a 20 em um mês?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Um mês. Quem é que nos demanda? O Conselho Tutelar. Aí chega no Conselho Tutelar através de demanda espontânea, através de denúncia ou mesmo através do Disque 100. Chega ao Conselho Tutelar, eles fazem esse primeiro atendimento e depois se reportam a nós. Vale ressaltar que, desses 15 a 20 atendimentos, a minoria é exploração sexual, a maioria é abuso sexual, porque a gente sabe que a exploração está ainda mais vinculada com a naturalização dessa questão.

Quando essas famílias chegam até os CREAS, elas recebem todo o atendimento psicossocial. A partir daí, nós fazemos também o encaminhamento para a Rede. Principalmente essas crianças e adolescentes estão num território. Então, após ser feito o atendimento especializado, através da equipe do CREAS, essas famílias voltam para o seu território. Aí é dada continuidade, quando superada a situação vivida de violação de direito. Essas crianças voltam e são referenciadas ao CRAS da sua regional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me entender o fluxo. Vocês recebem do Conselho Tutelar...



A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Recebemos do Conselho Tutelar, recebemos também solicitação de acompanhamento da equipe do NUCRIA, porque o Dr. Getúlio, a equipe dos profissionais...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só do NUCRIA?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não. Atendemos também do Conselho Tutelar, atendemos do NUCRIA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, eu sei. Da polícia, do NUCRIA ou do conjunto das delegacias?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não. Do NUCRIA, especificamente do NUCRIA.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Do NUCRIA.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Do Núcleo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, como o Núcleo, o NUCRIA tem um atendimento reduzido, pelo que nós vimos aqui antes, não há um fluxograma da delegacia que atende, da delegacia comum, até porque o NUCRIA só existe em Rio Branco, mas você está falando só de Rio Branco, inclusive. As outras delegacias que atendem crianças e adolescentes em situação de violência sexual não têm... elas encaminham para o NUCRIA?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Elas encaminham para o NUCRIA. É tanto que é assim: para nós chega atendimento não de outras delegacias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só do NUCRIA.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Somente do Núcleo de Atenção, de Atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você entendeu o que eu quero dizer, Silvia?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Supondo que, como o NUCRIA tem um atendimento reduzido...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Há insuficiência...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... há insuficiência de profissionais, embora eu não duvide da qualidade dos profissionais. A criança que é



atendida em outra delegacia do Município não tem isso claro. Vocês não recebem? Só recebem do NUCRIA e do Conselho?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E Ministério Público?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Exatamente. Ministério Público, Conselho Tutelar e outros membros da Rede de Garantia de Direito. Então, esses casos chegam até nós, iniciamos o acompanhamento e, após a superação, a gente dá os encaminhamentos devidos para cada caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quais são os encaminhamentos?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Então, é o que eu falei para a senhora. Acho que foi o Dr. Getúlio que falou que... Na verdade, cada um de nós, a gente tem consciência de que, por trás de cada violação, há uma situação de vulnerabilidade. Hoje a gente tem, por exemplo, os cursos ofertados pelo PRONATEC. Então, a gente faz questão, de acordo com a família... Porque, para cada um desses indivíduos, é traçado o plano de atendimento individual e/o familiar. O que é isso? É onde os técnicos, junto com aquela família, junto com o indivíduo, fazem o levantamento das vulnerabilidades, mas também o levantamento das suas potencialidades. Todas as vezes que a gente trabalha uma pessoa em situação de vulnerabilidade, nós não vamos pensar que ela também não tem suas potencialidades, porque ela tem. A assistência social deve trabalhar, enfatizar, para que isso fique bem mais na vida do indivíduo. Então, nós encaminhamos para os cursos do PRONATEC, a gente encaminha para a rede de educação, porque, muitas vezes, essas crianças ou esses adolescentes, ou outro membro da família se encontram fora da sala de aula. A gente encaminha a rede de saúde, não só para aquela questão específica. Quando chega para nós, já foi superada a primeira etapa, que é ir ao IML e tudo, mas identificadas outras situações. Nós também fazemos os encaminhamentos. Essa família é referenciada ao CRAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixe eu lhe dizer: qual é a equipe que você tem lá?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Então, eu tenho duas assistentes sociais, uma psicóloga...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É a mesma equipe do outro CREA?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso. Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Duas AS...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Um psicólogo, uma psicóloga, que, pela tipificação do serviço, deveria ter duas. Nós temos uma, temos quatro educadores, motoristas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Advogado, não?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Advogado, não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De técnico você tem duas assistentes e um psicólogo.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - E um psicólogo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E no outro CREAS é da mesma forma?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Da mesma forma.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa é uma equipe que você considera que é suficiente?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Por exemplo, não é suficiente, porque a gente sabe que, de acordo com a própria tipificação do serviço, a gente precisa ter uma auxiliar jurídico, a jurídico-social, como a gente chama. Essa pessoa vai nos ajudar também a acessar a rede, a ter seus direitos garantidos. Então, falta esse profissional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você acha que tem estrutura para atendimento? O que eu quero dizer para você? Primeiro, o que eu queria saber, não sei se você tem como responder, mas é o seguinte: as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que adentram no sistema de garantia de direito por alguma porta... Você tem alguma noção se a demanda que chega ao CREAS corresponde, pelo menos aproximadamente, à demanda que entra no sistema e garantia ou nas delegacias, enfim?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Olhe só, primeiro eu gostaria de fazer um recorte de que, até setembro do ano passado, de 2012, aqui em Rio Branco, nós tínhamos apenas um CREAS. Então, a gente já considera um grande avanço a



implantação de um segundo CREAS. Como a gente vê, nós temos números alarmantes de crianças e adolescentes em situação de abuso sexual, mas, se nós formos considerar que em cada CREAS chegam de 15 a 20 casos, nós vamos ter 40 casos por mês chegando a cada CREAS. Então, é um número considerável.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, vocês têm 40 casos por mês que chegam...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS -...que chegam, novos casos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...mas há também os casos que vocês atendem, ou vocês só fazem um primeiro atendimento?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não. Acho que não fui clara nas minhas colocações. Eu não estou falando de número de atendimentos, estou falando do número de casos que chegam aos CREAS. Então, esse número de atendimento dobra. Nós temos 100 atendimentos por mês em cada CREAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, o cálculo que você tem que fazer é este: você tem 100 atendimentos por mês, em cada CREAS, para três profissionais?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para três profissionais que trabalham 40 horas, cada um deles?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não, os assistentes sociais são 30 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, você tem 100 horas semanais para atender, em média, 100 pessoas, isso de 15 a 20 casos com recorte de violência sexual de crianças e adolescentes? Você não atende só crianças e adolescentes.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não só crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ao contrário, você atende idoso, atende pessoas que sofrem todo tipo de violação. Você tem quantos atendimentos por mês ao todo?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - A gente chega, em média, a uns 150 atendimentos, porque a maioria é, infelizmente, de abuso sexual.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você chega a 150 atendimentos de crianças e adolescentes?



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a idade?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Espere um pouco. Acho que eu ainda não fui clara. Vou voltar novamente. Vinte casos chegam, em média, para nós, 20 novos casos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De crianças e adolescentes...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Só estou falando de crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, você que não entendeu a minha pergunta. Eu também não fui clara. Deixa eu lhe dizer: eu quero saber quantos casos você atende? Todos, incluindo adulto, idoso, enfim.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - O.k. Então, os demais já entenderam: são 150 atendimentos, totalizando todas as violações de direito, porque a maioria dos nossos atendimentos é de abuso sexual.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Desses 150, quanto por cento é de abuso sexual? Oitenta por cento?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Eu falei que ia dar um número de 100 atendimentos. Os outros 50%...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São 100 atendimentos de abuso sexual?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso, são diversos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual a idade dessas crianças abusadas sexualmente? Vocês dividem por idade, por faixa etária?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - De abuso sexual, a faixa etária está entre 9 a 12 anos, a maior percentagem; uma menor percentagem, adolescente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E crianças com menos de 5 anos?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Esse número é bem reduzido. Os atendimentos são de uns 5%, 8%.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De 5 a 8%.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dos 150 casos, você avalia que 100 casos são de violência sexual contra crianças e adolescentes?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim, contra crianças e adolescentes.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E os 50 outros casos são de violências diversas, inclusive de crianças e adolescentes?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Inclusive de crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Situação de rua, drogadição, enfim...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Um número menor, porque o que acontece? Muitos desses casos, e até pelo próprio entendimento da Rede, são de negligência, quando não são por omissão. É preciso que a gente entenda que essa negligência, muitas vezes, é por omissão da família, mas muitas vezes por falta de suporte, de condição necessária. Então, muitas vezes, quando essa negligência é por falta de condições — porque aí necessita do apoio do Estado para que a família de fato cumpra o seu papel protetivo —, esses casos são encaminhados ao CRAS. Então, é por isso que ocorre essa redução, porque é uma interpretação muitas vezes dos conselhos tutelares.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja bem, você também não faz só um atendimento, certo?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, há pessoas que você atende...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Olhe, deixe-me dizer. Pela tipificação dos serviços, na verdade a assistência social precisa romper com a lógica do atendimento individualizado. Então, as pessoas que conhecem um pouco da política sabem disso. O que acontece? Essa família chega ao CREAS, vai para o primeiro atendimento, essa escuta qualificada, e depois ela já é, de acordo, é claro, com a situação, incluída nos grupos, nas oficinas, onde a gente vai trabalhar de acordo com a violência sofrida por ela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas é um atendimento?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - É atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É um atendimento. Então, você está falando aqui dos 150 atendimentos individuais?



A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Se considerado que toda pessoa que chega ao CREAS faz primeiro o atendimento individualizado e depois ela vai para o atendimento grupal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, eu digo o seguinte: esse atendimento individual não necessariamente inclui apenas uma pessoa. Se você vai atender a uma criança, atende a criança, a menina e tal.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Você atende o pai... Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São 150 atendimentos de violação, que pode, não necessariamente, incluir apenas uma pessoa. Obviamente que você tem uma série de atividades que o CREAS acompanha, certo?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Por exemplo, a criança que cometeu ato infracional, que está nas medidas socioeducativas, que deveria, pela tipificação de serviços, estar dentro do CREAS, não é atendida por nós. Tem um núcleo específico que cuida dessas questões. Então, graças...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É outra Secretaria?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não, não é outra Secretaria. É um núcleo dentro da nossa Secretaria mesmo, um setor específico...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - As medidas socioeducativas estão dentro da Secretaria de Desenvolvimento?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso, as de meio aberto, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a de meio fechado está com quem, com a justiça?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Do meio fechado, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Meio fechado está na justiça?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E meio aberto está...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Conheço. A gente vive um processo de transição. Na verdade, essas medidas vieram recentemente para o nosso Município, para a execução do Município. Estavam no Estado. A gente sabe que é um processo em que estamos caminhando.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Município atende o meio aberto, não é? Então, por isso, a justiça atende o meio fechado, que é...

Enfim, o que você acha que seria necessário para haver um atendimento melhor? Ou você acha que o atendimento está bom?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Eu acho que todos nós... Mesmo que uma coisa esteja perfeita, ela sempre tem que melhorar, mesmo que algo esteja bom. Acho que, humanamente, nós não conseguimos nada, nenhuma política, nenhuma Secretaria chegar a um grau de perfeição. Essa é a minha opinião. Então, por exemplo, eu creio que poderia ser contratado para cada CREAS mais um psicólogo. A questão do advogado também seria de fundamental importância.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é previsto no SUAS, não é?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso, é previsto no SUAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixa eu lhe dizer: você acha, na sua percepção, que as crianças... Porque a gente tem visto uma precariedade no atendimento das vítimas de violência e exploração sexual... Você diz que as crianças chegam e são encaminhadas para outro serviço, para a rede, de acordo com o caso.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não, eu disse que, após superado esse processo, essa violação, a criança saiu da fase de luto, ela já está empoderada, aí, sim, ela é encaminhada para o outro serviço. A gente sabe qual é a hora de desligamento de acordo com o plano de atendimento que é traçado para essa família.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, então, vocês fazem o plano de atendimento...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim, que é construído junto com a família.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, o PAIF, não é? Então, vocês fazem um plano de atendimento individual e familiar...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... e esse plano de atendimento individual e familiar vocês acompanham? Eu estou preocupada aqui, Sílvia, pelo seguinte...



A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim, pode me falar da sua preocupação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se você vai fazer o luto e se você vai trabalhar com esse plano, significa que você recebe 15 a 20 casos por mês. São casos novos. Isso vai demandar um atendimento a essas famílias e tal, enfim, para que se possa superar o processo mais agudo e fazer o encaminhamento. Esse processo mais agudo tem a sua demora variável, obviamente...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - De acordo com a individualidade da pessoa, do sujeito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, em média, você pode ficar até quanto tempo atendendo essa criança, esse adolescente?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Três, quatro meses, depende.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Depende, não é?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, por aí vai... Você tem 15 a 20 casos por mês novos, mas você tem outros atendimentos...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - ...que vão vir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...que estão acontecendo?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Hum, hum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque você precisa de um tempo. Eu estou achando pequeno o número de profissionais.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim, mas é isso que eu acabei de falar. A própria tipificação de serviços coloca que as equipes mínimas nos CREAS são dois assistentes sociais, dois psicólogos, o auxiliar jurídico e a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - É porque há poucos CREAS também, não?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso, exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Aqui você tem o quê? Trezentos mil habitantes?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Teoricamente, você tem...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Cento e cinquenta a cento e sessenta famílias referenciadas...



A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Não, pessoas...

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Pessoas, perdão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Isso sobrecarrega muito o CREAS.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim, se a gente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Agora, é óbvio que você tem determinados territórios que são mais demandados.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Exatamente, porque — é isso que eu ia ressaltar — nem todos os 160 mil habitantes estão referenciados ao CREAS, porque eles não estão vivendo naquele momento, e podem até vir a viver, nenhuma situação de violação de direito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Há também uma parte da população que recorre a outros serviços.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - A outros serviços.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Porque podem pagar por eles.

Eu acho pouco, mas, enfim, eu estou falando tudo isso porque nós estaremos amanhã com o Governador e nós vamos levar as reivindicações que nós achamos do ponto de vista da qualificação das políticas públicas. Então, a gente já tem aqui a questão da Delegacia de Proteção; eu acho que o número de CREAS é insuficiente.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Até porque nós estamos falando de alguns Municípios que não têm CREAS, não é?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - A equipe de CREAS é sempre esta aqui ou tem modificação de acordo com cada Município?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Olha, a tipificação é clara quando ela coloca o número de profissionais. Agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Não, mas sempre são... Ela está insuficiente aqui. Ela não tem advogado e está faltando um psicólogo.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim. Agora, Deputada, é notório que a gente deve levar em consideração a realidade de cada Município, não é?



A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - É claro.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Aí nós vamos entrar em questão de recursos financeiros de cada Município. Nós vamos entrar nessas questões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Mas, veja, o que eu estou lhe falando é o seguinte: em geral — se você puder me responder, eu não sei se você sabe —, os Municípios trabalham com dois assistentes e um psicólogo, ou não?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Nem todos os Municípios. A equipe da SEDES está mais apta a responder a essa pergunta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - A política de enfrentamento da drogadição está onde? Está com vocês também?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Nós também atendemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Situação de rua?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Situação de rua é Centro POP. Aqui em Rio Branco nós temos o Centro POP, centro de referência para a população...

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - O Centro POP é ligado à SEDS — Secretaria de Desenvolvimento Social?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - À nossa Secretaria, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. É Prefeitura. O Centro POP foi inaugurado também dia 27 de setembro, junto com o outro CREAS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Mas ele tem um diálogo com o CREAS?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Sim. Na verdade, todas as políticas devem trabalhar e estar dialogando, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Está referenciado com o CREAS.

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Acontece sempre dentro dos serviços da assistência social essa referência e essa contrarreferência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - E a política de enfrentamento à drogadição?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Nós temos um comitê, não é, Dr. Reni? Um comitê do programa/plano "*Crack: é possível vencer*".



A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Quem o coordena?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - A Secretaria de Segurança.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Então, está concentrado ou está capitaneado pela Secretaria de Segurança?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Ela é a coordenadora do programa, não é, Secretário?

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - ... que é intersetorial?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Você quer falar mais alguma coisa?

A SRA. SILVIA PALMEIRAS - Não, agradeço. Muito obrigada a todos.
(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Erika Kokay) - Então, está ótimo.

Eu queria saber se a Temyllis está aqui. (*Pausa.*)

Então, eu queria chamar a Elidiane. A Elidiane está aqui? (*Pausa.*)

Elidiane Soares de Araújo Cruz, que é Assistente Social do Departamento de Proteção Social Especial, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, do Acre, do Projeto Proteger, do PAIR — Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, que identifica redes.

Você poderia começar falando sobre as redes que existem.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ- Boa noite a todos e a todas. Eu trabalho na Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social. O meu Secretário falou um pouco mais cedo, o Secretário Antônio Torres.

Na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, nós trabalhamos com os programas sociais na gestão, enquanto o Município — a Sílvia está aqui representando o Município — está executando os serviços, está mais na ponta. Nós estamos na gestão e capacitação dos nossos programas sociais.

A Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social, nós vamos para os 22 Municípios onde há CRAS e CREAS. Capacitamos os profissionais da rede.

A senhora me pediu para falar das redes. Eu vou falar um pouquinho antes do Projeto Proteger.



O Projeto Proteger já vem fortalecendo as redes. No Projeto Proteger, a gente vem trabalhando a metodologia do Programa de Ações e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual. O PAIR veio aqui para o Estado do Acre no ano de 2002, através de uma pesquisa nacional chamada PESTRAF, que apontou rotas de tráfico de seres humanos e exploração sexual.

(Não identificado) - Maria Lúcia Leal.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Exatamente. A professora esteve aqui no Acre.

Através dessa pesquisa PESTRAF, foram mapeados esses 13 Municípios, tão citados aqui desde a chegada de vocês. Por que nesses 13 Municípios implantamos o Projeto Proteger, o Projeto Conexão de Direitos, através da Coordenaria da Infância? Porque são Municípios vulneráveis, com alto índice de exploração sexual. São Municípios localizados em BRs.

O Ministério Público, juntamente com a Secretaria de Estado, a Secretaria de Saúde, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Poder Judiciário — o Dr. Romário tem sido até nosso parceiro e palestrante, não é isso, Dr. Romário? —, a gente vai aos Municípios fazer as capacitações dos técnicos. A gente tem feito essas capacitações para fortalecer a rede de atendimento e proteção no Município.

Dentro dessas capacitações, além de a gente estar fortalecendo, a gente também vem mapeando como essa rede está: se ela está fragilizada, quais são seus principais gargalos. A gente vem mapeando as denúncias, a ficha de notificação da saúde, se está sendo trabalhada dentro dos postos de saúde, como os agentes de saúde estão atendendo essas crianças e adolescentes. Então, através dos projetos e das ações, a gente vem fortalecer a rede.

Mas, é como eu falei: a rede tem suas fragilidades também. Os projetos vêm servindo para a gente estar identificando essas fragilidades.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que você acha que é necessário para fortalecer a atuação do PAIR, do Proteger, enfim, dos projetos de fortalecimento de redes? E qual a participação da sociedade civil?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Na verdade, nós estamos inovando, porque não é fácil sair uma equipe com seis técnicos de instituições



diferentes, de seis Secretarias diferentes, para palestrar nos Municípios, cada um com sua...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Além das palestras de capacitação, quais são as outras ações que vocês desenvolvem?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Além das palestras? Nós desenvolvemos ações dentro dos CREAS, dentro dos CRAS. Quando nós chegamos aos Municípios, os promotores são nossos parceiros nas palestras. O delegado faz parte do seminário...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, além das palestras, quais são essas outras ações que vocês desenvolvem?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Além das palestras? Bem, conforme as instituições que estão indo com a gente, cada instituição vai mapeando sua fragilidade. Se eu estou indo com uma técnica da saúde, a técnica da saúde vai trabalhar a ficha de notificação. Ela já vai mapeando quais são os gargalos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E quais são as fragilidades que você percebe e que chamam a atenção?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Nesse período da execução do projeto?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, com recorte...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Olha, a gente vem percebendo vários problemas. A gente vê que alguns Municípios realmente precisam da criação do CREAS, mas também não adianta só criar uma estrutura física sem ter os profissionais adequados, sem ter salários para esses profissionais trabalharem, porque...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quanto ganha aqui um assistente social no CREAS?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Depende do Município, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui em Rio Branco.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Aqui em Rio Branco, 2.500...

(Não identificado) - Com os descontos, fica 1.600, mais ou menos.



A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Sim, 1.600. A gente tem também a questão da carga horária, tem a questão da região também onde ele vai trabalhar, se tem acesso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É pouco.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Se for no interior, diminui.
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Exatamente. Então, a gente vê...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você está falando do assistente social, 30 horas. Ele recebe...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Sim, 30 horas, mas geralmente são 40 horas. Ele é 40 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas na lei é 30.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Mas, aqui no Estado, algumas Secretarias estão aderindo, outras secretarias não. Então, há esse recorte. E não é só nessa profissão de assistente social. A gente tem outros profissionais também. Não é especificamente na área do serviço social.

Mas eu gostaria de enfatizar mais um pouquinho o Projeto Proteger, porque, como eu e a outra técnica da Secretaria estamos na ponta, executando com as outras equipes, sempre quando terminamos as capacitações em cada Município, quando a gente vai sentar com as equipes e as autoridades para ver por que isso cresceu, por que não tem isso aqui, o que está faltando, a gente percebe a fragilização desses órgãos de atendimento. É como eu sinto: a gente vê vários motivos desses órgãos de atendimento. Às vezes, o Prefeito não consegue contratar a equipe completa. A gente percebe também a desresponsabilização dos pais — viu, Dr. Romário? O senhor coloca muito bem isso nas suas palestras. Quando a gente vai para os Municípios com os projetos, a gente vê também um pouco dessa desresponsabilização.

A gente sabe que há toda uma questão da pobreza, toda uma questão de cultura, mas a gente vê também esse descaso dos pais. Muitos pais saem, passam o dia trabalhando fora e deixam suas crianças expostas na rua ou na casa de vizinhos. A gente vê essa desresponsabilização por vários fatores, desde o fator



econômico ou desde aquele pai ou aquela mãe que deixa aquela criança bem vulnerável mesmo: perto de bares, deixa o filho sair 7 horas da manhã e ficar até 7 horas da noite brincando nas ruas. A gente vem percebendo essa desresponsabilização.

Inclusive, ela influi até na questão da denúncia, porque muitas vezes ele só vai perceber que está acontecendo alguma coisa errada ou aconteceu com seus filhos depois de um certo período de ter acontecido. A gente vem observando bastante que isso está agravando muito — e eu coloco bem — por diversos fatores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por diversos fatores. Alguns são ausência de creches, ausência de educação integral...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Exatamente, de serviços.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como tem estado aqui a questão das creches? Tem aumentado a oferta de creches? A creche tem uma demanda reprimida muito grande, não é?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Tem, tem. Quem está mais ligado, quem se reúne mais com a educação?

O SR. EVANDRO ROSAS - *(Fora do microfone.)* Em Rio Branco tem aumentado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E educação integral?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Nós não temos educação integral aqui no Acre.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só uma escola?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Só uma escola

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Propôs o quê?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E porque há um programa do Governo Federal para criar creches e tal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, tem havido uma preocupação. Primeiro, daqui a 2 anos, a gente vai reduzir a faixa etária para a



obrigatoriedade da escola, vai para 4 anos. Então, isso já atinge uma parte da educação infantil e da pré-escola. A gente trabalha com a perspectiva de ampliar a educação integral, obviamente de forma qualificada, porque tem muita gente... As unidades da Federação estão ampliando, mas ampliando de uma forma muito... Criando “depósitos de menino”, que não é bem o caso, não é o que nós defendemos.

A educação integral possibilita outros saberes, o desenvolvimento de outros saberes. A oferta de creches ajuda bastante, considerando esse nível de falta de responsabilização, de desresponsabilização, não é? O que você acha? Tem essa articulação com a educação?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Olha...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque não dá para pensar em política para criança e adolescente sem pensar em educação, até porque o nível de acesso à educação, nas séries iniciais, se alargou bastante, é mais de 90%. Então, é a política pública mais presente, mais permanente, que mais dialoga com as famílias e com a sociedade. É a mais universal também.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Eu acredito, sim, que as creches, aqui...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse trabalho do Proteger — com licença, me desculpe —, o PAIR, ele incorporou a educação?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Ele tem um eixo de educação. O programa, quando é implantado no Município, quando há indicadores de violência, é realizado todo um diagnóstico: que tipo de violência... É aplicado um questionário na área da saúde, em toda a rede de atendimento ali, que existe naquele...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês fazem um diagnóstico...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - A gente faz um diagnóstico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em todas as políticas?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Em todas as políticas.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí vocês percebem o nível de precarização.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E aí percebem onde estão as fragilidades do atendimento.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - As fragilidades. Aí ele vai fazer esse apontamento. Depois da tabulação dos dados...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí vocês fazem esse apontamento e levam para...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - E a gente cria a metodologia, que é como nós estamos executando agora nos Municípios, porque, quando...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A educação está presente?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Ah, sim, nós estamos, além desse...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - No plano de enfrentamento da exploração sexual?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Sim, dentro do projeto, nós estamos trabalhando nos Municípios os fluxos de atendimento. A senhora perguntou bastante aqui se tinha fluxo de atendimento. A gente está construindo agora, nesses 13 Municípios, os fluxos de atendimento. Dentro dos fluxos, eles constroem também os planos operativos locais. Depois desses planos operativos locais e de construir esses fluxos, nós voltamos ao Município, compartilhamos com eles o que eles construíram, o que seriam os encaminhamentos. E aí é assinado um termo, um pacto com o Prefeito, para o Prefeito se comprometer com esse documento. É assinado um pacto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque vocês constroem um plano... A sociedade civil participa?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Participa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês identificam também a rede...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Sim, sim.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ... com a sociedade civil. Aí você faz o plano, e o plano pressupõe responsáveis, prazos, metas e tal.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Execuções...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Execuções. E aí vocês monitoram a execução do plano?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social vem fazendo esse monitoramento. Quando nós tabulamos os dados que a gente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E vocês monitoram também a execução orçamentária, a destinação e a execução? Porque, se vocês vão monitorar o plano... Você fez um plano: o plano é chegar a tantos e tal, é ter CREAS, educação integral, creche... Isso é o plano.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O plano tem várias políticas, não é?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Mas, dentro desse contexto...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem que ter o dinheiro para fazer a política.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Pois é.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Senão, não vale a pena fazer.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Mas agora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se faz um plano e não tem dinheiro, não adianta.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Agora nós estamos nos infiltrando nas reuniões da AMAC. Quando tem reunião...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O que é AMAC?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - A AMAC são as reuniões mensais dos Prefeitos. Eles se reúnem nos Municípios. Então, a gente descobriu que as reuniões da AMAC são um mecanismo de a gente estar compartilhando o



que as equipes dos Estados estão trabalhando nos Municípios, o que está sendo construído, quais são os apontamentos que estão havendo no Município.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês fazem esse monitoramento como parte do funcionamento? Ou seja, não só acompanhar. Porque vocês descobriram agora a reunião da AMAC e vocês estão participando dela. Acho bom isso. Agora, vocês têm um processo que é estabelecido, digamos assim, um procedimento?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - É o cofinanciamento? É sobre o cofinanciamento que a senhora quer perguntar?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, sobre o procedimento de acompanhamento da execução dos planos.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Sim, sim, nós temos esse...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Como é isso?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Nós temos esse processo de acompanhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É mensal? Como é isso?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Nós chamamos de Supervisão Especializada, que é uma meta que está no projeto. Depois, a gente volta ao Município e vê como está sendo a execução desse plano.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês voltam em que periodicidade?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Olha, como a nossa equipe... Não é uma equipe reduzida, que agora nós temos os nossos parceiros, que são muito importantes. A gente tem uma... *(Pausa.)*

É de 2 em 2 meses, Eliana, que a gente está nessa supervisão, nessa avaliação? *(Pausa.)* Tem relatório, a gente está na fase da construção dos fluxos. De 2 em 2 meses...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você pode passar para a gente os relatórios?

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Podemos. Nós podemos passar os planos operativos locais e os fluxos. Aliás, os fluxos de atendimento, eu



acho que o Dr. Carlos Maia já... Eu não sei se neste relatório já contemplou, porque os dois projetos estão indo juntos. Eu acredito que já estejam nesse relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso seria bom, porque é importante se ter... Fluxograma é importante, mas também é importante uma operacionalização do acompanhamento, digamos assim, um procedimento de acompanhamento dos planos e da execução orçamentária. Porque se você constrói o plano, você tem... Veja, você vai construir um plano — eu estou dando um exemplo —, e o plano diz assim: *“construir, aumentar em 20% a oferta de creche”*. Estou supondo uma ação. Nessa ação, você vai dizer: *“Isso custa quanto?”*

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Mas isso eu não saberia aqui. O projeto é financiado pela SDH. Ele é um projeto financiado com recurso federal. Ele é um projeto financiado por recurso federal. Com relação ao...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, mas, quando você vai fazer um plano, um plano...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Mas são eles que constroem lá no Município, são eles que constroem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas eu só vou saber se... Veja bem, o Prefeito vai assinar aquele pacto, mas, assim, tem um custo isso. E esse custo precisa estar incluído no Orçamento.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Mas no seminário há esse momento também em que o Prefeito fala do Orçamento, de quanto ele está destinando na área da infância, na área da segurança pública. É nesse...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Porque aí o raciocínio é inverso, penso eu. O Orçamento tem que estar submetido à política.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Esse relatório...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O Prefeito não pode chegar e dizer assim: *“Eu gasto 100 mil com a criança e o adolescente.”* Se é 100 mil, então vamos acochar dali, acochar de lá, apertar de lá, para fazer...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Essa informação eu não tenho, essa informação em relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está bem. O PAIR é do Governo Federal. A gente tem conseguido inclusive, em alguns Municípios... Por



exemplo, no Município de Coari, que tem uma denúncia de uma rede de exploração alimentada pelo Prefeito com recursos públicos e tal, a gente está esta levando para lá também, porque não estava previsto isso, no Amazonas.

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Sim. Eu quero dizer que o PAIR, junto com a Conexão de Direitos — que eu estou frisando bem —, ele vem nos ajudar muito. Por quê? Quando a gente mapeou essa deficiência de que só ia a assistência palestrar lá no Município — aí entravam outros assuntos de outras áreas, como segurança pública, saúde, educação —, a gente viu a necessidade... Ele veio dar essa oportunidade de as equipes estarem indo juntas para os Municípios. E a gente tem colhido assim bons resultados. A gente tem aproximado os Poderes também nos nossos seminários.

Eu sempre digo: a gente nunca cansa de falar da presença de o juiz estar palestrando lá junto no Município; o Promotor de Justiça para um dia lá para conversar com a comunidade e esclarecer dúvidas. Então, a gente vem conseguindo bons frutos dentro dos Municípios. É claro que precisamos avançar mais, muito mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu agradeço à Elidiane...

A SRA. ELIDIANE SOARES DE ARAÚJO CRUZ - Eu agradeço também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...a oportunidade dos esclarecimentos.

A Alexandra Luzia Gadelha de Assis não está? (*Pausa.*)

A Joallia Pereira da Costa Mendonça também não? (*Pausa.*)

Se a pessoa estiver presente, avisem-me, por favor.

A Sirlene Maria Cavalcante também não? (*Pausa.*)

Então, nós vamos escutar ainda a Lorena e a Mirza, mas, antes disso, vou passar a palavra para o representante do Governador, o Sr. Ildor Reni Graebner. Depois, vou passar a palavra para a Joana D'Arc, para que possa também fazer a sua fala, e passo para as duas. (*Pausa.*) A Lorena não vai falar?

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só uma vai falar? (*Pausa.*)

A Lorena é Diretora da Maternidade Bárbara Heliodora, e a Mirza é Gerente Administrativa do Sistema Assistencial à Saúde da Mulher e da Criança.



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, quem vai falar é só a Mirza? *(Pausa.)* Está ótimo, vocês decidem.

Vamos combinar assim: vou passar a palavra para Ildor Reni Graebner, para Joana D'Arc e Mirza. E nós caminhamos para o fechamento da nossa audiência.

Com a palavra o Sr. Ildor Reni Graebner, que vai fazer um complemento de uma fala.

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Obrigado pela oportunidade. Eu quero, na verdade, dar uma resposta ao nosso Procurador Carlos Maia, quando fez a indagação da criação da delegacia.

O projeto realmente existe, foi recebido pelo Executivo. Entretanto, o Governo tem responsabilidade fiscal a observar também. O Estado do Acre não é diferente dos demais Estados do Brasil: está sentindo a crise financeira e está executando também todo seu recurso, conforme sua estratégia e a sua possibilidade fiscal, como já falei.

Apesar disso, não poderíamos também criar uma delegacia sem os recursos humanos. Mas o Governo do Estado investiu no concurso e até dezembro estará formando 220 policiais militares. Em janeiro, já vai iniciar um curso para policiais civis, em torno de duzentos e cinquenta agentes e escrivães. Então, é um fortalecimento dos recursos humanos.

Espera-se também que, em seguida, os recursos melhorem, porque, do ano passado para cá, o Estado perdeu em torno de 500 milhões de repasses da União. E isso nenhum planejamento suporta. Então, há necessidade de um replanejamento, mas a proposta está posta na mesa, é só questão de tempo.

Por outro lado, o ilustre Procurador também não se lembra — é necessário fazer um retrocesso: há poucos anos, não se tinha delegados, profissionais formados, não se tinha no Ministério promotores em todas as comarcas. É claro que a gente quer a melhoria do serviço público, mas o Estado evoluiu muito na construção das delegacias, na construção dos batalhões, na formação de seus profissionais. Inclusive, no Núcleo e na Delegacia da Mulher teve uma capacitação recente para buscar, cada vez mais, a humanização de todos os profissionais, um



trabalho conjunto e integrado com o Judiciário, o Ministério Público, a Secretaria — a Secretaria das Mulheres também teve uma participação muito forte.

Esse projeto foi muito bem aceito. Nós vamos passar para todas as outras delegacias da capital e da mulher, que tem no interior também. Serve tanto para a adolescente, mas também para a mulher, que deve merecer um tratamento diferenciado.

Então, por outro lado, o das políticas, acho que o Procurador perdeu a oportunidade de escutar as políticas públicas que a Prefeitura desenvolve e o Estado também, através da Secretaria de Assistência Social. E a saúde aqui não está presente, porque, aqui no Estado, a saúde está municipalizada. Então, todo o atendimento dessas vulnerabilidades é feito pelo Município. E temos uma série de outras políticas, muitas outras, que não foram ditas, pois o tempo agora não permite mais.

No final, quero dizer que o nosso Governador... o Estado é sensível, sim, às políticas públicas, mas deve obedecer à responsabilidade fiscal.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por que perdeu esses 500 milhões?

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Repasses da União, porque o Estado depende, a maioria, do repasse da União.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, por que...

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Em razão do IPIs, principalmente, da redução de IPI, o Estado com isso ficou prejudicado, como todos da União.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não. Então assim, a política de desoneração fiscal impediu que o Estado arrecadasse? É isso esses 500 milhões? O que é repasse da União?

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Não é arrecadação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas por que perdeu os 500 milhões?

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Não. Na redução do IPI, os Estados receberam menor quantia dos RPS.



A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então esses 500 milhões foram em função da redução do IPI?

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Exato. Agora, novamente a política da União mudou, elevou novamente o IPI, e todos os Estados serão novamente beneficiados com a arrecadação maior.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, os 500 milhões foram em função da redução do IPI? Exclusivamente?

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Com certeza, sim.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, vou passar a palavra para...

O SR. ILDOR RENI GRAEBNER - Muito obrigado.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - De nada, nós que agradecemos.

Passar a palavra para Joana D'Arc, que é militante de direitos humanos, e depois para Mirza Vany Felix, que vai ser, ao que tudo indica, nossa última inscrita.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Sra. Presidente, boa noite. Aos que até aqui permanecem.

Eu vim para este lugar, Sra. Presidente, porque neste local eu me immortalizei no Acre há 4 anos. Tudo o que os senhores ouvirem aqui, eu acho que os senhores ouvirem a partir de 1999. Em 1999, no dia 13 de agosto, em volta disso, eu estava depondo neste lugar aqui, na condição... Meu nome é Joana D'Arc, e eu estava pior do que a Joana D'Arc da história francesa.

Eu fui execrada por 4 horas nesta Casa do povo, que na época era presidida por este Deputado Edvaldo Magalhães, por eu já não poder mais circular em nenhuma das ruas, becos, vielas, ramais, riozinhos e aldeias.

Eu queria que o Secretário estivesse aqui para eu desmenti-lo pessoalmente. O Emylson Farias disse aqui que não tem vítima indígena. Como não? São poucos os Estados brasileiros onde existem aldeias indígenas. Aqui é a imensa Amazônia acriana. A senhora não quer vir morar no Acre, não? Nesse paraíso.

Pois é, Sra. Deputada e demais senhores, eu quero que faça constar nos anais do relatório desta Comissão que finalmente se traz o feito à ordem no Estado do Acre, exatamente com o requerimento da Deputada Antônia Lucia, eu faço



questão disso, porque, tanto a Deputada, uma nobre colega igual às senhoras, como esta ativista em direitos humanos, porque eu me tornei, eu sou advogada, porque nós duas somos tratadas neste Estado como *persona non grata*.

Na época, quando eu vim aqui, era por nenhuma dessa rede, essa rede é toda rasgada. Acho que vocês já entenderam. Mas eu vou discorrer sobre alguns casos. Na época eu não podia mais andar na rua com senhoras, vovozinhas, cidadãos mais humildes, que não sabem nem onde tem uma delegacia. O que é NUCRIA? Dizer NUCRIA para eles é um palavrão. Sabe por que, senhores? Porque inventaram tudo isso depois do meu depoimento aqui, onde eu disse aqui — infelizmente o Dr. Carlos Maia não pode permanecer, mas eu já conversei com o Presidente do Tribunal, que pediu que eu vá ao Tribunal, porque ele não era o Presidente da época, quando eu trouxe... Estão aqui nos *pendrives* para passar para os senhores. Esta Casa criou uma CPI em 2009, agosto de 2009, me ouviu aqui durante 4 horas seguidas, mas a intensão era mandar me prender, como ainda continuam tentando, para não apurar as denúncias.

Isso aqui, cidadãos que ainda ficaram do Acre, isso aqui é uma CPI. Não é nada pessoal contra autoridade, não é nada pessoal contra partido de ninguém. É um mero trabalho. Mas, por eu ter trazido aqui, na época, as denúncias de juiz, numa mesma cidade de Sena Madureira, estão aqui e eu vou repassar para a Comissão, o Juiz, o Promotor... O Promotor, hoje, ele é o comandante, ele chefia a coordenadoria da Polícia Militar, que é quem faz o trabalho de investigação. Eu estou com um mapa aqui, onde, no Acre, tem um quadro de oficiais militares janeleiros que se perpetuam no Acre. O concurso foi em 95, 96, mas vamos investigar o Acre de 2000 para cá. Por que começa em 2009? Os senhores precisam fazer uma auditoria do Disque 100, de 2000 a 2009, porque com o restante o Dr. Carlos Maia trabalha. Num determinado dia, quando fui ao meu trabalho comum, atender a uma cliente na Delegacia da Mulher — o que eles chamam de DEAM —, uma delegada me convidou e disse: “*Doutora, eu preciso que a senhora me ajude aqui, ouça comigo, faça esta audiência comigo, porque eu não sei mais o que fazer.*” Chamou-me numa das salas, quando eu entrei, era desta altura aqui, só que em volta era a ornamentação, ponta a ponta. Desta altura, uma coleção de processos de abusos, exploração sexual e pedofilia, que tem um



histórico de tudo quanto for autoridade que os senhores escolherem, de padre a pastor, de juiz a promotor, policial militar, Deputado, Vereador, mas que não podiam ser investigados. Naquele ato, tinha um prazo, não existia nada disso.

Então, o que os senhores viram aí escrito só no papel da Constituição, que existe uma CPI, é para me calar; que existiu esse NUCRIA foi para me calar. Foi criada hoje a Vara onde trabalha o Dr. Romário, e vou aqui fazer uma defesa que é necessária. É preciso que sejam requisitados os documentos.

Quando o Dr. Romário entrou — todo mundo aqui trabalha na causa apaixonado — e foi fazer o que a lei manda, o que é correto, ele criou portarias e determinações de como deveria funcionar os motéis e como deveriam ser. Pasmem, eu vou lhes mandar o material publicado, não o do Dr. Romário, porque ele nem esperava que eu falasse isso. Os donos de motéis fizeram um *lobby*, visitaram o Governador do Estado, e foi cassada a portaria do juiz. E os motéis estão aí, à bancarrota.

A nossa fronteira está lá. Pena que quando os senhores vêm, é muito distante. Vou dar um exemplo e queria que estivessem todos aqui para ouvir: eu morri de vergonha de todos que vieram aqui falar dessa criança de 8 anos, bem ali, e falar de projetos, de não sei quantas questões internacionais. Pelo amor de Deus, qualquer cidadão pode denunciar! Como é que a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, com o Delegado Emylson, que estava aqui, não podem fazer uma ação integrada e lá fazer o flagrante? Eu não sei mais o que fazer como profissional. Enfiar minha cara... Tirei até uma foto aqui com... Sabe o que isso? É o deboche. Quando o Secretário fala que o Estado perdeu 500 milhões, sabem quantos bilhões o Governo já contratou internacionalmente, justificando todos esses projetos aí? Requistem-nos, porque tudo fala da nossa empoderação, da nossa cidadania, da questão indígena e tudo o mais. Os números estão aprovados nesta Casa e no Congresso.

Então, o que eu quero... Eu tenho muito mais a dizer, mas são mais documentos a serem apresentados, nós teremos outras oportunidades. Não é falta de dinheiro, dinheiro tem e muito.

A Defensoria Pública veio aqui pedir esmolas, com um piresinho na mão, para poder atender casos como esses, porque eu atendo no meio da rua, eu atendo. O



que eu posso fazer? Eu não posso mais andar na cidade. Para me hostilizar, me tornaram celebridade, eu sou aqui a rainha das CPIs.

Enfim, é falta de ação realmente. Não tem rede nenhuma, todas rasgadas. Não tem nenhuma integração. Acho que ficou claro que não tem nenhuma integração! E parabéns ao seu Prefeito, diga a ele que eu o elogiei aqui, porque é um homem sério, é o idealizador dos grandes projetos internacionais, e o Acre recebe verba internacional. Ele sabe trabalhar, ele é comprometido. Mas é um Prefeito que acabou de entrar, não tem nem um ano. Mas ele conhece os compromissos. Eu sei criticar e sou a melhor pessoa do mundo para quem recebe um elogio.

Então, Sra. Deputada, eu vou entregar do que tenho das provas e quero que esta CPI requisite meus depoimentos de 2009, porque, quando eu terminei meu depoimento, em menos de uma semana, na questão de um mês, esse Presidente aqui, pasmem, ele fez uma sessão de desagravo para o denunciado. Em vez de investigar, ele fez uma sessão de desagravo nesta Casa. Vou lhes mandar um vídeo em que deu uma entrevista e disse: *“Entrem com uma ação para que ela, pelo menos, seja processada no mínimo em 1 milhão de reais por cada denúncia que ela fez.”* E esta Casa até hoje não apresentou relatório. Eu preciso desse...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que CPI é essa?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - CPI da Pedofilia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Sim, era para ser.

Então, eu quero que sejam interpelados o Presidente Edvaldo Magalhães, eu quero que seja interpelada toda a Comissão, a Mesa Diretora da Casa, porque, sabe quem foi o Presidente, Sra. Relatora? José Luis, o apelido é Tchê, é um gaúcho.

Com tudo isso que nós temos aí, eu recebo hoje... Eu fui agora em Brasília para aquele trabalho, com a Deputada Elcione Barbalho, fiz o mesmo que nós estamos fazendo aqui lá no Nereu Ramos. Enquanto eu estava depondo lá, eles entraram na minha casa para me intimidar e arrancaram a porta. A minha porta é blindada e foi arrancada fora, a minha casa revirada, buscando documentos, mas o



principal está aqui, estava lá comigo. O Deputado Edvaldo Magalhães é esposo da colega de vocês lá na Câmara, a Deputada Perpétua Almeida.

Ninguém consegue ouvir o som do clamor da sociedade acriana. Aí a Deputada Antônia Lúcia fica nessa correria e, graças a Deus, para os poucos acrianos que estão aqui, senhores, CPI é isso aqui. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito é só para se apurar, não é contra e nem a favor de ninguém.

Então, eu tenho as provas para lhe entregar, Deputada, eu tenho muito mais, eu recebo denúncias permanentemente, porque eu não tenho mais como viver, naturalmente preciso de segurança, porque eu nunca sei, quando termino um depoimento, no que vai dar. Mas o que eu quero verdadeiramente é que as senhoras chequem o trabalho que o Deputado Romário Divino fez. Ele tentou moralizar os motéis, mas os donos de motéis, que são os amigos do poder, é que têm poder nessa cidade.

Gente, ouvi aqui dizer que tem duas crianças de 8 anos bem ali, aí diz que não é jurisdição daqui, com toda essa integração de rede? Que rede é essa? É o que eu digo: é a rede de proteção ao pedófilo institucional, porque tem muitos. Eu tenho muito mais a dizer, mas não adianta cansar todos, porque o que tem que ser feito é um trabalho com seriedade, é não ficar olhando para elas como coitadas. Os senhores podem checar, não sei se o Dr. Romário pode dizer que o Tribunal de Justiça tem agentes de proteção que fazem um trabalho hercúleo na rua, sabem como? Grátis. E depois que descobrem, todas as autoridades aqui... E tem mais, no Acre, tudo é público e notório, não tem segredo.

Não deixe, Deputada, de no seu relatório fazer constar, e peçam a cópia, peçam, requisitem de todas as formas, todos os contratos do ano 2000 até o dia de hoje, nesse minuto, quantos milhões de reais o Governo do Estado contratou em projetos e contratos internacionais com o BIRD, BNDES e tudo mais, fora o Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

Do ano 2000 até hoje que o Governo não reduz, por exemplo, a sua verba de mídia, mas não pode dar verba para a Defensoria Pública, não pode aparelhar as Defensorias Públicas, ignora o trabalho do Ministério Público. Como é que nós podemos trabalhar? Porque as vítimas, elas já são vitimizadas. Eu tenho um caso que foi me procurar, eu fui à rádio da Deputada dar uma entrevista — o pessoal,



quando sabe onde eu estou, corre —, uma avó, a mãe é médica, o pai é advogado, foi juiz classista, foi ao NUCRIA — NUCRIA é uma palavra, é quase um palavrão aqui —, a avó foi hostilizada, e esse atendimento que já foi descrito aqui, como é que é a indecência, já deu tempo para essa criança estar sendo hoje vitimizada em Curitiba.

Eu tenho todos os relatórios, eu gostaria encarecidamente que tomassem uma atitude, eu vou passar os dados, eu tenho muitos *e-mails* para mandar. Na época — eu não posso deixar de dizer, que eu também vou mandar, porque tudo que é publicado e não é desmentido é verdadeiro —, o Presidente dessa CPI, que me execrou aqui, colocou a minha vida em risco, e eu nunca mais tenho sossego e muito menos saúde, deu uma entrevista dizendo que ele não investigou, porque recebeu ordens do Governo do Estado. Eu vou lhes mandar esse material, e ele nunca desmentiu.

Mas é a minha vida que está em risco. E as vítimas estão todos os dias, toda hora aí, e eu acho que vocês já perceberam que por onde eu passo, a vítima vem, porque ela confia é em mim. Dessa rede rasgada aí, elas não querem saber não. E eu tenho muito mais para dizer para as senhoras e muito mais documentos, inclusive esses que vou entregar são também aguardados pela Deputada Elcione Barbalho, e, naquela nossa última audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, Deputada, a Deputada Keiko Ota também quer tomar conhecimento e quer vir com a Comissão dela aqui, porque falar aqui em Governo Federal é um palavrão. Aqui, no Acre, só existem dois irmãos que mandam no poder e desmandam, e nós estamos vivendo essa vergonha institucional País afora, que são Jorge Viana e Tião Viana.

Requisitem todos esses materiais. Eu estou à disposição. Eu tenho muito mais para dizer, mas prefiro que quem esteja ali, fazendo esse trabalho heróico e hercúleo, seja ouvido. Eu posso mandar material, eu estou à disposição, eu preciso ser ouvida depois que o material todo que eu lhe enviar, Deputada, seja ouvido, porque, antes, não pensem nem em mim, mas agora já se criou esse trabalho meu e da Deputada Antônia Lúcia. Nós somos *persona non grata* aqui. O mandato dela é diferente do de qualquer outro.



Veja que o Presidente desta CPI não está aqui ainda. Ainda há pouco, entrou um assessor dele, para ver como as coisas estão. Era ele, o Tiago, que tem que ser ouvido também. Esse Tiago era quem fazia a investigação da CPI na época. Ele infernizou tanto a vida de um cidadão o Ranis, que ele foi executado e morto. E o Presidente da CPI — eu vou mandar a matéria para vocês — veio para a imprensa se gabar. Este é um termo aqui do Acre: se gabar, se vangloriar.

A senhora chamou, como representante da sociedade civil, o SEDEP. O SEDEP também está aí. Anotem estes nomes: SEDEP, Raimunda Bezerra, Joana D'Arc e Aldeídes Moura. Eu quero uma acareação entre nós três, porque, quando a índia foi abusada sexualmente, o Governo do Estado chamou lá no gabinete dele e determinou que o SEDEP calasse todo mundo. O Secretário de Direitos Humanos, Nilson Mourão, que não era da época, mas que continua fazendo a mesma prática, se você denunciar uma pessoa, ele não vai vir aqui. Eles não vão procurar a vítima. Eles vão procurar a autoridade para proteger.

Além de ter sido feita a minha denúncia aqui, como se fosse uma CPI dessas, fui ouvida dentro do SEDEP. A índia foi lá e confirmou tudo. O Secretário da época passou a acompanhar o agressor, e a Polícia Federal como advogado dele. A Secretaria de Direitos Humanos acompanha o seu Secretário na Polícia Federal para os depoimentos. E, para comprovar o que eu estou dizendo, anote o nome do delegado federal: Dr. Ivanov. Eu e o Dr. Ivanov conseguimos evitar um segundo estupro — e era o Secretário de Direitos Humanos da época — que era de outra indiazinha de 11 anos, que já estava apanhando da avó, porque já tinha recebido a ordem de que era para ficar com aquela autoridade. É assim que somos usadas aqui.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quem era a autoridade? Pode falar.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Francisco Pianko. Não, eu falo o nome. Eu já disse o do Governador, do irmão dele, imagine o do Pianko! Isso é comum aqui, senhores. Ou nós erguemos as nossas vozes em desfavor desses crimes de perversidade sexual, ou nós começamos a debater nas bancadas femininas para mudar essa legislação com o rigor que o caso requer, ou nós começamos a falar de castração química.



O Estado tem não sei quantos meios de comunicação aqui. Você não vai ouvir falar sobre o Disque 100. A rádio difusora fala para todas as aldeias em qualquer rincão deste Estado. Ninguém ergue a voz, e nem pode, para alertar essas comunidades, que são vulneráveis naturalmente.

As senhoras estão aqui. Por que a rádio difusora não está aqui, para informar ao ribeirinho, à população tradicional, aos indígenas? Por que a mídia do Estado não está aqui? Quando a gente fala, eles têm medo.

Viu, Dr. Romário, é tanta coisa que o senhor sabe que a gente faz. Mas eu gostaria realmente que o senhor depois repassasse para a Comissão o empenho que o senhor teve em realmente combater, porque isso aqui é para combater, não é para elogiar. O Dr. Romário tentou tudo e foi execrado. Ele fez todas as regras dentro da lei. Um ato administrativo, monocrático cassa tudo. E aí os motéis estão abertos.

Eu teria muito mais para dizer, mas a gente vai... Não chore não, Deputada.

Eu estou à disposição.

Eu quero encaminhar isso aqui, porque eu tenho também uma denúncia de que isso aqui... Tem um quartel que é do BIS, Batalhão de Infantaria e Selva, em que teve uma orgia agora, na fronteira do Acre com o Peru. É mais comum do que vocês imaginam.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Do Exército?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - É Exército, Batalhão de Infantaria e Selva. Vou enviar a denúncia por *e-mail*.

Esse aqui é um quadro de acesso de policiais militares, já que falaram aqui que a Polícia Militar ajuda a combater. Esse quadro aqui depois eu vou dar, mas eu tenho que fazer as explicações necessárias, porque é de um concurso de oficiais da Polícia Militar no Estado Acre que chamava para 20 vagas do oficialato e, administrativamente, o Comandante Aureliano Pascoal, que, a época, era o comandante da Polícia Militar — vão sempre ouvindo a palavra; tudo tem 13 —, infiltrou mais 13 conhecidos como oficiais militares janeleiros. Meu irmão tirou o segundo lugar nesse concurso e ele até hoje é capitão, e está aqui o quadro em que os principais janeleiros hoje são majores.



Esses treze — já morreu um — são os estrategicamente postos para comandar os batalhões da Polícia Militar, porque, como eles não são legitimados... Quando a coisa tomou essa dimensão, eu obriguei — eu não tenho outra palavra, não é ele — o Ministério Público, com tantas provas, a impetrar com uma ação civil pública, que está aqui, eu quero que seja acompanhada, vou passar todos os dados pra vocês. Ela está aqui no Tribunal de Justiça. Ninguém pode julgar isso.

Quando eu estava agora em Brasília, como eu disse, com a Deputada lá na Comissão de Direitos Humanos, também com a Deputada Elcione e outros, fazendo outros trabalhos, os oficiais me ligaram desesperados: *“Doutora, pelo amor de Deus, volte.”* Porque, antes de eu ir, eu consegui deixar e tornar esses oficiais *sub judice*. Eles não podem ser promovidos — não são julgados, mas não podem ser promovidos. Eu vou dizer a maior excrescência que as senhoras poderiam ouvir e aí eu encerro: o Governador Tião Viana, agora, no final do mês de agosto, acho que foi dia 27, mandou a mensagem de nº 522 e esta Casa aprovou, acatou, que ele vai passar, sim, por cima do Poder Judiciário e vai promover. É por isso que essa rede é uma falácia. A rede que tem aqui é de proteção ao pedófilo institucional, às autoridades.

Quando eu vim prestar o meu depoimento aqui, o Presidente da OAB, Sr. Florindo Poersch — eu tenho o vídeo —, disse que eu era louca, que não era para ninguém dar ouvidos pro que eu tinha para dizer, não. Eu já disse, olha, no processo que eu vou entregar pra vocês, está o Ministério Público, a Polícia Militar, está um juiz. Já falei de membros do Judiciário, no Ministério Público tem também, na Polícia Militar — eu estou dizendo para vocês —, no Exército. E o Governador ainda foi pra imprensa nacional dizer que a Polícia Federal é inimiga do Estado. Se nós somos um Estado de tríplice fronteira...

Se não for a senhora para fazer um grande relatório, eu tenho que pedir para Deus, mas eu não vou desistir. Eu combato a pedofilia no Acre, a Deputada combate.

Parabéns por ter trazido, Deputada, porque isso é só o começo. Agora, pela primeira vez, começaram a entender o que é uma CPI — não é pessoal, não é política, mas é um trabalho, porque eu não tenho como andar, acho que a Deputada também não, sem que a população venha clamar *“Pelo amor de Deus.”*



Grata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada Joana D'Arc.

Então, vou passar para Mirza.

Sim, a CPI está à disposição para receber o material, e nós vamos analisar este material.

Eu passo, então, para a nossa última...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor conhece esses processos, juiz?

A SRA. MIRZA VANI MESQUITA FÉLIX - Boa noite a todos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Espera só um pouquinho, porque a Relatora fez uma pergunta.

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Na época, eu sei que foram encaminhados para a Polícia Civil, para fazer a investigação. Acho que foram entregues também cópias na CPI da Pedofilia, não é? Mas eu gostaria que aqueles casos que não fossem de prerrogativa de função, que a gente encaminha para o tribunal competente, o que for, por exemplo, esses casos indígenas e, eventualmente... No caso do juiz e do promotor, o fórum de competência para processar e julgar seria o Tribunal. Não sei se foi... Acho que foi encaminhado também, não é, para o Tribunal?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Casa do Indígena, Conselho Indígena. O Ministério Público Federal deu encaminhamento direto para...

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Mas, aí, se a CPI puder encaminhar para nós lá, a gente, se for o caso, requisitar a investigação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos receber o material, vamos solicitar o relatório da CPI de Pedofilia que houve aqui, não é, e...

O SR. ROMÁRIO DIVINO FARIA - Inclusive, por exemplo, o Dr. Carlos Maia fez uma exposição dizendo, também: *"Há juízes, desembargadores, gente da segurança pública, vereadores"*. Seria bom que fossem encaminhados os indícios, quais, desse caso, porque foi dito também... Por exemplo, foi denunciada a questão da Operação Delivery. Foram 22 acusados. Havia vereador no meio. Por exemplo, teve o caso de um Deputado Estadual, em que foram verificados indícios,



materialidade, indícios de autoria, e encaminhado. A Procuradora de Justiça denunciou, e o processo tramita no Tribunal de Justiça, que é onde os Deputados Estaduais são processados e julgados por crime. O processo está tramitando lá. Agora, foi dito aqui pelo Procurador que haveria casos de juízes, promotores também, que estariam inclusos na exploração sexual, mas que, pelo menos naquilo que foi denunciado, no material, não veio. Então, seria bom que ele encaminhasse os nomes, para que seja apurado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tá ótimo. Nós também vamos analisar o material que chegar e vamos solicitar uma cópia do... Viu, Francisco? Hein, Francisco? Vamos solicitar uma cópia do relatório da CPI que houve aqui, de 2009, de pedofilia.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Sra. Presidente, rapidinho. Enquanto eu ia saindo, por incrível que pareça, a advogada ali é esposa, também, de um desses militares, e eu acabei de ser informada que o Governador vai promover, sim. Há uma lista de promoção para sexta-feira. Então, eu já vou entregar o material, para checar se tem desses irregulares na promoção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, o objeto desta CPI não diz respeito a... Pode encaminhar, a CPI está aberta para receber qualquer material, mas o nosso objeto de investigação é a exploração sexual, a violência sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes. A gente só lida com outras temáticas, como no caso de Coari, que tem uma denúncia contra o Prefeito de malversação de recursos públicos, quando isso tem uma relação direta com o processo.

Como, no caso de Coari, há uma denúncia de que a rede de exploração é alimentada com recursos públicos, a gente tangencia, dialoga, mas a gente não se aprofunda sobre isso, porque não é o objeto da CPI. Não cabe à CPI fugir do seu foco, sob pena de ela se desqualificar no seu próprio trabalho. A gente recebe o material, obviamente, mas o nosso recorte é a exploração sexual de crianças, violência sexual, turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes. E nós não vamos fugir do nosso próprio foco.

Então, assim, com todo o respeito à sua angústia e à sua denúncia, que nós entendemos, mas a gente trabalha com um foco específico.



Bom, eu vou passar a palavra para a Mirza VANY MESQUITA FÉLIX, Gerente Administrativa do Sistema Assistencial à Saúde da Mulher e da Criança, e já aproveito para lhe perguntar. Aqui foi falado sobre a necessidade de, na atenção à saúde mental, ter esse recorte. Eu não sei se é com você, mas, se não for, a senhora pode nos encaminhar em seguida. Primeiro, nós precisamos saber, nos PSFs, Programas de Saúde da Família, se tem algum trabalho na perspectiva de proteção ao direito de crianças e adolescentes.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Na verdade, a gente é da unidade hospitalar. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não é da política, não é?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Isso, não é da política. Então...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas, então, se não fosse abusivo da nossa parte, a gente poderia solicitar que, se a senhora pudesse, porque a senhora está aqui, requisitar à Secretaria de Saúde... Ou, então, o senhor que está aqui, viu Secretário, o senhor que está aqui representando o Governador, o que há na Secretaria de Saúde...

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - O que a gente tem são os dados registrados no hospital, que chegam ao hospital, que é porta aberta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tudo bem. Então, Secretário, o senhor...

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - O PSF é do Município. Eu acho que, talvez, a Prefeitura poderia estar repassando esses dados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, eu lhe peço, o que existe na saúde de programas — na saúde e na educação —, porque aqui nós já tivemos a fala da assistência social, do Desenvolvimento Social, mas o que existe, na saúde e na educação, de políticas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu vou pedir ao Francisco, que não está aqui, que é o Secretário da CPI — você podia anotar, Maristela? —, que a gente solicite também, e vai solicitar formalmente, ao Município e ao Estado — e o senhor está aqui representando o Governador — que nós possamos ter acesso às políticas de saúde e de educação no enfrentamento, inclusive na atenção à saúde mental, porque, em verdade, a



criança vítima de violência sexual tem que ter um atendimento na área de saúde mental. A gente pensa muito em saúde mental na doença consolidada, mas nós precisamos levar saúde mental para a atenção básica, na perspectiva de prevenção, de lidar com o sofrimento, para que ele não se consolide em um CID.

Enfim, eu vou passar a palavra à Sra. Mirza Vany Félix, que é Gerente Administrativa do Sistema Assistencial à Saúde da Mulher e da Criança.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Esse Sistema abrange a Maternidade e o Hospital da Criança. Então, eu sou a Gerente Administrativa e Lorena é a Gerente-Geral do mesmo Sistema.

Com relação aos dados que foram vinculados, esses dados não são de vítimas de violência, eles foram, na época, solicitados por um jornal local, para fazer uma pesquisa sobre adolescentes. E a gente forneceu. Mas eles só pediram essa faixa etária, não pediram o valor total, e, para a nossa surpresa, foi vinculado na CPI da Pedofilia. Então, os dados que foram vinculados correspondem a duas faixas etárias e são dados de parto normal, cesárea e curetagem. Então, se a gente for relacionar com o quantitativo de partos que a gente teve na Maternidade, no ano de 2012, dá 4.113; se a gente for relacionar a faixa etária que a gente repassou, que são 101 e até 14 anos, isso corresponde a 0,02% do total de partos que foram realizados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Zero...?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - É 0,002%.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Três zeros.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Isso, dois zeros depois da vírgula. Na faixa etária de 15 a 19 anos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foram quantos até 14? Cento e...?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Cento e um casos.

Na faixa etária de 15 a 19 anos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas 101 de 4...

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - É porque, no caso, só foi vinculado o que foi repassado, que foram duas faixas etárias. Não foi repassado o restante, porque, na época, era para um trabalho, uma pesquisa com adolescentes



que tinha saído no Ministério da Saúde. E eu fiz a relação desses dados com o total de partos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o que eu estou dizendo é o seguinte: é que 101 — posso estar equivocada, também estou muito cansada —, mas 101 não é 0,002% de 4.113.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Se você calcular — a gente fez ali — 101 vezes 100 e dividir por 4.113, dá isso aí: 0,002 e uma fração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, é o seguinte: 10% é 411 mais ou menos. Isso aqui é um quarto de 411. Isso daria por volta de 2,5%.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Pois é, mas a gente fez e dá isso. E 1.261...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, veja bem, deixa eu lhe dizer: 4.113 foram o número de partos, certo?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Teve 101 partos até 14 anos.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - É. Na faixa de...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Cento e um não é 0,002% de 4.113.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Não é? Talvez...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu quero saber qual é o dado. O dado é 0,002% ou é 101?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Tá. Então, tu refaz aí.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas o cálculo a gente faz. Foram 4.113 partos e 101 de até 14 anos no ano de 2012. Isso dá por volta de 2,5%.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Ela vai refazer aqui. Na outra faixa etária, de 15 a 19 anos, a gente teve 1.261 partos e curetagens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mil...?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Mil duzentos e sessenta e um, que é de 15 a 19.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E esse aqui até 14? Esse é só parto?



A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Não, são partos e curetagens.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Você não tem dividido o que é um e o que é outro não?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Não, porque foi dado tudo junto. Quando a gente passou os dados, eles foram separados, mas aqui a gente somou tudo. Isso deve estar no processo. Vocês têm esses dados separados, porque é o que foi repassado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse de 15 a 19...

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Dá 30,65%.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É isso mesmo.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Então, totalizando todos os atendimentos, dá uma média de 32,82% até 19 anos. Isso não quer dizer que são vítimas de violência. São pacientes que, às vezes, têm uma vida já, elas convivem com um rapaz. Elas não foram vítimas de violência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas você sabe que até 14 anos é, não é?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Até 14 anos é.

Então, eu quero falar um pouco do nosso serviço, de como é hoje o serviço na Maternidade.

Toda paciente menor de 14 anos, mesmo que não tenha sido vítima de violência, mas que está grávida e vai para o atendimento, é notificada. A gente tem uma ficha de notificação, que desde 2012 a gente está utilizando. Então, a gente preenche essa ficha, que tem todos os dados: se tem uma união estável; se não tem; se foi vítima de estupro; se não foi. Isso é encaminhado ao Conselho Tutelar e ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes — NUCRIA. Então, é o nosso fluxo.

Agora a gente também encaminha... Mas, para o Ministério Público, a gente encaminha só outros dados, porque aqui vai o nome da paciente que vai ser atendida e o seu responsável. Então, a gente encaminha essa ficha.

Em caso de vítima de violência, a gente faz o encaminhamento de imediato. No caso de final de semana e à noite, a gente encaminha à Delegacia da Mulher,



porque o NUCRIA funciona só em horário administrativo. Então, a gente tem essa dificuldade.

Então, a gente faz todo esse atendimento às vítimas de violência. Vítimas de violência, a gente tem uma média, por mês, de 25 a 30 pacientes. Nisso estão incluídas as crianças e os adolescentes. E, em alguns casos, é muito raro ter acima de 20 anos, a maioria fica na faixa etária de 10 a 16...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Veja, de 25 a 30 casos por mês, qual é a faixa etária?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - A faixa etária... Não, a gente atende o que aparece. Eu estou falando que, desses casos que a gente tem, acho que 90% são adolescentes, de 10 a 16 anos. Dois a três casos, mais ou menos, são acima dessa faixa. E tem mês que aparecem crianças abaixo de 10 anos, o que é uma coisa absurda, mas aparecem crianças de 4, 5, 7, 8, 9 anos vítimas de violência.

Então, todas são notificadas ao Conselho Tutelar e ao NUCRIA, porque a gente faz o atendimento, faz a profilaxia com os antivirais e faz o encaminhamento para os órgãos competentes fazer a...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Faz profilaxia de gravidez também para menina?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Faz HIV, hepatite... Todos têm um protocolo já. A gente tem a Rede, por onde o paciente tem que ir.

E a ideia do Dr. Maia é muito interessante porque, às vezes, a paciente chega lá ao atendimento e tem que relatar tudo — não deixa de ser uma agressão porque ela vai ter que contar tudo. Vai para o IML, a mesma história. Chega à delegacia, a mesma história. Então, isso para a paciente é muito ruim, porque ela fica exposta várias vezes no atendimento. Se existir um atendimento único para essa criança, para essa adolescente, ela vai ser menos vitimizada, ela vai ter um atendimento único e ali ela vai poder fazer todo o atendimento. Então, é muito ruim, porque ela fica lá; tem que ir para a delegacia, repete; vai para o IML, tem que repetir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Então, deixa eu lhe dizer: a pessoa chega lá vítima de violência, e, se precisa colher provas, vocês têm a coleta de provas humanizada?



A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Não, ainda não. Agora que está começando. Estão capacitando Cruzeiro do Sul, os profissionais de Cruzeiro; depois a gente vai ser capacitada. Hoje não é feito porque não estão capacitados os profissionais. E também a gente tem um projeto para ampliar o espaço. A gente tem um consultório já separado, para ela não se misturar com os demais, então, ela já fica separada, tanto a criança quanto a adolescente, até o atendimento médico, que funciona 24 horas. A gente tem uma equipe que funciona 24 horas, tem uma psicóloga que foi uma aquisição recente, que, acho, está com 5 ou 6 meses.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa equipe é composta de que profissionais?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - A gente tem um auxiliar de enfermagem, e é ele que faz a ficha de notificação, a primeira. Tem a psicóloga que é acionada quando tem a vítima. Ela vem a hora que for, então, ela funciona em sistema de emergência, de sobreaviso: na hora em que tiver a vítima, ela é acionada para vir atender. E a gente tem o médico, porque o médico que atende é o que está de plantão. E há a assistente social, mas que não temos no período noturno. É uma coisa que ainda precisa melhorar. A gente tem no horário administrativo, durante o dia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Se ela tiver provas, ela vai primeiro para o IML?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Se ela não estiver grávida e tiver que ir para um procedimento cirúrgico, primeiro vai para o IML. Mas, se ela estiver correndo risco de vida, ela vai primeiro para um procedimento, já entra para a sala, porque, às vezes, ela vem muito fragilizada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aí, se perdem as provas.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Aí, infelizmente, se perdem as provas, porque em primeiro está a vida da criança, do adolescente. Porque, às vezes, vem rompido, tem que costurar e tudo, então, não tem tempo para poder colher o material. Infelizmente, aí a gente ainda está evoluindo para essa...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas isso, quando vocês tiverem a capacitação, se resolve.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Já faz lá, já faz lá.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Foi uma sugestão que nós levamos para o Ministro da Saúde.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - É. E teve uma reunião recente — a Lorena participou —, e ficou determinada essa questão da capacitação, porque isso é uma coisa antiga, que já vem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, isso faz parte do programa do Governo Federal, que é Mulher, Viver sem Violência. Ele significa uma campanha permanente contra a violência: as Casas da Mulher Brasileira, que é o atendimento integrado...

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - A gente tem esse apoio também quando ela...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - ...a coleta de prova humanizada, que é esse convênio da Saúde com a Segurança e com a Justiça, na verdade o Ministério da Justiça. E eu acho que vai ser muito bom, porque, pela experiência que a gente tem, o lugar onde as mulheres e as mães particularmente sentem mais acolhimento é na saúde.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Isso. E, depois do atendimento, a gente faz o agendamento. Então, ela é agendada para retorno ambulatorial, tanto com o médico — porque a gente tem uma médica exclusiva para ficar atendendo ambulatorialmente — quanto com a psicóloga, que também faz o atendimento tanto para a criança quanto para a mãe e para a família, porque eles ficam bastante fragilizados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas sempre tem o atendimento?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Sempre tem o atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E vocês atendem uma demanda que vem da assistência que não passa pelo atendimento emergencial?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Não, a gente atende só as nossas pacientes, as pacientes que a gente já atende, porque é só uma profissional que a gente tem. Então, não tem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês só atendem a pacientes que chegam em situação emergencial?



A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Não, às vezes, a paciente chega lá e já faz tempo — não é, Alcioneida? — que foi abusada. Depois de um tempo, ela vai e é atendida do mesmo jeito: é feita a ficha; é feita a notificação. Mas aí ela entra no nível ambulatorial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, é porque foi dito aqui pela Sílvia que a paciente vem e depois é encaminhada para a saúde e tal, para o atendimento. Isso acontece mesmo assim ou isso é raro?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Não, acontece. A Alcioneida fica mais nessa questão da assistência, e a gente faz o encaminhamento. Quando é preciso, a gente faz o encaminhamento para a Rede. A gente atende lá.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês encaminham para onde?

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Para onde é encaminhado, dependendo do caso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - Vem aqui, Alcioneida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é porque a assistência diz que encaminha para a saúde; e a saúde diz que faz o encaminhamento para o atendimento na assistência. Quem é que atende essa criança?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Boa noite. É porque, nesse caso, a entrada da paciente pode não ser pela Maternidade, ela pode, em vez de ir para a Maternidade, dar entrada na delegacia ou procurar outro órgão. Então, aí começam a direcionar: se ela não tiver com sangramento, com algum problema urgente, ela não dá entrada pela Maternidade, ela dá entrada pelas delegacias. Aí ela é encaminhada para cá, para o nosso atendimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quem é que faz o atendimento na área de saúde mental, o atendimento psicológico dessa criança e dessa família? Vocês só têm uma psicóloga, que fica sobrestada.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É. Nós oferecemos o serviço às vítimas de violência que são atendidas por nós. A gente oferece, a gente agenda. Mas acontece, como alguns coloraram aqui, que a própria família não quer esse atendimento, talvez pela distância da casa dela, para ir fazer esse



acompanhamento. E aí ela é encaminhada para o NUCRIA, e lá é feito o acompanhamento também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas lá não atende, segundo eu entendi. Lá atende para fazer o luto, e, depois disso, ela é encaminhada para a saúde — foi o que ela disse. Se você está dizendo que você não...

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É feito o agendamento. A nossa psicóloga atende as pacientes para quem foi feito o agendamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas vocês só têm uma psicóloga!

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Temos uma psicóloga de sobreaviso. Inclusive, também atende à noite, no período da noite, no final de semana.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei, mas uma psicóloga só não dá para atender...

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Não, nós não garantimos todo o atendimento. Nós fazemos o atendimento de algumas pacientes que estão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Essa pessoa não é atendida então.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Ela é atendida. Só que ela tem outros meios também para procurar. A gente fez um fluxo, a gente estava discutindo o fluxo de atendimento à vítima de violência...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês não estão entendendo. O que eu estou dizendo é o seguinte: ela não é acompanhada e não tem um atendimento terapêutico.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Sim, é isso que eu estou falando para a senhora. A gente discutiu, a semana passada, o fluxo interno sobre atendimento à vítima de violência na Maternidade, como é que seria com uma paciente vítima de violência entrando com menos de 72 horas do acontecido; e com outra tendo acontecido a violência há mais de 72 horas. E o que foi dito para a gente que estava discutindo o fluxo é que, para essa paciente acima de 72 horas que tem necessidade de acompanhamento, a equipe está treinando os Municípios, está



treinando os postos de saúde para referendar essa paciente para ter acompanhamento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está treinando, mas aí é gerúndio, não é?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Lá ela vai ter atendimento psicológico, vai ter toda essa base.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ela vai ter. Mas ela tem hoje?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Por enquanto, nós oferecemos o atendimento psicológico, e temos procura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas você só tem uma psicóloga.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Mas ela atende a nossa demanda.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu sei que ela atende, mas ela não dá conta de atender a toda a demanda.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Pois é, aí é uma falha. A nossa realidade é como ela colocou também: há necessidade de ter uma assistente social também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Deixa dizer uma coisa para você... Eu só quero entender isso aí, porque ela veio aqui, a do CREAS, e disse que o CREAS, tendo também uma psicóloga só, atende essa criança, atende de 15 a 20 casos que dão entrada por mês, e que ela atende para fazer o luto. E depois que se supera, faz o luto da violência, ela, a assistência social, o desenvolvimento social, encaminha para a saúde, para fazer o atendimento. Só que vocês estão dizendo...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - São as Unidades de Referência de Atenção Primária — URAPs, a unidade básica. Não é para Maternidade, o nosso é emergencial, na hora da emergência, entendeu?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Certo, e os URAPs, quantos psicólogos têm?



A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Aí são elas que podem falar, porque eu não...

A SRA. MARIA DE NAZARE GADELHA FERREIRA - Tem três psicólogos em cada URAP. Tem o quê? URAP no (*ininteligível*), URAP de Cláudio Vitorino... O que mais? Porque vai ser melhor perto de onde a criança mora, até para o caso de a mãe...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, eu sei disso, mas a minha preocupação é a seguinte: você tem um psicólogo, que é de... São o que, 40 horas?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É de 40 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um psicólogo para atender toda a demanda de uma Unidade Básica de Saúde, ele não vai dar conta de atender.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Unidade Básica? Nós não atendemos Unidade Básica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, não, eu sei. Eu não estou falando de vocês, eu estou falando da saúde.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Ah, certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Estou falando que vocês atendem só à emergência, certo? Vocês só atendem à emergência, não é isso? Mas vocês não fazem o acompanhamento terapêutico, esse atendimento terapêutico.

A SRA. MIRZA VANY MESQUITA FÉLIX - No primeiro momento, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Só no primeiro momento. Depois vocês encaminham para uma Unidade Básica.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A Unidade Básica tem quantos NURAPs? Tem quantos?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Acho que são três ou quatro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - São quatro? Então, veja, você tem quatro Unidades Básicas que têm psicólogo, certo? Para atender toda a demanda, você vai ter que fazer um atendimento, que pode ser semanal, duas



vezes por semana, aí cada caso é um caso. Leva pelo menos 45 minutos, 50 minutos, 1 hora para se fazer um atendimento, está certo?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Um atendimento mesmo, para que essa criança possa ressignificar e tal. Só que ele não vai atender só criança, e só criança vítima de violência; vai atender todo mundo. Certo? Então, é impossível que esses NURAPs deem conta de fazer esse atendimento. O que eu quero dizer é o seguinte: vocês têm dificuldade no atendimento.

Essa menina que não tem 4 anos, essa que a gente colheu os depoimentos hoje, nunca foi atendida, ela não está sendo atendida. Ela foi atendida, acho, pela delegacia ou pelo juiz, não sei, mas para dar suporte para o depoimento. Mas ela não está sendo atendida do ponto de vista terapêutico — entendeu? —, o que deveria ser feito pela saúde a meu ver, porque o CREAS realmente não tem a função de fazer o atendimento individualizado, mas de dar suporte como se fosse um atendimento de emergência ou urgência, de estabilizar para depois mandar.

Mas, você tem quatro NURAPs. É isso? Quantos Centros de Atenção Psicossocial — CAPS tem aqui? Vocês sabem quantos CAPS tem?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, CAPS em geral.

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA- Isso. Aqui em Rio Branco, nós temos um CAPS AD III, Álcool e Outras Drogas, localizado lá no Manoel Julião. Temos um CAPS.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E você tem CAPS Transtorno?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA- Ainda não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E CAPS III, só o AD?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Nem CAPS I, Criança e Adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas também a vítima não é bem um caso de CAPS. No CAPS, o atendimento não é atenção básica, não é?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Não, o CAPS é atendimento mesmo, mas atendimento já de doença consolidada e tal, transtorno, álcool e droga. Só tem um CAPS AD?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA- No Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É pouco, não é?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA- É pouco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E nenhum CAPS ADI nem I?

A SRA. MARIA DE NAZARÉ GADELHA FERREIRA - Não, nenhum.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O melhor para a gente é fazer uma consulta, solicitar informação para a Secretaria de Saúde e para a Secretaria de Educação sobre o conjunto das ações. Vocês estão falando da ação hospitalar emergencial.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Da Maternidade. Isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E que vocês têm essa equipe que atende, que chamam a psicóloga, que é bom isso, que estão se capacitando — que é um projeto recente este — para colher as provas, para evitar que vá para o IML e tal. É uma tortura, porque a criança vai para uma delegacia; o setor especializado não atende direto; então, você vai para uma delegacia; da delegacia, você vai, às vezes, para o hospital ou então vai para o IML; e depois do IML, porque no IML, foi dito aqui, se espera até 6 ou 8 horas para ser atendido; você vai para a saúde, que é, vou lhe dizer, o lugar onde há o maior acolhimento. O CREAS, de que, em geral, as pessoas gostam do atendimento, é depois; ele não é no momento, ele não é emergencial, ele é depois, para poder fazer essa estabilização e tal. Mas o melhor atendimento — sempre as pessoas falam — é o da saúde, onde se é acolhida, entendida, onde se dialoga com o sofrimento e tal. As pessoas gostam muito do atendimento da saúde, em geral, mas até chegar à saúde, elas sofrem demais da conta.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É. Inclusive, quando a gente detecta um paciente assim, o nosso serviço social ou alguém da vigilância acompanha a paciente nesse processo, não deixa ela solta, porque a gente da dificuldade dessa peregrinação que ela vai fazer. Então, quando a gente tem



condições, por isso que o nosso sonho é ter mais assistentes sociais para nos ajudar, porque é a pessoa que tem o perfil...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - A assistente social vai com ela no IML, vai...

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Isso, isso. Hoje, por problema de saúde, nós só estamos com uma assistente social, mas ela tem o apoio, é o apoio que a acompanha. Mas, se a gente tivesse a figura da assistente social, seria mais válido esse acompanhamento com mais firmeza, com mais argumento para conseguir ir logo, para agilizar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E a assistente social leva para o CREAS também?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Leva, ela acompanha. Vai junto, o apoio. Agora não é a assistente social, mas, quando nós tínhamos, ela ia e acompanhava todo o processo.

Agora, realmente, o IML é a dificuldade, por isso nós também estamos torcendo para que a capacitação aconteça. Nós já estamos identificando os médicos que têm esse perfil, porque nós lidamos também com a problemática de uma equipe que tenha perfil para atender esse paciente, porque aí nós entramos na humanização. Se a gente colocar qualquer um para capacitar, não vai ser humanizado o atendimento.

Então, nós estamos agora na parte de definição de médicos plantonistas, porque, em cada plantão, nós vamos ter dois médicos de referência, os dois serão capacitados. A enfermeira, a equipe vai ser toda capacitada também junto, para haver esse atendimento principalmente em relação à coleta de material, porque já tem até um processo diferente de guarda de material e tudo.

Então, é uma coisa nova para nós, e estamos agora definindo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês já estão em capacitação ou não, vai começar agora?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Não, quem está em capacitação agora, segundo a reunião que eu tive a semana passada, é Cruzeiro do Sul.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É o que vai ser primeiro, como você falou, não é?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Isso. E acho que no final...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Por que Cruzeiro do Sul primeiro?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Pela...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É, e também pela disponibilidade: já estava definido o grupo, foi mais fácil ir. Aqui estamos definindo agora o perfil dos médicos, para colocar o nome e capacitar, de preferência, todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Mas você imagina em quanto tempo vai ter esse médico capacitado?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Segundo me informaram, até o final do mês, a equipe já deverá estar vindo aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para capacitar?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Isso. No final agora de outubro ou início de novembro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito bom isso.

E uma coisa que pode ser feita para a mulher é esse programa do Governo Federal, que Brasília já conveniou e agora vai ceder o terreno e tal. Você só cede o terreno, e o Governo Federal constrói e, acho, estabelece a manutenção. Mas é para mulher, não sei se atinge menina. Ele faz tudo isso, tem todos os serviços integrados: delegacia, defensoria...

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É integrado?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Integrado.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Seria ótimo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É isso que ele estava falando... Como é o nome que ele chamou?

(Não identificado) - CAIC.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - CAIC, que é o atendimento integrado e integral à criança. Aí, você tem um universo em que a criança vítima de



violência — qualquer violência, não necessariamente sexual — vai ter esse tipo de atendimento. Aqui funciona bem a notificação nos hospitais todos?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Da Vigilância. Todas as notificações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Funciona bem?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - A Vigilância é bem atuante, e em cada hospital tem uma unidade da Vigilância. Então, a equipe é de 24 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E, sempre quando tem suspeita...

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Em caso de suspeita, já faz a notificação para averiguação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qualquer tipo de violência, em mulher, em criança, em idoso e tal?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Qualquer tipo de violência, em mulher, em criança... É porque nós trabalhamos com criança, no Hospital da Criança. Então, às vezes, a criança é internada por outro motivo, mas o nosso serviço social, na conversa ou na hora de... A gente escuta, então, a gente já comunica à Vigilância, faz a notificação para a averiguação do caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse é um hospital só para criança, não? É maternidade, né?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É um Hospital da Criança e uma Maternidade. O Hospital da Criança é de 29 dias até 12 anos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E atende qualquer coisa?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Todas as patologias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Todas as patologias. Não tem uma especialidade, não?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Não. Nós somos referência. A Maternidade é referência aqui em Rio Branco, é a única do Estado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - É fim de linha?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É. Somos referência para gestantes de alto risco e referência para vítimas de violência feminina. No Hospital



da Criança, também somos referência, então, nós atendemos, como colocaram, não só daqui de Rio Branco, como de outros Estados, de outros Municípios, de outros países. Então, a nossa demanda é muito grande.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Esse hospital é só criança ou é materno-infantil?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Não. São separados os dois hospitais, um fica do lado do outro: um é o Hospital da Criança; o outro é a Maternidade. Mas são gerenciados por uma pessoa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em alguns lugares, tem o materno-infantil, mas esse aí é só... Isso é muito bom.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Fisicamente, só têm em comum as áreas de lavanderia, farmácia, nutrição, laboratório. Isso é comum para as duas unidades, mas o resto é separado, em ambientes separados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos leitos tem?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - O Hospital da Criança, 64 leitos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quantos?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Ele tem 64 leitos e 10 leitos de UTI pediátrica. Na Maternidade, temos 64 leitos de internação; temos 10 leitos de UTI neonatal; 10 leitos de UCI neonatal; 8 leitos de PPP, que é parto, pré-parto e pós-parto; temos 3 salas cirúrgicas; uma sala de curetagem — estou fazendo uma ronda aqui na minha cabeça — a Sala Canguru e Coruja, que tem 16 leitos; um semi-intensivo materno, que são 2 leitos; e um isolamento, que são 2 leitos, em alojamento conjunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nesse PPP, é a mesma cama que vai...

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - É a mesma cama que faz o pré-parto, o parto e o pós-parto. E nós respeitamos a Lei do Acompanhante na íntegra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - O acompanhante está sempre presente?



A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Sempre, na cesárea, onde for.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - E tem esse Canguru também?

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Tem o Canguru e tem uma característica nossa, que é o Coruja. Já havia o Canguru, nós colocamos o Coruja, que para uma criança que tem o peso ideal, tem tudo, que não é canguru — porque o canguru é pequenininho, prematuro — mas precisa de cuidados, tomar medicamento, algum antibiótico prolongado. A mãe está de alta, mas a criança está internada, aí a mãe fica corujando o menino, fica junto com o processo, fica atendendo a criança, aprendendo a manipular a criança com soro e tudo. Por isso a gente chamou de Mãe Coruja.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Isso é bom. Parabéns para vocês.

A SRA. LORENA ELIZABETH ROJAS SEGUEL - Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Vocês querem falar mais alguma coisa? (*Pausa.*)

Então, nós agradecemos a contribuição da Lorena e da Mirza. E nós vamos fazer esse ofício, solicitando quais são as políticas de enfrentamento à exploração sexual... Viu, Francisco? Vamos fazer um ofício e ver se a gente consegue entregar até amanhã, para perguntar quais são as políticas da área de saúde e da área de educação — a gente vai mandar para o Governo Estadual e para o Governo Municipal — de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu queria agradecer muito a participação de todas e todos que compuseram a Mesa conosco, do Deputado; da Deputada Antônia Lúcia; da Deputada Liliam Sá; do Secretário de Segurança, o Reni; do Juiz Romário; do Promotor Mariano; da nossa representante, Dra. Maria de Nazaré, que esteve aqui conosco; e também do nosso Deputado Walter Prado.

Eu queria agradecer, mais uma vez, ao Presidente da Casa, Deputado Elson Santiago, que também tem nos acolhido e nos dado estrutura para funcionar; agradecer aos membros da CPI que vieram conosco; agradecer aos servidores e servidoras da Câmara; agradecer à pessoa que nos serviu tantos cafés e tanta



água; agradecer aos profissionais de imprensa; agradecer ao Secretário Municipal, agradecer também aos servidores da Assembleia Legislativa, aos seguranças e tal, agradecer a todos que ajudaram a construir esta audiência pública.

Acho que a gente fez uma boa audiência pública, cumprindo com os objetivos da CPI de traçar esse diagnóstico.

Amanhã, às 10 horas, nós vamos ter mais uma diligência, que é uma reunião com o Governador do Estado, para a qual convidamos os Deputados. Para a Deputada Antônia Lúcia é dispensável o convite, porque é membro da CPI, mas convido o Deputado Walter para estar conosco lá, como Presidente da Comissão.

Com isso, agradecendo o heroísmo, a coragem e a disposição dos que permaneceram conosco até este momento, declaro encerrada a presente audiência pública.